

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Eng VINÍCIUS CARVALHO DE FIGUEIREDO

**Os reflexos, no campo militar, do Brasil tornar-se um
parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico
Norte (OTAN)**



Rio de Janeiro
2021

Maj Eng VINÍCIUS CARVALHO DE FIGUEIREDO

**Os reflexos, no campo militar, do Brasil tornar-se um
parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico
Norte (OTAN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares, com ênfase
em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Eng DANIEL RAMOS LEMOS

Rio de Janeiro
2021

Maj Eng VINÍCIUS CARVALHO DE FIGUEIREDO

**Os reflexos, no campo militar, do Brasil tornar-se um
parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico
Norte (OTAN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares, com ênfase
em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Éder Cordova da Silva - Maj Cav - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Daniel Ramos Lemos - Maj Eng - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Renato Rocha Drubsky de Campos – Maj Art - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

F475r Figueiredo, Vinícius Carvalho de.

Os reflexos, no campo militar, do Brasil tornar-se um parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). / Vinícius Carvalho de Figueiredo. —2021.

122 f. : il. ; 30 cm

Orientação: **Daniel Ramos Lemos.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 108-122

1. ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN).
2. BRASIL. 3. EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL. 4. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA. I. Título.

CDD 355.45

“Sob a direção de um forte General
não haverá jamais soldados
fracos.”

Sócrates

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Patrícia, pelo amor e apoio incondicional, que tornou possível a consecução deste trabalho.

Aos meus filhos Helena e Heitor, que me tornam a cada dia um indivíduo melhor.

Ao Major Ramos Lemos, pelo direcionamento sempre oportuno e pela fidalguia com que orientou este trabalho.

RESUMO

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma das mais poderosas alianças militares do planeta que, atualmente, busca expandir sua influência por todo o mundo por meio da adoção de um Programa de Parcerias Globais. O Brasil é um dos Estados mais eminentes da América do Sul e tem sido alvo de estudos de especialistas que projetam os impactos advindos de uma eventual associação do país com a Aliança Atlântica. Embasado neste cenário, este trabalho tem por objetivo descrever possíveis reflexos, na Expressão Militar do Poder Nacional, do Brasil tornar-se um parceiro global da OTAN. Para tal, conduz uma revisão de literatura para ambientar o leitor acerca dos aspectos históricos e contemporâneos da Aliança Atlântica, introduz os conceitos mais relevantes do estudo da Expressão Militar do Poder Nacional e elenca as principais diretrizes constantes dos documentos norteadores da Política de Defesa do Brasil. A seguir, para inferir informação mais concretas acerca do tema, procede-se um esboço sobre a atual condição da cooperação da Colômbia com a OTAN, único aliado sul-americano desta Organização. Finalmente, apresenta ponderações de especialistas quanto às áreas passíveis de conflito e cooperação entre o Estado Brasileiro e a OTAN, permitindo-se concluir que há diversas implicações, positivas e negativas, advindas da aproximação entre tais atores internacionais.

Palavras-chave: Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Brasil, Expressão Militar do Poder Nacional, Política Nacional de Defesa.

ABSTRACT

The North Atlantic Treaty Organization (NATO) is one of the most powerful military alliances on the planet and currently seeks to expand its influence around the world through the adoption of a Global Partnerships Program. Brazil is one of the most powerful emerging countries in South America. Brazil is currently the subject of academic studies aimed at determining the impacts of an eventual association between Brazil and the NATO Alliance. Based on this premise, this work aims to describe possible consequences in terms of the Military Expression of National Power should Brazil become a global partner with NATO. To achieve this, this work conducts a literature review on the historical and contemporary aspects of the NATO Alliance, introduces the most relevant concepts in the study of the Military Expression of National Power and lists the main guidelines from the guiding policy documents of Brazilian Defense Policy. Next, in order to infer more concrete information on the subject, this work performed an outline of the present status of Colombia's cooperation with NATO because Colombia is the organization's only South American ally. Finally, this work presented expert considerations describing areas of conflict and cooperation between Brazil and NATO, building to the conclusion that there are several positive and negative implications resulting from the approximation of such powerful international actors.

Key-words: North Atlantic Treaty Organization (NATO), Brazil, Military Expression of National Power and National Defense Policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Países Membros da OTAN.....	26
FIGURA 2 – Programa de Parcerias da OTAN.....	28
FIGURA 3 – Capacidades Nacionais de Defesa.....	48
FIGURA 4 – Amazônia Azul.....	80
FIGURA 5 – Entorno Estratégico Brasileiro.....	82
FIGURA 6 – Operações de Paz da ONU com participação brasileira.....	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Parceiros Globais da OTAN/2020.....	32
QUADRO 2 – Fatores Militares ESG.....	38
QUADRO 3 – Fatores Militares ECEME.....	39
QUADRO 4 – Fatores Militares Thiago Castro de Castro.....	40
QUADRO 5 – Forças Armadas Brasileiras.....	50
QUADRO 6 – Correlação OND/END.....	51
QUADRO 7 – Exercícios Combinados realizados pelas Forças Armadas Brasileiras.....	98
QUADRO 8 – Prováveis reflexos da parceria global entre o Brasil e a OTAN.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Ações Estratégicas de Defesa
AFRICOM	Comando Norte-Americano da África
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
BI	Política de Construção de Integridade da OTAN
BID	Base Industrial de Defesa
CBRN	Defesa contra Agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares
CCAN	Conselho de Cooperação do Atlântico Norte
CCDCOE	Centro de Excelência em defesa Cibernética Cooperativa da OTAN
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CECAFA	Centro de Catalogação das Forças Armadas
CEDEF	Comitê Estratégico de Desenho do Exército do Futuro
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CENCOPAZ	Centro de Treinamento e Capacitação para Operações de Paz
CIDES	Centro Internacional de Desminagem da Colômbia
C-IED	Contra Artefato Explosivo Improvisado
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CMD	Capacidades Militares de Defesa
CND	Capacidades Nacionais de Defesa
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar
CODALTEC	Corporação de Alta Tecnologia para Defesa
CPEA	Conselho de Parceria Euro-Atlântico
CT&I	Ciência Tecnologia e Inovação
DAEBAI	Diretriz para Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DAI	Doutrina de Ação Integral
DEXTER	Detecção de Explosivos e Armas de Fogo para Contraterrorismo
DQBRN	Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ED	Estratégias de Defesa
ELN	Exército de Libertação Nacional
END	Estratégia Nacional de Defesa
EOD	Desativação de Engenheiros Explosivos
EOR	Reconhecimento de Munições
ESG	Escola Superior de Guerra
ESING	Escola de Engenheiros do Exército da Colômbia
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDN	Fundamentos da Defesa Nacional
FFAA	Forças Armadas
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GPS	Sistema de Posicionamento Global

ICI	Iniciativa para Cooperação de Istambul
IED	Artefato Explosivo Improvisado
INTERPOL	Polícia Internacional
IPCP	Programa de Parceria Individual e Cooperação
ISAF	Força Internacional de Apoio à Segurança
LBDN	Livro Branco de Defesa do Brasil
LIDAR	Detecção por Luz
MB	Marinha do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MONUSCO	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo
MT	Mar Territorial
NAMSA	Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OND	Objetivo Nacional de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTU	Operações Terrestres Unificadas
PfP	Parceria pela Paz
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PRODE	Produtos de Defesa
PTEC	Centro de Formação e Educação dos Parceiros da OTAN
RADAR	Detecção por Rádio
SICAD	Sistema de Catalogação da Defesa
SINDER	Radar de Vigilância de Superfície
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISMICAT	Sistema Militar de Catalogação
SOC	Sistema OTAN de Catalogação
SPS	Programa Científico para Paz e Segurança
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TADER	Radar Tático de Defesa
TAN	Tratado do Atlântico Norte
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
URSS	União das repúblicas Socialistas Soviéticas
ZC	Zona Contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo geral.....	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	18
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE.....	20
2.1.1 Breve histórico da OTAN.....	20
2.1.2 O Tratado do Atlântico Norte.....	22
2.1.3 Países membros da OTAN.....	24
2.1.4 O programa de Parcerias da OTAN.....	26
2.1.4.1 Conselho de Parceria Euro-Atlântico.....	28
2.1.4.2 Diálogo do Mediterrâneo.....	29
2.1.4.3 Iniciativa de Cooperação de Istambul.....	30
2.1.4.4 Parceiros globais da OTAN.....	31
2.1.4.4.1 <i>Um olhar sobre a Colômbia</i>	34
2.2.1 Fundamentos da Expressão Militar do Poder Nacional	35
2.2.2 Fatores da Expressão Militar do Poder Nacional	38
2.3 DOCUMENTOS NORTEADORES DA POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL.....	41
2.3.1 Política Nacional de Defesa	42
2.3.2 Estratégia Nacional de Defesa	46
2.3.2.1 Concepção Estratégica de Defesa.....	46
2.3.2.2 Fundamentos da Defesa Nacional (FDN).....	47
2.3.2.2.1 <i>Setor de Defesa</i>	49
2.3.2.3 Implementação da Estratégia Nacional de Defesa.....	50
3 METODOLOGIA	53
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	53
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	53
3.3 COLETA DE DADOS.....	53
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS.....	54

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	54
4 A EXPERIÊNCIA COLOMBIANA.....	56
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	56
4.1.1 Parceria entre Colômbia e EUA.....	56
4.1.2 O caminho até a Parceria Global Colômbia-OTAN	58
4.2 ATIVIDADES DE PARCERIA COLÔMBIA-OTAN	59
4.2.1 Combate ao narcotráfico	60
4.2.2 Combate à pirataria.....	61
4.2.3 Desminagem.....	62
4.2.4 Combate à corrupção e cooperação científica	64
4.3 COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE A PARCERIA GLOBAL DA COLÔMBIA COM A OTAN	66
4.3.1 Colômbia: “El Espectador”	66
4.3.2 Venezuela: “El Universal”.....	68
4.3.3 Estados Unidos da América: “The New York Times”	69
4.3.4 Bolívia: “La Razón”	70
4.3.5 Equador: “El Comercio”	71
4.3.6 Brasil: “Portal de notícias G1”	71
4.4 IMPLICAÇÕES NO SETOR DE DEFESA COLOMBIANO	73
4.4.1 Reforma militar nas Forças Armadas	74
4.4.2 Iniciativas na Política Externa e de Defesa	75
5 PARCERIA GLOBAL BRASIL – OTAN: REFLEXOS NO CAMPO MILITAR	77
5.1 ÁREAS DE POSSÍVEIS CONFLITOS ENTRE BRASIL E OTAN	77
5.1.1 Proteção dos interesses de segurança nacional.....	78
5.1.1.1 Soberania sobre a Amazônia Brasileira.....	78
5.1.1.2 Soberania sobre a Amazônia Azul	80
5.1.1.3 Presença da OTAN no entorno estratégico brasileiro.....	81
5.1.2 Reforma do sistema de governança global.....	85
5.2 ÁREAS POSSÍVEIS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E OTAN	86
5.2.1 Combate ao narcotráfico	88
5.2.2 Combate ao ciberterrorismo	89
5.2.3 Segurança marítima	90
5.2.4 Apoio à Operações de Paz	93
5.2.5 Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa	95

5.2.6 Desenvolvimento doutrinário	96
5.2.7 Treinamento de forças militares	98
5.3 REFLEXOS NO CAMPO MILITAR DA PARCERIA ENTRE BRASIL E OTAN ...	99
6 CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará os reflexos, na expressão militar do Poder Nacional, decorrentes do Brasil tornar-se um parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A OTAN é uma associação intergovernamental com ênfase na consecução de um sistema de defesa coletiva para proteção de seus Estados-Membros. No idioma inglês, recebe a alcunha de “*North Atlantic Treaty Organization*”, sendo internacionalmente conhecida pela sigla NATO. Esta entidade pauta sua conduta pela Carta da Organização das Nações Unidas¹, salvaguardando os princípios fundamentais de democracia, liberdade individual e direito dos povos (OTAN, 1949).

A OTAN também recebe a denominação de Aliança Atlântica, tendo sido estabelecida em 1949 por 12 países pertencentes à Europa e ao subcontinente norte-americano, com o objetivo de “favorecer a estabilidade e o bem-estar na área do Atlântico Norte” (OTAN, 1949, p.1). Após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e consequente fim da Guerra Fria, esta coalizão se expandiu, sendo atualmente composta por 30 Estados-Membros (NATO, 2020a).

A crescente insegurança e a imprevisibilidade do atual cenário internacional levaram a OTAN a assumir novas responsabilidades e enfrentar novos desafios, não somente na região Euro-Atlântica, mas praticamente em todo globo terrestre, por exemplo nas Operações “Escudo do Oceano²” na Costa da Somália ou “Proteção Unificada³” no território da Líbia. Para ser efetivo nestas missões, houve a necessidade do aumento do número de Estados associados à Organização, os quais

¹ A Carta das Nações Unidas é o Tratado que estabeleceu a Organização das Nações Unidas. Ela foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. No último dia da Conferência, foi assinada pelos 50 países a Carta, estando entre os membros fundadores o Brasil (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, [2021]).

² A Operação “Escudo do Oceano (*Ocean Shield*)” foi uma missão de cunho militar que atua na região do Golfo de Áden e no Chifre da África. Ela teve início em 17 de agosto de 2009 focando principalmente no combate à pirataria em alto mar. A OTAN utiliza embarcações e aeronaves com o objetivo de rastrear e identificar navios nessas áreas, prevenindo e desestabilizando os sequestros e roubos armados. (LAGE FILHO, 2013).

³ A Operação “Proteção Unificada (*Unified Protector*)” foi uma missão militar iniciada em 23 de março de 2011 no contexto da Guerra Civil na Líbia, durante a Primavera Árabe. Foi comandada pelo Tenente-general Charles Bouchard, da Força Aérea Canadense, consistindo em embargo naval, vigilância e imposição de uma zona de exclusão aérea contra o governo líbio de Muammar Kadhafi. (MARINHA DE PORTUGAL, 2012).

ficaram internacionalmente conhecidos como “parceiros globais”. Dentre os nove países que hoje estão incluídos neste seleto grupo, apenas Austrália, Nova Zelândia e Colômbia estão localizados no hemisfério sul, o que impulsiona a coligação a buscar novos aliados na porção meridional do planeta para cooperação em áreas de interesse mútuo (NATO, 2020b).

O Brasil é um país situado no subcontinente sul-americano que possui uma área de cerca de 8,5 milhões de km², sendo o maior país da América Latina e o quinto maior no cômputo mundial. Possui mais de 210 milhões de habitantes, distribuídos ao longo de suas cinco regiões geográficas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), o que o permite ser o 6º país mais populoso do globo terrestre. No ano de 2019, atingiu um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de R\$ 7,3 trilhões de reais, sendo considerado, à época, a 10ª maior economia do planeta (BRASIL, 2020a). Tais características permitem que o Estado Brasileiro disponha de uma posição privilegiada no conserto das nações, sendo integrante ativo de diversos organismos internacionais, tais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)⁴, a Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵ e a Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2020b).

De acordo com o Livro Branco⁶ de Defesa do Brasil (LBDN), o sistema internacional contemporâneo do pós Guerra Fria tem se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre Estados, o que acarreta novos desafios para potências tradicionais e emergentes. O tráfico mundial de drogas e armas, a ocorrência de ataques cibernéticos, a necessidade de proteção da biodiversidade, a escassez dos recursos naturais, as pandemias, o terrorismo e os

⁴ O MERCOSUL é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991. A Venezuela aderiu ao Bloco em 2012, mas está suspensa, desde dezembro de 2016, por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e, desde agosto de 2017, por violação da Cláusula Democrática do Bloco. Todos os demais países sul-americanos estão vinculados ao MERCOSUL como Estados Associados. A Bolívia, por sua vez, tem o “status” de Estado Associado em processo de adesão. (MERCADO COMUM DO SUL, [2021]).

⁵ A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. Ela foi fundada em 1948 com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA que entrou em vigor em dezembro de 1951. Hoje, a OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e concedeu o estatuto de observador permanente a 69 Estados e à União Europeia. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, [2021]).

⁶ O Livro Branco de Defesa Nacional é o mais completo documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Ele visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania. (BRASIL, 2013).

ilícitos transnacionais são imbróglios que trazem incerteza ao atual panorama internacional, influenciando diretamente na definição da Política Externa e da Política de Defesa do Estado Brasileiro (2020a).

A Política Nacional de Defesa (PND) Brasileira é um documento concebido no âmbito do Ministério da Defesa, o qual analisa os cenários internacional e nacional, estabelecendo os objetivos para este setor. Ela é embasada nos princípios constitucionais e orienta a política externa brasileira, propugnando “a solução pacífica das controvérsias, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana” (BRASIL, 2012, p. 11).

O Brasil possui um entorno estratégico que extrapola a América do Sul, incluindo a porção meridional do Oceano Atlântico, a África Ocidental, a Antártida e o Caribe. Para atuar ativamente neste cenário, o país defende uma ordem baseada na democracia, no multilateralismo e na cooperação com blocos e países tradicionalmente aliados que possibilitem a troca de conhecimento em diversas esferas do saber, acarretando impactos significativos nas diversas Expressões do Poder Nacional (BRASIL, 2012).

Para a Escola Superior de Guerra (ESG), o Poder Nacional é “a capacidade que tem o conjunto dos homens e meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, para alcançar os Objetivos Nacionais” (2019, p. 33). Ainda na óptica deste Estabelecimento de Ensino de Altos Estudos:

O Poder Nacional deve sempre ser entendido como um todo uno e indivisível. Entretanto para entender os elementos estruturais anteriormente referidos, pode-se estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco expressões, a saber: - Política; - Econômica; - Psicossocial; - Militar; e – Científica e tecnológica. O estudo do Poder Nacional repartido nestas cinco Expressões visa a facilitar o trabalho de sua avaliação e, em consequência, de sua racional aplicação no âmbito de um processo de planejamento. (2019, p. 36).

A Expressão Militar, por sua vez, alicerça-se na capacidade das Forças Armadas (FFAA) e no potencial dos recursos mobilizáveis na defesa dos interesses nacionais (BRASIL, 2012). Ela tem “no emprego da força, ou na possibilidade de usá-la, sua característica mais marcante com o fim de desestimular possíveis ameaças ou, pelo menos, neutralizá-las” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2019, p. 109).

Em um cenário prospectivo que estuda possíveis associações entre Estados e Organismos Intergovernamentais, tal como o ingresso do Brasil como parceiro global da OTAN, o estudo do campo militar do Poder Nacional é fundamental para a decisão

que será realizada nos mais altos escalões políticos do país.

1.1 PROBLEMA

No dia 1º de agosto de 2019, os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil divulgaram uma nota conjunta em que celebram a designação do país como aliado prioritário extra OTAN dos Estados Unidos da América (EUA). Tal condição foi formalizada pelo então Presidente norte-americano Donald Trump no dia 31 de julho de 2019 e, segundo o discurso governamental, este status eleva a parceria estratégica entre as nações a um novo patamar de cooperação e confiança. (BRASIL, 2019).

No âmbito global, somente 16 países encontram-se na categoria de aliados extra OTAN dos norte-americanos, sendo que, no âmbito da América Latina, somente a Argentina ocupa posição similar de aprofundamento da cooperação militar bilateral com os EUA. Entre outras vantagens no campo militar, o Brasil passou a ter “direito a tornar-se comprador preferencial de equipamentos e tecnologias militares dos Estados Unidos, além de participar de leilões organizados pelo Pentágono” (ESTADOS..., 2019), o que abre espaço para colaboração no desenvolvimento de soluções de defesa e elevação dos intercâmbios militares e realização de manobras conjuntas entre as Forças Armadas de ambos os países.

Sendo os EUA um dos países fundadores da OTAN (NATO, 2020a) e respondendo por cerca de 70% dos gastos de defesa da Organização (TRUMP..., 2020), é inegável que uma colaboração bilateral deste calibre suscita prognósticos de que o caminho natural a ser seguido pelas duas nações seria um convite ao Brasil para tornar-se um parceiro global da Aliança Atlântica. Entretanto, existe uma corrente política no Estado Brasileiro que desaprova esta aproximação, por exemplo Nelson Jobim, Ministro da Defesa no período de 2007 a 2011, quando questionado sobre o assunto, descartou completamente esta hipótese, afirmando que o Brasil e a África do Sul deveriam impedir qualquer aproximação da OTAN da região do Atlântico Sul.

Do exposto, formulou-se o seguinte problema para este trabalho de pesquisa: quais os possíveis reflexos, na expressão militar do Poder Nacional, advindos de uma eventual designação do Brasil como parceiro global da OTAN?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Descrever possíveis reflexos, na Expressão Militar do Poder Nacional, do Brasil tornar-se um parceiro global da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) caracterizar a Organização do Tratado do Atlântico Norte, sua evolução histórica e seus programas de parceria;
- b) descrever os fundamentos e os fatores da Expressão Militar do Poder Nacional;
- c) apresentar a Política e a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil;
- d) descrever a parceria existente entre a Colômbia e a OTAN;
- e) analisar possibilidades e limitações de uma parceria entre o Brasil e a OTAN.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Do ponto de vista cronológico, a pesquisa terá ênfase no período que se estende desde 1991 até 2020, uma vez que tal marco temporal permitirá identificar as atuais condições dos atores relacionados neste trabalho. Entretanto, por ocasião da evolução histórica da OTAN, haverá uma breve abordagem que se inicia em sua criação, em 1948, e segue até o final do século XX.

Quanto ao espaço a ser estudado, a pesquisa abordará elementos relacionados ao Brasil e ao seu entorno estratégico, principalmente o subcontinente sul-americano e a região do Atlântico Sul. Essa delimitação visa atender os pressupostos existentes na legislação que orienta a Defesa Nacional Brasileira.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A pesquisa em questão possui significância para diversos domínios de conhecimento das ciências sociais. A seguir, serão discriminadas as contribuições deste projeto para a área acadêmica, para o setor de defesa e para a instituição Exército Brasileiro.

O acervo existente de investigações que tratam sobre os reflexos para o Brasil de uma parceria global com a OTAN é bastante reduzido, uma vez que a aproximação deste país com a Aliança Atlântica intensificou-se somente com a sua designação como parceiro militar preferencial dos EUA em 31 de julho de 2019 (ESTADOS...,

2019). Desta maneira, este trabalho inaugura, no âmbito acadêmico, das Ciências Militares, a pesquisa sobre este tema de grande significação, pois esboçará efeitos advindos da associação da maior economia da América Latina (TRADING ECONOMICS, 2021) com a maior aliança militar do planeta (MARCUS, 2019).

Ademais, esta pesquisa evidenciará, no nível político e estratégico, a existência de antagonismos entre a PND/END e as normas e prescrições existentes na OTAN. Tudo com o intuito de verificar se o envolvimento com a Aliança Atlântica poderá, de alguma forma, facilitar ao Estado Brasileiro a consecução de alguns objetivos, por exemplo o de cooperar no âmbito internacional a fim de promover a estabilidade regional e a paz e segurança mundial (BRASIL, 2020a).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

A OTAN consiste em uma aliança político-militar construída entre países da Europa e da América do Norte. Ela proporciona um vínculo entre estes dois continentes e tem o objetivo de garantir segurança e liberdade aos seus membros (NATO, 2021a).

No campo político, a Organização promove valores democráticos que permitem seus integrantes cooperarem em questões relacionadas à defesa e segurança para, a longo prazo, prevenir a ocorrência de conflitos ou resolvê-los de maneira pacífica. Entretanto, quando os esforços diplomáticos falham, a expressão militar é mobilizada para proceder o gerenciamento da crise instaurada (NATO, 2021a).

Um dos princípios basilares que regem a organização é o da defesa coletiva, que alega que um ataque contra um de seus Estados-Membro, é considerado como um ataque contra todos eles. Tal preceito está positivado no Artigo 5 do Tratado de Washington e foi invocado para responder aos ataques terroristas ocorridos nos EUA no dia 11 de setembro de 2001⁷ (NATO, 2021a).

2.1.1 Breve histórico da OTAN

No cenário pós Segunda Guerra Mundial⁸, a Europa, com uma perda humana aproximada de cerca de 36,5 milhões de pessoas estava completamente devastada pelo conflito. Em tal oportunidade, o mundo assistiu, no ano de 1948, a tomada do poder pelo Partido Comunista na Tchecoslováquia e o bloqueio soviético à porção ocidental de Berlim, o qual só foi vencido pela consecução de ressuprimento aéreo liderado por potências como os EUA (NATO, 2021b).

Dessa maneira, a fim de evitar a repetição de fatos desta natureza, em 4 de abril de 1949, foi assinado o Tratado do Atlântico Norte por doze países da Europa e

⁷ Ataque perpetrado pelo grupo pan-islâmico Al Qaeda, cujo líder era Osama Bin Laden. Foi dirigido contra o World Trade Center em New York e o Pentágono em Washington, ambos nos EUA, resultando na morte de 2819 pessoas. (WELLAUSEN, 2002).

⁸ Conflito armado de proporções globais iniciado em 1939. Contrapôs os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) aos Aliados, liderados por França, Inglaterra, União Soviética e EUA. Terminou em 1945 com a vitória dos Aliados após o lançamento das bombas nucleares sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. (COGGIOLA, 2015).

América do Norte, os quais são considerados os membros fundadores da Organização (PRADO, 2008). Nesse momento, a OTAN foi fundada com o objetivo de atender três propósitos básicos: “deter o expansionismo soviético, evitar o renascimento do ultranacionalismo europeu por meio de uma forte presença norte-americana no continente e encorajar uma integração política europeia” (NATO, 2021b, p. 1, tradução nossa).

Um dos primeiros passos da Aliança foi o envolvimento na Guerra da Coreia em 1950. Este conflito terminou sem uma vitória definida para nenhum dos beligerantes, mas teve um efeito dramático sobre a OTAN, que instalou seu quartel-general no subúrbio parisiense de Rocquencourt e nomeou o General Dwight D. Eisenhower como primeiro Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa (NATO, 2021b).

Com a adesão à OTAN de Grécia/Turquia e Alemanha Ocidental, respectivamente, em 1952 e 1955, a União Soviética e os países do leste europeu aderiram ao Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua do Leste, também conhecido como Pacto de Varsóvia (PRADO, 2008). Os integrantes desta Aliança então, em 1961, promoveram a construção de um dos principais símbolos da Guerra Fria, o muro erguido ao redor de Berlim Oriental (NATO, 2021b).

Em outubro de 1967, a pedido do governo francês, a OTAN transferiu sua sede principal para a cidade de Bruxelas, na Bélgica e, em 1982, a Espanha passou a integrar a Aliança. A OTAN teve papel fundamental em vários momentos histórico ocorridos no período, por exemplo na Crise dos Mísseis em Cuba, na Guerra do Vietnã e na invasão soviética ao Afeganistão. Posterior à queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, seguiu-se a unificação da Alemanha, o fim do Pacto de Varsóvia e a desintegração da União Soviética, inaugurando uma nova fase da história mundial (NATO, 2021b).

Após o fim da “Guerra Fria”⁹, a OTAN atuou em diversos momentos de hostilidade ao redor do mundo. Como exemplos destas participações podem ser citadas as intervenções no antigo território da Iugoslávia: Bósnia Herzegovina em 1995, Kosovo em 1999 e Macedônia em 2001 (PRADO, 2008). Ademais, ainda em

⁹ A Guerra Fria foi um conflito militar indireto entre EUA e União Soviética que, durante o período de 1945 a 1991, disputaram a hegemonia política, econômica, militar e ideológica no âmbito mundial. (FRAGA, [201-]).

2001, liderou a invasão do Afeganistão para responder aos atentados terroristas realizados pelo Talibã¹⁰ em solo norte-americano e, em 2011, estabeleceu uma área de exclusão aérea para a proteção dos civis envolvidos na Guerra Civil na Líbia, já no contexto da Primavera Árabe (NATO, 2021b).

Dessa forma, ainda segundo a página oficial da entidade, durante mais de 70 anos de existência, a OTAN se moldou à conjuntura existente no cenário internacional:

Nos anos 1950, a Aliança foi uma organização puramente defensiva. Nos anos 1960, a OTAN tornou-se um instrumento político de contenção. Nos anos 1990, a Aliança foi uma ferramenta para estabilização da Europa Oriental e Ásia Central por meio da incorporação de novos parceiros e aliados. Na primeira metade do século XXI, a OTAN enfrenta um número crescente de novas ameaças. Como pedra fundamental da paz e liberdade no Atlântico, a OTAN precisa estar pronta para enfrentar este desafio. (NATO, 2021b, p. 24, tradução nossa).

2.1.2 O Tratado do Atlântico Norte

O Tratado do Atlântico Norte (TAN) foi o documento base para criação da OTAN. Ele, em si, apresenta um caráter muito simples com um total de catorze artigos que privilegiam os princípios existentes na Carta das Nações Unidas, da qual extrai sua legitimidade (PRADO, 2008).

Nesta pesquisa, com o objetivo de delinear as principais ideias existentes nos artigos do Tratado do Atlântico Norte, foi utilizada a versão no idioma português do texto base do documento, disponível na página da OTAN na rede mundial de computadores. Tal decisão foi realizada por este autor por acreditar que é a forma mais direta de ter acesso ao conteúdo na íntegra, sem correr o risco de interpretações de outros agentes.

Em seus dois primeiros artigos, o documento informa que foi redigido com base na carta das Nações Unidas e que tem como fundamento resolução de conflitos por meios pacíficos e por meio da esfera judicial a fim de que não ocorra perigo à segurança internacional. Além disso, exalta que as Partes do acordo devem privilegiar a existência de instituições democráticas que assegurem a estabilidade, o bem-estar e a cooperação econômica entre seus membros (OTAN, 1949).

Nos artigos 3º e 4º, o documento começa a apresentar um viés mais voltado

¹⁰ O Talibã é uma milícia fundamentalista islâmica de credo sunita formada a partir de grupos *mujahidin* afegãos. Foi formado, após o término da invasão soviética ao Afeganistão e chegou ao poder neste país em 1996, permanecendo nesta posição até ser destituído por ocasião da operação liderada pela OTAN em 2001. (GOMES, 2008).

para o campo militar ao afirmar que as Partes, de forma individual ou cooperando entre si “manterão e desenvolverão, de maneira contínua e efetiva, pelos seus próprios meios e mediante mútuo auxílio, a sua capacidade individual e coletiva para resistir a um ataque armado.” (OTAN, 1949, p. 1). Além disso, afirma que deverá ocorrer uma consulta entre os membros quando qualquer um deles encontrar-se ameaçado em sua segurança, integridade territorial ou independência política.

O artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte é um dos mais emblemáticos, pois aborda de forma direta o princípio da defesa coletiva, que autoriza o emprego da força contra um Estado não pertencente à Organização. Dessa forma, optou-se por descrevê-lo na íntegra:

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais. (OTAN, 1949, p. 2).

O artigo 6º, por sua vez, descreve qual a definição de ataque armado no entendimento do Tratado do Atlântico Norte. De uma forma geral, aborda que ele representa agressão militar ao território de qualquer dos Estados-Parte ou sob jurisdição dos mesmos, bem como a qualquer força, navio ou aeronave que esteja localizado na Europa Ocidental, Mar Mediterrâneo ou no Oceano Atlântico à norte do Trópico de Câncer.

Nos artigos 7º e 8º, novamente o documento retoma a importância da Carta das Nações Unidas ao afirmar que reconhece a primazia da ONU e do seu Conselho de Segurança como atores prioritários na manutenção da paz e segurança internacional. Ademais, assevera que as cláusulas do TAN não estão em contradição com qualquer compromisso internacional anteriormente assinado pelos seus membros e, caso isto ocorra, não haverá subscrição em relação ao documento mais antigo. (OTAN, 1949).

Em seu artigo 9º, o Tratado estabelece o Conselho da OTAN que será formado por um representante de cada Estado-Parte que deverão estar em condições para

reunirem-se a qualquer momento para tratar dos assuntos relativos à concertação. Outrossim, permite a criação de organismos subsidiários ao Conselho para melhor gerenciamento da Organização, tal como a Comissão de Defesa, “que recomendará as providências a tomar para aplicação dos artigos 3º e 5º”. (OTAN, 1949, p. 3).

O artigo 10º é outro de capital importância para a atual configuração da OTAN, pois aborda diretamente a possibilidade de expansão da entidade. Dessa forma, uma vez que tem relação imediata com o objeto deste trabalho, será transcrito na íntegra:

As Partes podem, por acordo unânime, convidar a aderir a este Tratado qualquer outro Estado europeu capaz de favorecer o desenvolvimento dos princípios do presente Tratado e de contribuir para a segurança da área do Atlântico Norte. Qualquer Estado convidado nesta conformidade pode tornar-se Parte no Tratado mediante o depósito do respectivo instrumento de adesão junto do Governo dos Estados Unidos da América. Este último informará cada uma das Partes do depósito de cada instrumento de adesão. (OTAN, 1949, p. 3).

Os artigos 11º e 14º abordam aspectos administrativos sobre a apresentação, ratificação e arquivamento do Tratado. Em linhas gerais, afirma que ele será publicado nos idiomas inglês e português e que a ratificação do documento é o ponto chave para que este comece a ter efeito em relação ao Estado-Parte. Ademais, informa que o Tratado e suas respectivas ratificações serão arquivadas junto ao governo dos EUA (OTAN, 1949), o que deixa bastante clara a posição de liderança norte-americana na Aliança.

Por fim, os artigos 12º e 13º dispõem sobre a possibilidade de revisão do Tratado e saída de algum Estado-Parte da Organização. O documento poderia ser revisto somente após dez anos de sua assinatura e, decorrido este período, quando as Partes julgassem necessário a atualização em decorrência da mudança na conjuntura internacional. Para abandono da associação, estipulou em vinte anos a previsão inicial de permanência a partir da qual, “qualquer Parte poderá pôr fim ao Tratado no que lhe diz respeito, um ano depois de ter avisado sua denúncia ao Governos dos Estados Unidos, o qual informará o Governo das outras Partes”. (OTAN, 1949, p. 4).

2.1.3 Países membros da OTAN

Conforme anteriormente delineado, originalmente a OTAN teve 12 membros fundadores: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Reino Unido e EUA. O acordo foi assinado em 4

de abril de 1949 pelo Ministro de Relações Exteriores dos países nominados e ratificado, dentro de um prazo de 5 meses, pelo Poder Legislativo de cada uma destes Estados (UNIVERSIDADE DEL ROSARIO, 2016).

Em 18 de fevereiro de 1952, a OTAN passou por uma expansão com a entrada da Grécia e da Turquia. Esta adesão reforçou o flanco sudeste da Organização e significou uma resposta à expansão soviética pelo mundo. Dessa forma, apoiou a recuperação grega, que havia sofrido com uma violenta Guerra Civil, bem como aliviou a pressão que os turcos vinham sofrendo da União Soviética, a qual buscava obter acesso privilegiado ao Mar Negro (NATO, 2020c).

O próximo Estado a adentrar na OTAN foi a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). Entretanto, antes de tornar-se membro efetivo em 6 maio de 1955, este país precisou aderir à União Europeia Ocidental, em 23 de outubro de 1954, para encerrar sua condição de país ocupado pelas potências ocidentais. “Com a reunificação da Alemanha em 3 de outubro de 1990, o território da antiga República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental) foi reunido à República Federal da Alemanha como membro integrante da OTAN” (NATO, 2020c, p. 6, tradução nossa).

No caso da Espanha, a associação à OTAN ocorreu em 30 de maio de 1982, aproximadamente 7 anos após o fim do governo ditatorial do General Francisco Franco¹¹. Entretanto, esta adesão ocorreu com restrições pois o país, inicialmente, participou apenas da instância política do organismo, estando presente, no campo militar, apenas como observador do Grupo de Planejamento para Assuntos Nucleares. Com o término da Guerra Fria, “o resguardo gradualmente diminuiu. O Parlamento Espanhol autorizou a participação do país na estrutura do comando militar integrado em 1996, uma decisão que coincidiu com a nomeação do espanhol Javier Solana para o posto de Secretário Geral da OTAN.” (NATO, 2020c, p. 7, tradução nossa).

Com o fim da Guerra fria, extinção do Pacto de Varsóvia e encerramento da bipolaridade “Leste/Oeste”, a OTAN sofreu duas grandes ondas de expansão, uma vez que as novas democracias europeias se mostraram ávidas por integrarem-se às instituições Euro-Atlânticas (LINDLEY-FRENCH, 2007).

Em 1995, a Aliança publicou o resultado de um estudo que considerou a Expansão da OTAN ao admitir novos membros e como eles poderiam ser

¹¹ O General Francisco Franco Bahamonde foi o Chefe de Estado da Espanha no período de 1936 a 1975 (MATHIAS, 2009).

trazidos para a Instituição. Ele concluiu que o fim da Guerra Fria trouxe uma única oportunidade para construção de uma segurança aprimorada em toda a área Euro-Atlântica e que a expansão da OTAN contribuiria para angariar estabilidade e segurança para todos. A República Checa, Hungria e Polônia foram convidadas a iniciar as discussões para acesso à Aliança por ocasião da Cúpula de Madrid em 1997 e em 12 de março de 1999 elas se tornaram os primeiros membros do antigo Pacto de Varsóvia a integrarem-se à OTAN. (NATO, 2020c, p. 7, tradução nossa).

A segunda onda, por sua vez, iniciou-se em novembro de 2002, quando Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia foram convidadas para fazer parte da OTAN. Tal fato foi concretizado em 29 de março de 2004, após um período de preparação, de cada país, de cerca de 18 meses. (LINDLEY-FRENCH, 2007).

Outros quatro países ainda viriam a serem incorporados na Aliança Atlântica. A Albânia e a Croácia em 1º de abril de 2009, Montenegro em 5 de junho de 2017 e a Macedônia do Norte em 7 de março de 2020. Todos estes países têm em comum o histórico de terem realizado grandes cooperação bilateral com a OTAN antes de efetivamente serem convidados para compor a Organização, por exemplo, nas áreas de defesa e segurança, apoiando operações de combate no Afeganistão. (NATO, 2020c).

Dessa maneira, a OTAN atingiu os trinta membros que possui na atualidade e, de acordo com sua nova concepção estratégica prossegue em seu movimento de expansão em busca de parceiros localizados fora do eixo Euro-Atlântico (GASPAR, 2010), conforme será detalhado a seguir.

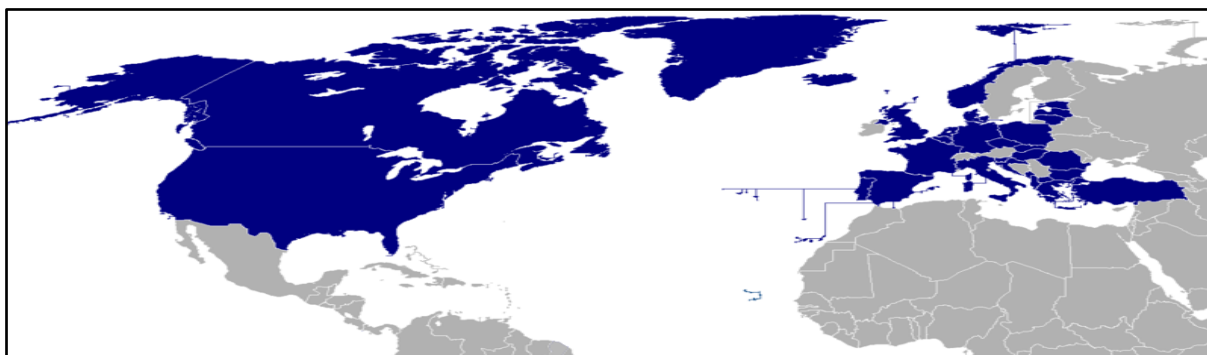


FIGURA 1 – Países membros da OTAN
Fonte: NATO, (2020c).

2.1.4 O programa de Parcerias da OTAN

A OTAN atualmente coopera com um rol de países e instituições internacionais ao redor do planeta. Esta realidade se iniciou a partir de 1989 com a queda do Muro de Berlim, abrindo oportunidades de melhoria no relacionamento com os países que

anteriormente encontravam-se sob a influência soviética. (NATO, 2005).

O atual Conceito Estratégico da OTAN identifica a segurança cooperativa como uma das três mais valiosas tarefas a ser atingida, em parte por meio de uma extensa rede de relacionamento com Estados soberanos e organizações internacionais. (MOORE, 2012).

Atualmente, a OTAN possui parceria com cerca de 40 países, os quais oferecem apoio político e material para as atividades realizadas por esta entidade. Por exemplo, de acordo com o informativo mensal da Organização publicado em 2013, em dezembro de 2012, 24 Estados Parceiros cooperaram com aproximadamente 7 mil militares para as diversas missões cumpridas pela Aliança.

De acordo com a política de parcerias estratégicas da entidade publicada em 2011, os principais objetivos a serem alcançados no relacionamento da OTAN com seus parceiros são:

- Aprimorar a segurança, paz e estabilidade em nível internacional;
- Promover a segurança e a cooperação regional;
- Facilitar a cooperação mutuamente benéfica em assuntos de interesse comum, incluindo esforços internacionais para enfrentar novos desafios à segurança;
- Preparar nações interessadas em parcerias com a OTAN;
- Promover reformas e valores democráticos;
- Aprimorar o apoio às missões e operações lideradas pela OTAN;
- Aprimorar a consciência situacional de segurança, incluindo alertas oportunos com o objetivo de prevenir crises;
- Construir confiança e melhor entendimento mútuo, sobre o papel e as atividades da OTAN, em particular no que se refere à diplomacia. (NATO, 2013, p. 2, tradução nossa).

Ademais, no escopo de tais objetivos estratégicos de parceria, existe a previsão que o diálogo e a cooperação sejam priorizados nos seguintes temas:

- Consultas quanto ao desenvolvimento de políticas de segurança, incluindo questões regionais, em particular com o fim de prevenir crises e contribuir para seu gerenciamento;
- Cooperação nas operações e missões lideradas pela OTAN;
- Atualização no setor de defesa, construindo capacidades por meio da educação e treinamento;
- Interoperabilidade¹²;
- Contraterrorismo;
- Oposição à proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de lançamento;
- Desafios emergentes, incluindo defesa cibernética e segurança energética e marítima (contra pirataria);
- Planejamento a emergências civis. (NATO, 2013, p. 2, tradução nossa).

¹² Interoperabilidade é capacidade das forças militares nacionais ou aliadas de operar efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução (BRASIL, 2020a, p. 192).

Dessa maneira, desde o início dos anos 1990, a OTAN tem expandido sua rede de associados na Europa, no Atlântico, no Mediterrâneo, no Oriente Médio e com outros Estados soberanos, conhecidos como parceiros globais (NATO, 2020b), conforme pode ser observado na imagem a seguir.

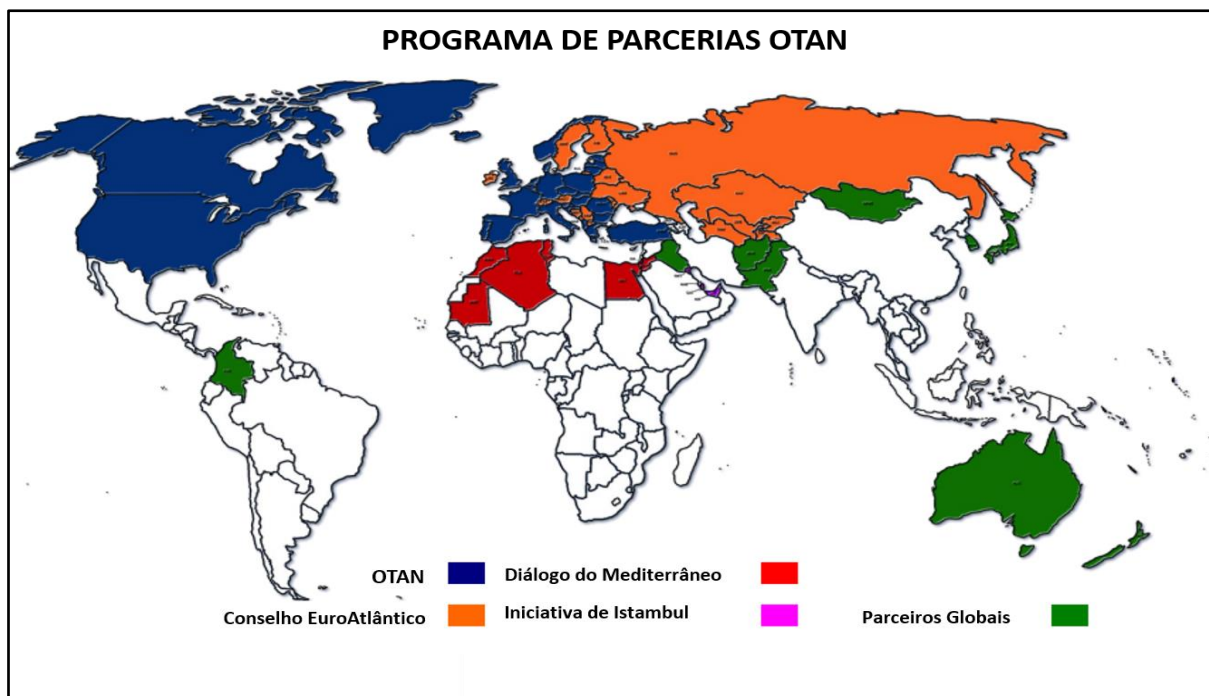


FIGURA 2 - Programa de parcerias da OTAN
Fonte: Lindeman, ([entre 2017 e 2021]), modificada pelo autor.

2.1.4.1 Conselho de Parceria Euro-Atlântico

O escopo e função das parcerias realizadas pela OTAN mudou significativamente desde o início dos anos 1990 quando os Aliados inicialmente convidaram os antigos adversários que pertenciam ao Pacto de Varsóvia para estabelecer diplomáticas relações com a OTAN e, posteriormente, estabelecer redes de diálogo e cooperação militar. (MOORE, 2012, p. 57, tradução nossa).

O primeiro passo desta nova realidade ocorreu, em dezembro de 1991, com a criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN), que representou um fórum para que a OTAN e seus novos parceiros pudessem debater questões de interesse comum. No período imediato do pós Guerra fria, este Organismo focou em questões remanescentes do conflito em questão, por exemplo, a retirada de tropas russas que ainda se encontravam destacadas nos países Bálticos¹³. Tal condição

¹³ Os países Bálticos são Estônia, Letônia e Lituânia. Recebem este nome por localizarem-se às margens do Mar Báltico. (ROSEVICS, 2012).

começou a mudar em 1994, quando foi lançado o programa denominado “Parceria pela Paz” (PFP), que vislumbrava cooperação bilateral entre a Aliança Atlântica e parceiros individuais. Finalmente, em 1997, o CCAN foi substituído pelo Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA), que se encontra em vigor até os dias atuais, pavimentando o caminho para o desenvolvimento de parcerias melhores e mais operacionais. (NATO, 2005).

O CPEA é formado por 30 países, incluindo antigos rivais da Aliança, como a Rússia que, desde 2002, possui um Conselho próprio dentro da Organização (Conselho OTAN-Rússia) para alinhamento dos interesses de ambas as instituições. Além da Rússia, os seguintes países da Europa, Ásia Central e Cáucaso atualmente compõem este Acordo, que é aquele que possui o maior número de participantes no âmbito da OTAN: Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Cazaquistão, Quirquístão, Malta, Moldávia, Sérvia, Suécia, Suíça, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. (OTAN, 2005, 2020b).

“O CPEA desenvolve a cooperação em diversas áreas de defesa e segurança” (OTAN, 2005, p. 6). As forças militares dos países integrantes do Conselho frequentemente treinam e juntas e os soldados operam ombro a ombro em missões, de paz e de combate ao terrorismo, lideradas pela OTAN.

2.1.4.2 Diálogo do Mediterrâneo

“Após a Guerra Fria, a região do Mediterrâneo tornou-se o centro das atenções das instituições europeias como uma área que demanda atenção quanto à segurança” (HAUSER, 2005, p. 1). A região em questão abarca 350 milhões de habitantes, de 22 países, pertencentes a três continentes distintos (Europa, Ásia e África). Além disso, é caracterizada por um amplo pluralismo cultural e religioso, com forte representação das três maiores crenças existentes no mundo (cristianismo, judaísmo e islamismo) que dividem territórios considerados “santos”. No que tange ao aspecto econômico, sua relevância também é significativa uma vez que abarca o Estreito de Gibraltar e o Canal de Suez, onde navegam cerca de 30% dos navios do mundo. (HAUSER, 2005).

Desde 1991, a OTAN tem expandido seus diálogos e angariado a confiança dos países localizados no Mediterrâneo Meridional. Dessa maneira, em 1995 foi criado permanentemente o Diálogo para o Mediterrâneo englobando os seguintes

Estados fundadores: Egito, Israel, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Mais tarde, já na metade do ano 2000, este processo foi estendido à Argélia e à Jordânia. De uma forma geral, esta cooperação é embasada nos princípios de diálogo progressivo, preferencialmente bilateral, não discriminatório, complementar a outros esforços regionais e financiados pela própria organização. (HAUSER, 2005).

Da perspectiva da OTAN, o Diálogo do Mediterrâneo deve lidar prioritariamente com assuntos relacionados à cooperação nas áreas de defesa e segurança para melhorar a imagem da Organização no Mediterrâneo Sul. Assim, as estratégias deverão se apoiar nos quatro elementos básicos a seguir elencados:

- (1) Entender melhor as percepções estratégicas meridionais;
- (2) Manter os Estados parceiros informados sobre os planos e preocupações da Aliança a fim de evitar percepções equivocadas (em ambos os lados);
- (3) Influenciar a percepção das elites;
- (4) Promover cooperação militar e de inteligência sempre que for possível e adequado. (DOKOS, 2003, p. 3, tradução nossa).

Apesar da desconfiança de que a OTAN está diretamente subordinada aos interesses dos EUA que, prioritariamente, tem o objetivo de fortalecer a posição de Israel no Oriente Médio, progressivamente estão sendo realizadas diversas atividades de modo a integrar todos os países associados, tais como:

- Visitas e cursos educacionais.
- Planejamento para emergências de Defesa Civil.
- Aumento da participação dos países em atividades relacionadas ao gerenciamento de desastres.
- Traduzir e disseminar os documentos da OTAN no idioma árabe.
- Desenvolver e fortalecer laços para pesquisa e defesa das instituições da Organização.
- Construção de um código de confiança e transparência organizacional.
- Convite aos países para o envio de observadores para os exercícios da OTAN.
- Patrocínio ao intercâmbio de pesquisadores dos países do Diálogo em grandes estabelecimentos de ensino dos países membros da OTAN para estudos em assuntos de defesa e segurança.
- Aumento de visitas à OTAN de formadores de opinião dos países do Diálogo, por exemplo, jornalistas, acadêmicos e parlamentares.
- Encorajamento a maior participação em cursos, principalmente de manutenção da paz, na Escola da OTAN em Oberammergau.
- Realização de treinamento em atividades como limpeza de minas, evacuação, operações humanitárias de controle de refugiados, entre outras.
- Reforço à dimensão não-governamental e ao estabelecimento de um centro de estudos de defesa.
- Estabelecimento de uma rede de prevenção de crises e construção de confiança no âmbito do Mediterrâneo. (DOKOS, 2003, p. 4, tradução nossa).

2.1.4.3 Iniciativa de Cooperação de Istambul

A Iniciativa para Cooperação de Istambul (ICI) insere-se em um contexto em que a OTAN precisa lidar com ameaças cada vez mais complexas, as quais requerem

um esforço coletivo e uma cooperação internacional. Este organismo foi fundado em 28 de junho de 2004, durante a Cúpula de Chefes de Estado ocorrida em Istambul, na Turquia. Desde então, “quatro países aderiram à iniciativa: Bahrein, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos.” (NATO, 2014).

“A ICI está baseada na premissa de que a segurança e estabilidade da região do Golfo é um interesse estratégico para a Aliança tanto quanto a segurança e estabilidade da área Euro-Atlântica é importante para região do Golfo.” (NATO, 2014, p.1, tradução nossa). A Iniciativa permanece aberta para todos os países da região que almejem lutar contra o terrorismo e combater a proliferação de armas de destruição em massa. Atualmente os quatro países integrantes da parceria contribuem militarmente para o esforço de guerra no Afeganistão e o apoio de meios aéreos, cedidos pelo Catar e os Emirados Árabes Unidos, foi fundamental para o sucesso da “Operação Protetor”, realizada na Líbia em 2011.

A ICI vem provando ser um sucesso em seus quinze anos de colaboração. Desde 2011, foi disponibilizado um catálogo no qual os países podem escolher atividades em diversas áreas de cooperação nas quais desejam interagir com a OTAN, tais como:

- Aconselhamento sob medida em orçamentação e planejamento da defesa e relações civis-militares;
- Cooperação militar para contribuir com a interoperabilidade para participação em exercícios militares, instrução e treinamento que possam melhorar a habilidade das forças dos países participantes, para operar com aquelas da Aliança;
- Cooperação na luta contra o terrorismo, incluindo compartilhamento de informações de inteligência;
- Cooperação no trabalho da Aliança de conter a proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de lançamento;
- Cooperação relacionada à segurança das fronteiras, terrorismo e tráfico ilegal de armas;
- Planejamento para emergências civis, incluindo a participação em treinamento e exercícios para assistência em desastres;
- Atividades de diplomacia para atualizar governos e formadores de opinião para entender a evolução da OTAN e da ICI. (NATO, 2014, p. 1, tradução nossa).

2.1.4.4 Parceiros globais da OTAN

“Desde 1998, a OTAN tem convidado países ao redor do mundo para participar em suas atividades, oficinas, exercícios e conferências” (NATO, 2017a, p. 5, tradução nossa). O Conceito Estratégico da Organização, publicado em novembro de 2010, durante a Conferência de Lisboa, alçou o Organismo a uma nova realidade. Ele reconheceu que a realização de parcerias com atores não europeus foi importante

para o aprimoramento da instituição e é essencial para que sejam dadas respostas às ameaças globais atualmente existentes (MOORE, 2012).

Nesse mesmo viés, a nova Política de Parcerias da OTAN defende que é vital a manutenção dos laços já existentes, mas que devem ser encorajados diálogos com atores chaves globais e outros novos interlocutores, além da área Euro Atlântica (NATO, 2011). Dessa forma, “a evolução da política de parcerias da OTAN oferece a parceiros existentes e em potencial, uma oportunidade para definir seu próprio relacionamento com a Organização, baseado no grau e no assunto que deseja partilhar com a Aliança.” (MOORE 2012).

O Programa acima descrito tem sido denominado “Programa Individual de Parceria e Cooperação”. Ele consiste em uma lista de atividades cooperativas desenhadas, “na medida certa”, para servir tanto ao país parceiro quanto às prioridades da OTAN. Apesar de ser patente que cada país tem seus interesses particulares para cooperação com a Aliança, de uma forma geral, eles compartilham com a Organização um significativo número de desafios no setor de segurança, por exemplo, combate ao terrorismo, à proliferação nuclear e a outros perigos oriundos de forças irregulares. (MOORE, 2012).

Atualmente são nove os países considerados como parceiros globais da entidade. Cada um destes Estados possui um histórico específico de cooperação com a Aliança, o que levou a diferentes datas de adesão ao “Programa Individual de Parceria e Cooperação” (NATO, 2020b), conforme explicitado na ilustração abaixo:

QUADRO 1 - PARCEIROS GLOBAIS OTAN			
Nr Ordem	País	Ano de aproximação OTAN	Ano de adesão ao PIPCO
1	Afeganistão	2003	2010
2	Austrália	2005	2013
3	Colômbia	2013	2017
4	Iraque	2004	2012
5	Japão	1990	2013
6	Coreia do Sul	2005	2012
7	Mongólia	2005	2012
8	Nova Zelândia	2001	2012
9	Paquistão	2005	2009

QUADRO 1 – Parceiros Globais da OTAN/2020
Fonte: o autor

Possuindo um extenso inventário de associações com a Organização Atlântica, a Coreia do Sul renovou, em novembro de 2019, seu Programa Individual de Parceria e Cooperação com a OTAN. Sua colaboração com a entidade vai muito além do fornecimento fundos financeiros e de tropas militares, estando também vinculada principalmente ao setor de ciência e tecnologia. Por intermédio da Plataforma Científica para Paz e Segurança, enfoca em campos tecnológicos avançados de contraterrorismo e Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN), por exemplo, na produção do sistema de sensores DEXTER (Detecção de Explosivos e Armas de Fogo para Contraterrorismo, do inglês, *Detection of Explosives and Firearms to Counter Terrorism*), capaz de detectar explosivos e armas de fogo, conduzidos em público, sem interrupção ao fluxo de pedestres. (NATO, 2018c).

No âmbito dos parceiros globais da OTAN, a Austrália se destaca como um dos países que mais contribuiu com tropas na última década, participando de diversas operações militares e programas de cooperação. Um destes projetos diz respeito ao treinamento, aconselhamento e assistência às Forças de Segurança do Afeganistão. Além disso, também participa da coalizão mundial para derrotar o Estado Islâmico¹⁴ no Iraque, do combate à pirataria na Operação “Escudo do Oceano”, na Costa da Somália, bem como da destruição de engenhos falhados em Saloglu, no Azerbaijão (NATO, 2020d).

A Nova Zelândia é outra parceira da OTAN localizada no hemisfério sul do planeta. Dentro do rol de atividades conjuntas realizadas com a Aliança Atlântica estão incluídas: “participações em operações, exercícios, treinamentos, intercâmbio de informações, bem como desenvolvimento de projetos na área de ciência e tecnologia” (NATO, 2018d, tradução nossa). Para exemplificar tal proximidade, pode-se mencionar a presença militar do país na Operação “Escudo do Oceano” no Chifre da África e na Força de Estabilização da OTAN na Bósnia-Herzegovina.

Como exemplo de atuação conjunta dos parceiros globais com a OTAN pode-se relatar a participação da Austrália, Coreia do Sul e Nova Zelândia na composição

¹⁴ O Estado Islâmico é grupo armado fundamentalista islâmico sunita, que surgiu como braço da al-Qaeda em 2003 no Iraque, e do qual se tornou independente em fevereiro de 2014. Sob a liderança de Abu Bakr al Baghdadi declarou um califado em territórios pertencentes à Turquia, Síria e Iraque. É oficialmente considerada uma organização terrorista estrangeira, nos moldes da Resolução 2253 (2015) do Conselho de Segurança da ONU. (SANTOS, 2017).

da Força Internacional de Apoio à Segurança (ISAF, na sigla em inglês)¹⁵ que atuou no Afeganistão de 2003 a 2014. Esta interação é de grande valor para aquisição de experiência militar em todos os níveis uma vez que:

Tipicamente, as forças militares dos países parceiros são incorporadas juntamente com as forças dos países membros da OTAN. Isto implica que eles estão envolvidos no processo de tomada de decisão ao participar das comissões de trabalho da OTAN e por intermédio dos oficiais de ligação destacados no posto de comando operacional. Eles operam sob o comando direto do comandante operacional por meio de uma divisão multinacional do quartel-general desdobrado no terreno. Encontros regulares do Conselho do Atlântico Norte, o principal elemento decisório da Aliança, com embaixadores, ministros e chefes de estado e governo são mantidos para discutir e rever as operações. (NATO, 2017a, p.4, tradução nossa).

2.1.4.4.1 Um olhar sobre a Colômbia

O diálogo entre a OTAN e a Colômbia remonta o ano de 2013, entretanto, somente em maio de 2017 foi firmado um Programa Individual de Parceria e Cooperação com a Aliança Atlântica. Nesta ocasião, os desafios assinalados para a aproximação entre estas entidades foram a segurança cibernética, a segurança marítima, o terrorismo e o crime organizado, enfatizando o treinamento e a capacitação das Forças Armadas Colombianas para as atividades em questão. (NATO, 2018a).

Atualmente, houve uma grande diversificação na cooperação e interoperabilidade entre a Colômbia e a OTAN, com aquisição de capacidades e benefícios mútuos para ambas as instituições, particularmente em áreas como:

- Treinamento, educação e exercícios conjuntos. A OTAN e a Colômbia buscam desenvolver a interoperabilidade de suas Forças Armadas dentro dos padrões e normas da Aliança Atlântica. Isto irá facilitar futuras participações em operações e missões das Nações Unidas. Neste contexto, pessoal colombiano regularmente participam em cursos na Escola da OTAN, em Oberammergau (Alemanha) e no Colégio de defesa da OTAN, em Roma (Itália). Adicionalmente, a Colômbia também tem participado em inúmeras conferências militares de alto nível.
- A Colômbia tem grande expertise para oferecer à OTAN nas áreas de desminagem humanitária, enfrentamento a dispositivos explosivos improvisados, contra insurgência e combate a narcóticos. Diálogo está em

¹⁵ A ISAF foi uma missão liderada pela OTAN no Afeganistão entre 2003 e 2014, que se propunha oficialmente a garantir a segurança e a governabilidade do país após a intervenção militar norte-americana de 2001, havia resultado na queda do regime Talibã (OTAN, 2015b).

curso para identificar como a experiência colombiana pode melhor apoiar os Aliados e Parceiros da Organização.

- O Ministro da Defesa Colombiano também participa ativamente, desde 2013, no Programa de Construção de Integridade, que garante assistência e aconselhamento para estreitamento da integridade e transparência nos setores de defesa e segurança. (NATO, 2018, p. 3, tradução nossa).

A implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU é outro setor preferencial da interação entre a Colômbia e a OTAN. Esta legislação regulamenta o tratamento a ser garantido a civis em conflitos armados, particularmente às mulheres e crianças. Já em 2019, no âmbito do Programa Científico para Paz e Segurança, Bogotá, capital colombiana, sediou uma Conferência de estudos avançados com foco em lições de contraterrorismo e combate à pirataria e narcotráfico. (NATO, 2018a).

2.2 EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL

De acordo com a ESG, a Expressão Militar do Poder Nacional pode ser definida como “a manifestação de natureza preponderantemente militar do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.” (2020, p. 109). Já para Uraci Castro Bonfim, antigo professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Expressão Militar garante a segurança soberana das ações do Estado, sendo um pilar dinâmico do Poder Nacional no contexto mundial (2005).

Um aspecto marcante sobre o emprego da expressão militar é a de que ela tem como principal característica a possibilidade do emprego da força para desestimular ou neutralizar possíveis ameaças internas e externas. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2020). Entretanto, para ser efetiva, precisa ter uma ampla capacidade de agregação, pois o poder militar é tido como “uma crucial fonte de segurança em relações internacionais, mas definitivamente não é a única, porém certamente acarreta uma interdependência ou até mesmo integração entre os outros elementos do poder estatal”. (SHAH, 2019, p. 9).

2.2.1 Fundamentos da Expressão Militar do Poder Nacional

É praticamente unânime na literatura nacional a divisão da expressão militar em três fundamentos principais: recursos humanos, território e instituições militares (CORDEIRO, 2016). Estes elementos, quando sinergicamente empregados,

contribuirão decisivamente para consecução dos objetivos previstos pelo Estado.

Os recursos humanos estão diretamente relacionados com a população de um determinado Estado, devendo ser analisados tanto quanto ao aspecto qualitativo quanto ao viés quantitativo. Alguns exemplos de componentes que afetam este fundamento são “maior ou menor amplitude de faixas etárias, índices de crescimento populacional, higidez física, níveis de escolaridade, capacidade de absorção e desenvolvimento de novas tecnologias, caráter e moral nacionais” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2020), condicionando a real capacidade da nação empregar seu poder militar.

Ainda no escopo dos recursos humanos, é de vital importância o envolvimento de toda sociedade nacional nos assuntos de Segurança e Defesa. Este cenário permitirá uma sólida identificação da população para com suas Forças Armadas, fortalecendo a expressão militar do Poder Nacional e desenvolvendo o setor de defesa do país (BRASIL, 2020).

O território, por sua vez, é entendido como sendo “a terra onde o Estado exerce sua jurisdição, considerando também o mar e o espaço aéreo sobrejacente” (CORDEIRO, 2016, p. 78). Ele tem relevância para expressão militar pois esta influi sobre ele diretamente no âmbito de seus três aspectos básicos.

A **posição** é definida considerando-se: longitude e latitude; maritimidade ou continentalidade; e situação relativa no globo terrestre, no âmbito regional e no contexto dos países vizinhos (áreas de influência e pressões). Isso, normalmente, imporá, às Forças Armadas, estrutura, doutrina e instrução adequadas e distintas daquelas das demais nações. A **forma** do espaço geográfico pode ser: compacta, alongada, fragmentada ou recortada. Tal fato reflete-se, ponderavelmente, sobre a Expressão Militar. Assim, nações cujos territórios tenham formas alongadas, com extensas fronteiras terrestres e marítimas, hão de encarar problemas militares diferentes daqueles a serem enfrentados por nações baseadas em territórios compactos, recortados ou fragmentados. Condições favoráveis ou desfavoráveis de posição podem atenuar ou agravar o fator forma do Território.

A **extensão**, por sua vez, representa sensível proteção contra ações militares adversas. Não obstante, exige maiores efetivos, articulação compatível e presença militar em tempo oportuno (mobilidade). (BRASIL, 2020, p. 111, grifo nosso).

Cabe destacar que outros aspectos do território que também são importantes para o estudo da expressão militar são as características fisiográficas¹⁶ existentes e a

¹⁶ Fisiografia é tudo aquilo que diz respeito à descrição dos aspectos físicos da superfície terrestre (INFOPÉDIA, 2021), tais como: geologia, orografia, hidrografia, litoral, clima, vegetação e meio ambiente. (CASTRO, 2010).

existência de recursos naturais estratégicos que existem no solo ou subsolo do país.

O terceiro fundamento da Expressão Militar de Estado diz respeito a suas **instituições militares**, cuja capacidade pode ser medida por meio do valor monetário despedindo pelo país para as áreas de defesa e segurança (GAHATRAJ, [19--?]. Já o Major Cade Saie, o tradicional propósito das instituições militares é de lutar e vencer as guerras enfrentadas por sua nação, podendo estas serem empregadas no âmbito interno ou externo (2012).

De uma forma resumida, pode-se afirmar que as instituições militares possuem alguns aspectos característicos que moldam sua existência:

- a) Forças Armadas e sua composição básica;
- b) subordinação funcional legal à autoridade suprema do Chefe de Estado;
- c) princípios de hierarquia e disciplina, garantidores da coesão das Forças Armadas e pilares das Instituições Militares;
- d) destinação constitucional, limitadora da esfera de atuação das Forças Armadas e orientadora de suas atribuições; e
- e) caráter de permanência, impondo suas ligações com o passado, em especial com suas tradições, voltadas para o futuro, mas sempre refletindo o caráter nacional e a sua vocação histórica. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2020, p. 110-111).

No caso do Brasil, as Forças Armadas têm sua destinação constitucional delineada no Artigo 142 da Carta Magna do país, sendo dividida em Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Força Aérea Brasileira (FAB). Elas são diretamente subordinadas ao Ministro da Defesa e são empregadas pelo Presidente da República, assessorado pelo Conselho Nacional de Defesa e Conselho Militar de Defesa (BRASIL, 1988, 1999).

De modo bastante simplificado, pode se afirmar que a Marinha do Brasil tem atuação restrita ao mar e às águas interiores do país. O Exército, por sua vez, tem como responsabilidade toda porção terrestre do território. Por fim, a Força Aérea, também chamada de Aeronáutica, emprega seus meios a fim de resguardar todo espaço aéreo, interior e exterior, da nação. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2020)

Em um cenário atual complexo e imprevisível, as Forças Armadas precisam estar ajustadas à estatura político estratégica do país a fim de respaldar decisões soberanas da nação que acarretarão impactos de cunho nacional e internacional. Dessa forma, estarão integradas ao contexto de desenvolvimento harmônico das

Expressões do Poder Nacional, agindo como “*ultima ratio regis*”¹⁷ da vontade do Estado. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2020).

2.2.2 Fatores da Expressão Militar do Poder Nacional

Segundo o Coronel Thiago de Castro e Castro (2010), fatores militares são condições ou situações que favorecem ou dificultam a obtenção de um resultado. Nesta pesquisa, serão apresentadas, em formato de gráfico, três formas utilizadas por especialistas para subdividir tais fatores, sendo a primeira delas a da Escola Superior de Guerra (2020), a segunda a da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2013) e a terceira aquela existente no livro “Método”, do Coronel Thiago de Castro (2010). Dessa forma será possível ao leitor perceber que possuem grandes semelhanças entre si, divergindo apenas quanto alguns aspectos específicos relativos a suas subdivisões.

FATORES MILITARES – ESG			
Nr O	FATOR	CONCEITUAÇÃO E EXPLICAÇÃO	SUBDIVISÃO
1	Doutrina Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Preceitos que orientam a organização, preparo e emprego das Forças Armadas. - Deve estar em consonância com Acordos Internacionais. - Visam atender PND/END. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Doutrina da Marinha do Brasil 2. Doutrina do Exército Brasileiro 3. Doutrina da Força Aérea Brasileira
2	Estrutura Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição das Organizações Militares no território nacional. - Visa a atender os imperativos conjunturais de Segurança e Desenvolvimento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização 2. Articulação
3	Comando e Controle	<ul style="list-style-type: none"> - Efetividade no uso da chefia e liderança por um comandante para cumprimento da missão recebida. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autoridades legítimas 2. Processo decisório sistematizado 3. Meios em pessoal e material
4	Integração das Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> - Realizações de exercícios conjuntos. - Padronização de materiais e procedimentos operacionais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Logística Militar 2. Mobilização Militar 3. Serviço Militar

¹⁷ A expressão “*ultima ratio regis*” é de origem latina e normalmente se encontrava estampada nos canhões franceses e espanhóis no passado. Significa o “último argumento do rei”. (FREIRE; HEYE, 2016).

FATORES MILITARES – ESG			
Nr O	FATOR	CONCEITUAÇÃO E EXPLICAÇÃO	SUBDIVISÃO
			4. Tecnologia Militar 5. Defesa territorial 6. Operações e informações estratégicas
5	Instrução, Adestramento e Aprestamento	- Transmissão de conhecimentos técnicos. - Exercícios individuais e coletivos. - Grau de presteza e prontidão para resposta a uma missão.	-
6	Moral Militar	- Estado de espírito coletivo em um dado momento. - Influenciada pela disciplina, preparação psicológica, liderança e confiança na Instituição.	1. Espírito de sacrifício 2. Firmeza de ânimo 3. Determinação em cumprir a missão
7	Capacidade Logística	- Previsão e provisão dos meios a serem empregados.	1. Recursos humanos 2. Materiais 3. Serviços
8	Capacidade de Mobilização Militar	- Atividades voltadas para adequar as Instituições para passagem de uma estrutura de paz para uma estrutura de guerra.	1. Pessoal 2. Material
9	Serviço Militar	- Forma de recrutamento dos recursos humanos e formação da reserva mobilizável.	1. Voluntário 2. Obrigatório
10	Capacidade Científica tecnológica	- Competência para aperfeiçoar armamentos e equipamentos	-

QUADRO 2 – Fatores militares ESG

Fonte: Escola Superior de Guerra, (2020), adaptado pelo autor.

FATORES MILITARES – ECEME				
Nr O	FATOR	SUBDIVISÃO		
1	Doutrina e Estratégia Militar	1. Setorial de Defesa	2. Militar	
2	Estrutura Militar	1. Organização de atividade-fim 4. Instituições	2. Organização de atividade-meio 5. Organização e	3. Ministério da Defesa 6. Apoio interno e

FATORES MILITARES – ECEME				
Nr O	FATOR	SUBDIVISÃO		
		Militares	Articulação das FFAA	externo
3	Capacidade de Comando e Controle	-----		
4	Integração das FFAA	1. Marinha	2. Exército	3. Aeronáutica
5	Ensino militar/ Instrução/ Adestramento/ Aprestamento	-----		
6	Moral Militar	1. Valores	2. Imagem da força	3. Recursos Humanos
		4. Apoio da população		
7	Capacidade de Logística	-----		
8	Capacidade de Mobilização	-----		
9	Serviço Militar	-----		
10	Capacidade Científico-Tecnológica	1. Pesquisa	2. Indústria	3. Inovação
		4. Ensino		
11	Território	1. Posição	2. Forma	3. Extensão
12	Defesa Nacional	1. Política Nacional de Defesa	2. Estratégia Nacional de Defesa	3. Livro Branco de Defesa
13	Relações entre Nações	1. Acordos e Tratados em Defesa	2. Diplomacia	3. Guerra
		4. Terrorismo	5. Direto Internacional	6. Organismos Internacionais

QUADRO 3 – Fatores militares ECEME

Fonte: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, (2013), adaptado pelo autor.

FATORES MILITARES – THIAGO DE CASTRO		
Nr O	FATOR	EXPLICAÇÃO/SUBDIVISÃO
1	Defesa da Área	- Órgãos responsáveis - Atribuições - Estruturas
2	Forças Armadas	- Exército, Marinha e Aeronáutica.

FATORES MILITARES – THIAGO DE CASTRO		
Nr O	FATOR	EXPLICAÇÃO/SUBDIVISÃO
		<ul style="list-style-type: none"> - Componentes (armamento, equipamento, infraestrutura, complexos científicos e industriais. - Preparo e operacionalidade (planejamento, organização, articulação, instrução, adestramento, doutrina, estruturação, logística, mobilização, ensino, pesquisa e inteligência. - Organização (central, operacional e territorial).
3	Ensino/ Instrução/ Pesquisa/ Ciência/ Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas Militares - Formação e qualificação militares - Instrução e doutrina militares - Parceria com universidades e indústrias - Intercâmbio com outros países
4	Serviço Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Duração - Obrigatoriedade - Voluntariado
5	Logística	<ul style="list-style-type: none"> - Armazenamento, transporte, distribuição, manutenção, reparação e evacuação.
6	Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionamento de estruturas para guerra.
7	Apoios interno e externo	<ul style="list-style-type: none"> - Dotação orçamentária do Produto Interno Bruto. - Apoio de países aliados. - Apoio a países aliados.
8	Valores Militares	<ul style="list-style-type: none"> - Requisitos físicos, psicológicos, morais, intelectuais, afetivos e espirituais.
9	Imagem da Força	<ul style="list-style-type: none"> - Origem socioeconômica dos efetivos. - Situação social e padrão de vida. - Credibilidade e confiabilidade.

QUADRO 4 – Fatores militares Thiago de Castro
Fonte: Castro, (2010), adaptado pelo autor.

2.3 DOCUMENTOS NORTEADORES DA POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

A República Federativa do Brasil possui dois documentos como principais orientadores do arcabouço jurídico de sua Defesa: Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa¹⁸. Contudo, antes de proceder o detalhamento de tal legislação, cabe a descrição de quais são os fundamentos, previstos no Artigo 4º da

¹⁸ Na presente pesquisa foram utilizadas as versões 2020 da PND, END e LBDN. Tais documentos foram confeccionados pelo Ministério da Defesa e encontram-se aguardando aprovação do Congresso Nacional desde 25 de agosto de 2020. (CONGRESSO NACIONAL, 2021).

Constituição Brasileira, que norteia as interações do país no estrangeiro, uma vez que uma eventual parceria com a OTAN possui amplo envolvimento do setor de Relações Exteriores da nação.

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I- Independência nacional;
- II- Prevalência dos direitos humanos;
- III- Autodeterminação dos povos;
- IV- Não-intervenção;
- V- Igualdade entre os Estados;
- VI- Defesa da paz;
- VII- Solução pacífica dos conflitos;
- VIII- Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX- Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
- X- Concessão de asilo político. (1988, p. 2).

2.3.1 Política Nacional de Defesa

Desde seus primórdios, o Brasil vem apresentando um comportamento que “privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para solução das controvérsias entre os Estados” no âmbito de sua Política Externa. Assim, a fim de manter suas posições no cenário internacional, é necessário que o país “dedique atenção contínua a sua defesa, haja vista a condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional” (BRASIL, 2020c, p. 7).

Dessa forma, para orientar toda sociedade nacional sobre a importância do esforço coletivo de defesa em prol da soberania do país, sua integridade e consecução dos Objetivos Nacionais Fundamentais¹⁹, em 1996, foi aprovada a Política de Defesa Nacional. Ela foi atualizada em 2005, sofreu revisões em 2012 e 2016, sendo que, em sua primeira reavaliação, passou a ser denominada Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020c).

Em julho de 2020, o Ministério da Defesa apresentou os novos documentos da política declaratória do país que, segundo Amorim Neto e Igor Acácio (2020), tem o propósito de estabelecer as prioridades do setor de defesa, gerar confiança para os países vizinhos e o sistema internacional, bem como angariar apoio doméstico para a Defesa Nacional. Ainda segundo estes pesquisadores, integrantes da Fundação

¹⁹ Os Objetivos Nacionais Fundamentais da República Federativa do Brasil: democracia, soberania, progresso, integridade do patrimônio nacional, integração nacional e paz social. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2019).

Getúlio Vargas:

Em primeiro lugar, a principal marca dos novos documentos apresentados ao Congresso Nacional pelo Ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo (da reserva), é a da continuidade. De fato, o Ministro Azevedo asseverou que a PND 2020 e a END 2020 mudam muito pouco os eixos dos documentos já existentes (Folha Militar Online 2020). Um simples teste de similaridade entre os documentos mostra que as palavras utilizadas são 71% similares ao texto de 2016. (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020, p.3).

Um dos conceitos chave da PND é de que ela é prioritariamente voltada para Defesa Externa e visa harmonizar a potencialidade de todas as Expressões do Poder Nacional em prol do cumprimento de suas metas. Entretanto, é inegável que ela possui ênfase no campo militar uma vez que este será, em última instância, quem procederá a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças potenciais e manifestas (BRASIL, 2020c).

De acordo com Bertonha (2010), a defesa brasileira está associada a três níveis geográficos. O primeiro deles é doméstico e se relaciona ao uso da força dentro do território nacional. Já o segundo, tem caráter regional e diz respeito ao entorno estratégico brasileiro, formado pela América do Sul, Atlântico Sul, países da costa ocidental africana e Antártida. O terceiro, por sua vez, é de âmbito global e demonstra uma aspiração do Brasil de afirmar-se como potência digna de crédito e respeito em nível mundial.

A PND, no capítulo que descreve o cenário nacional, elenca como prioridades para a Defesa as regiões onde se concentram os poderes políticos e econômicos, a faixa de fronteira, a Amazônia e o Atlântico Sul. Quanto às regiões fronteiriças, reconhece os crimes transnacionais cometidos nesta área e recomenda uma estreita colaboração com os países vizinhos para combater estas atividades ilícitas. No que concerne ao Atlântico Sul, destaca a magnitude do litoral, do comércio realizado neste espaço, bem como as incontáveis riquezas naturais e minerais existentes nas águas jurisdicionais brasileiras, ao que denomina de “Amazônia Azul”²⁰ (BRASIL, 2020c).

Já o ambiente internacional é proficuamente resumido pelo General de Exército César Augusto Nardi (2013), quando da apresentação da PND ao Congresso Nacional. Ele relata que o cenário externo atual é marcado pela globalização, pela

²⁰ A Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, as águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. (BRASIL, 2020c).

existência de nações vulneráveis às crises econômicas e financeiras, existência de assimetria de poder entre os países, questão ambiental como prioridade na pauta de Organismos Internacionais e marcável avanço na tecnologia da informação em grande parte do planeta.

Dentro do contexto supracitado, no âmbito internacional, a PND estimula a representatividade do país em decisões e fóruns de alcance regional e global, priorizando o relacionamento com países de maiores capacidades tecnológicas. O intercâmbio realizado com estes Estados permitirá que o orçamento destinado à defesa seja mais bem empregado no desenvolvimento e aquisição de Produtos de Defesa (PRODE), fortalecendo a Base Industrial de Defesa (BID)²¹, o que, conseqüentemente ampliará a capacidade de defesa nacional (BRASIL, 2020c).

Outra pauta da PND relacionada ao plano externo trata sobre a imensa quantidade de recursos naturais existentes no Brasil e em seu entorno estratégico, os quais poderão acarretar conflitos entre países, inclusive com o uso da força, à medida que tais ativos se tornam cada vez mais escassos em todo o planeta. Além disso, prevê uma maior participação brasileira em operações de paz de nível intercontinental, o que “permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional”. (BRASIL, 2020c, p. 17).

A versão 2020 da PND foi concebida com base em três pilares: O primeiro deles é o **Desenvolvimento**, que ambiciona a redução das deficiências estruturais das nações. O segundo sustentáculo é a **Diplomacia** que aspira à conjugação dos interesses conflitantes de países. Por fim, temos como terceiro cerne a **Defesa**, que almeja alcançar a dissuasão ou enfrentamento às ações hostis. Além dos princípios de não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, previstos do Artigo 4º da Constituição Federal e que regem as Relações Internacionais do Brasil (BRASIL, 1988), o país estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa embasados nos seguintes pressupostos:

- I. Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais,

²¹ A BID diz respeito aos “órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e pessoas jurídicas de direito privado que realizem ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção ou desativação de Produtos de defesa ou Sistemas de Defesa”. (BRASIL, 2020c, p. 75).

- e de prover a adequada capacidade de dissuasão;
- II.** Buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa;
 - III.** Promover a participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional;
 - IV.** Buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação;
 - V.** Priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa - BID e a autonomia tecnológica do País;
 - VI.** Promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País;
 - VII.** Defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados;
 - VIII.** Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins;
 - IX.** Atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais;
 - X.** Participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das Nações;
 - XI.** Participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;
 - XII.** Defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade;
 - XIII.** Apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, nos termos do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares, ressaltando o direito ao desenvolvimento e ao uso dessas tecnologias para fins pacíficos;
 - XIV.** Repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional; e
 - XV.** Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos. (BRASIL, 2020c, p. 21).

Os Objetivos Nacionais de Defesa são o produto final da Política de Defesa do Brasil e devem ser entendidos como as condições a serem conquistadas e mantidas, de forma permanente, pela nação. A quantidade de objetivos foi reduzida de onze para oito na versão 2020 da PND, entretanto eles mantêm a mesma essência esboçada desde sua primeira edição em 1996, sendo apresentados atualmente da seguinte maneira:

- I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a unidade territorial.
- II. Assegurar a capacidade de defesa para a missão constitucional das Forças Armadas.
- III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.
- IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.
- V. Salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos nacionais situados no exterior.

- VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa Nacional.
- VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.
- VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. (BRASIL, 2020c, p.25).

2.3.2 Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi elaborada pela primeira vez em 2008, dentro de um contexto de uma maior consciência da sociedade brasileira a respeito de sua responsabilidade na preservação da soberania do país e de uma postura que leve a nação a alcançar suas aspirações legítimas. A partir de então, passou a ser atualizada a cada quatro anos, juntamente com a PND (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020).

A END tem relação direta com a Política Nacional de Defesa. Ela representa o vínculo o posicionamento do país em relação à Defesa e as ações necessárias para dotar o Estado para que adquira a capacidade de atender seus interesses. De forma resumida, pode-se afirmar que a END, fundamentada na PND, “define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da pátria” (BRASIL, 2020c, p. 31), articulando todas as instâncias dos três Poderes com os segmentos não governamentais da nação.

De uma forma geral, a END apresenta-se ao público em duas partes distintas. Em seu primeiro segmento são abordados os critérios utilizados para a formulação do documento, enquanto na segunda seção são descritas as medidas de implementação propriamente ditas para que atinja o desígnio para o qual foi formulada (NARDI, 2013).

2.3.2.1 Concepção Estratégica de Defesa

Conforme anteriormente já abordado, a Defesa Nacional tem a função precípua de preparar o país para o emprego do Poder Nacional, especialmente sua Expressão Militar, para garantir a capacidade de dissuasão, preservar a soberania, a integridade do território e os interesses da nação no País ou no Exterior. Dessa forma, o país deverá estar preparado para aumentar sua participação em Operações de Paz coordenadas pela ONU, a fim de projetar poder e ampliar sua influência no concerto mundial (BRASIL, 2020c).

A END 2020 mantém o interesse do Brasil em atuar como um elemento de relevância no Atlântico Sul. Um dos métodos que pode ser adotado para a

consecução desta condição é o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)²², que visa minimizar a possibilidade de interferência militar de potências extra regionais no Atlântico Sul. Apesar disso, o documento em questão garante que o Brasil precisa estar apto, para atender seus interesses a participar de outros tipo de aliança, inclusive de cunho militar, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Excepcionalmente, em conflitos, de forma coerente com sua história e os cenários vislumbrados, observados os dispositivos constitucionais e legais, bem como os interesses do País e os princípios básicos da política externa e do ordenamento jurídico internacional, o Brasil poderá participar de arranjos de defesa coletiva e de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial. (BRASIL, 2020c, p. 33).

Um dos cenários em que poderá ser realizado o concerto acima esboçado é no caso de uma agressão externa contra o país. Para tal situação, faz-se necessário o desenvolvimento e manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, capazes de atuar em todo território nacional. Para dar suporte a este aparato militar, o setor de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) deve trabalhar conjuntamente com a Base Industrial de Defesa (BID) para o domínio de tecnologias críticas, as quais podem ser obtidas inclusive por intermédio da “absorção de conhecimentos dos países com reconhecido desenvolvimento tecnológico”. BRASIL, 2020c, p. 35).

2.3.2.2 Fundamentos da Defesa Nacional (FDN)

Os fundamentos da Defesa Nacional são parâmetros que devem ser observados quando da montagem das diversas estratégias de defesa. O primeiro destes conceitos de interesse para este estudo é o da “**elasticidade**”. Ele é considerado um dos pressupostos da Mobilização Nacional e refere-se à capacidade do país aumentar celeremente os meios humanos e materiais das Forças Armadas a fim de passar de uma situação de paz ou de crise para outra de conflito armado (BRASIL, 2020c).

²² A ZOPACAS representa uma aliança inaugurada em 1986 por 21 países da África Ocidental, entre eles, Angola, África do Sul e Nigéria, e 3 países sul-americanos (Brasil, Argentina e Uruguai). À época de sua fundação, tinha como principais objetivos: recusa da existência de armas de destruição em massa na área do Atlântico Sul, mantendo um distanciamento da disputa entre EUA e União Soviética durante a Guerra Fria. A partir de 2007, ganhou um novo impulso em decorrência da necessidade de dar respostas à novas ameaças como a pirataria e a ambição estrangeira por recursos estratégicos. (CALDAS, 2013).

Outro FDN são as **Capacidades Nacionais de Defesa** (CND). Conforme Amorim (2019), elas são norteadores de longo prazo para o planejamento da Defesa Nacional uma vez que ao vislumbrar hipóteses de emprego reais, permitem o treinamento das tropas e a compra de equipamento militar para que o país adquira a competência para se contra a eventuais ameaças. De acordo com a END 2020, as capacidades desejáveis para a Defesa Nacional são em número de oito e podem ser resumidas de acordo com a imagem a seguir.

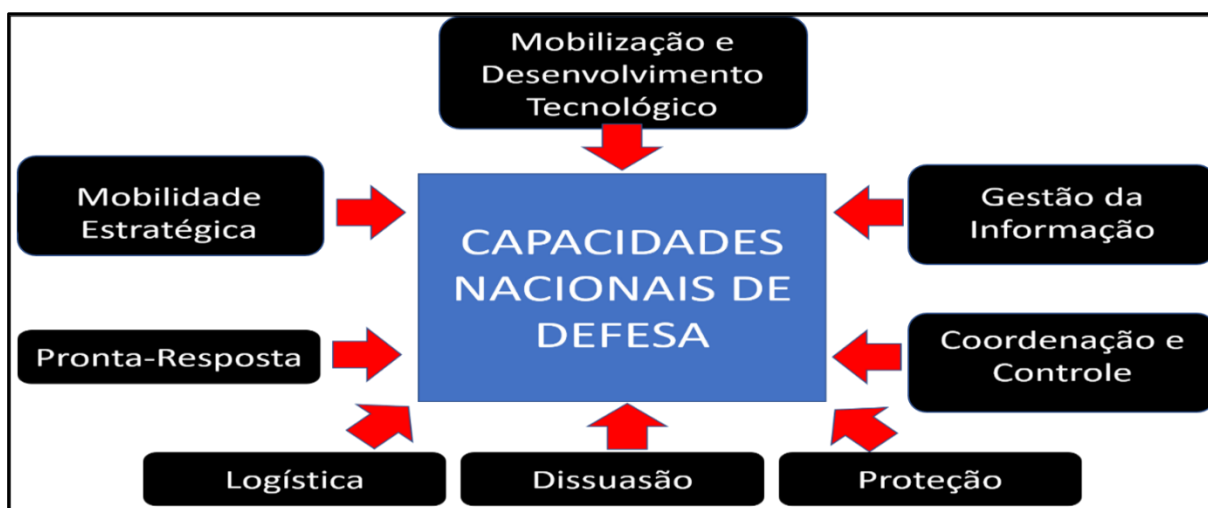


FIGURA 3 – Capacidades Nacionais de Defesa
Fonte: Estratégia Nacional de Defesa, (2020), adaptada pelo autor.

O fortalecimento da **Base Industrial de Defesa** do país também é fundamental para o sucesso de sua Estratégia de Defesa. Para fomentar tal condição, deve-se estimular o rendimento destas empresas por meio de um regime legal e tributário especial, fazendo que estas ganhem competitividade no mercado externo e, assim, incrementem sua produção de elementos voltados para a defesa, ou que sejam de aplicação dual. (BRASIL, 2020c).

Para a END 2020 outro baluarte da Defesa Nacional é a gestão de **recursos humanos**. Neste interim, sobressai a utilização do Serviço Militar Obrigatório para preparação de “uma reserva qualificada e em condições de ser convocada para atuar em prol da defesa da pátria, quando necessário”. Outrossim, deve-se fomentar o “surgimento de especialistas civis na área de Defesa [...] por meio de aulas, palestras, seminários, cursos e atividades correlatas, além de trabalhos de forma conjunta” (BRASIL, 2020c, p. 43), de forma a envolver toda sociedade nos assuntos pertinentes à Segurança Nacional.

Em uma conjuntura de grande interdependência entre as Expressões do Poder

Nacional, a Diplomacia também tem um papel primordial na END. Será ela que, em primeira instância, buscará a conciliação de eventuais diferenças de percepção entre os países, privilegiando a cooperação e o diálogo para prevenção e resolução de divergências. Desse modo, em um país que preza pela solução pacífica dos conflitos, as ações diplomáticas, sob a perspectiva da Defesa Nacional, fazem parte da Capacidade de Dissuasão do Estado, antecedendo o emprego de sua Expressão Militar (BRASIL, 2020c).

2.3.2.2.1 Setor de Defesa

O Setor de Defesa também é um dos FDN, entretanto por sua complexidade e relevância para a consecução da END, optou-se em organizá-lo como uma seção separada das demais. Legalmente, este setor “é constituído pelo Ministério da Defesa e integrado pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira” (BRASIL, 2020c, p. 45), sendo responsável pelo preparo e emprego da Expressão Militar do Poder Nacional.

Para resguardar os interesses nacionais, é vital que o Setor de Defesa conte com o total apoio estatal para atingir os seguintes objetivos:

- Regularidade e continuidade na alocação dos recursos orçamentários de defesa, buscando-se o patamar compatível com a média adotada por países com adequado desenvolvimento do Setor de Defesa;
- Substituir os equipamentos obsoletos das Forças Armadas;
- Minorar o elevado grau de dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros;
- Incrementar os programas de financiamento para as empresas nacionais fornecedoras de produtos de defesa, impulsionando-as nos mercados interno e externo. (BRASIL, 2020c, p. 43).

Como decorrência das CND, as Forças Armadas deverão dispor de Capacidades Militares de Defesa (CMD) a fim de estarem aptas para uma eventual necessidade de emprego. Neste cenário, segundo a END, a atuação conjunta e sinérgica das Forças Singulares, o potencial de pronta-resposta frente a qualquer ameaça e a mobilidade estratégica são requisitos primários que devem ser considerados para o para elaboração do planejamento para atingimento das metas estabelecidas (BRASIL, 2020c).

Outro assunto atinente ao Setor de Defesa e de significância para o presente estudo diz respeito à imposição, pela END/2020, de que cada uma das três Forças Armadas esteja apta a atuar, de forma singular ou conjunta, em operações

internacionais, de caráter expedicionário ou humanitário, tudo com o fito de atender compromissos assumidos pelo país ou de salvaguardar os interesses brasileiros junto à comunidade de nações.

Outro elemento de vulto da END é a designação da Força Armada responsável pelo gerenciamento dos setores estratégicos da Defesa: nuclear, cibernético e espacial. Eles são domínios tecnológicos que, por sua complexidade e natureza, “transcendem à divisão entre **desenvolvimento** e **defesa** e entre o **civil** e o **militar**” (END, 2020c, p. 59), importando ao Brasil como um todo. A seguir, será apresentado um quadro resumido dos principais aspectos, elencados na END/2020, sobre cada uma das Forças Singulares que compõem o Ministério da Defesa, inclusive no que tange aos setores estratégicos de Defesa.

FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS				
Força Singular	Tarefas Básicas	Características Intrínsecas	Principais áreas de interesse	Setor estratégico responsabilidade
Marinha do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Controle de área marítima. - Negação do uso do mar. - Projeção de poder sobre a terra. - Contribuir para dissuasão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilidade - Permanência - Versatilidade - Flexibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Faixa de Santos/Vitória - Foz do Rio Amazonas - Bacias do Amazonas e Paraná Paraguai 	Nuclear
Exército Brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> - Neutralizar forças hostis junto às fronteiras. - Contribuir para defesa do litoral. - Contribuir para defesa antiaérea do território - Atuar em GLO* - Segurança de estruturas críticas** - Executar obras de Engenharia** 	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilidade - Adaptabilidade - Modularidade - Elasticidade - Sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Fronteiras terrestres - Amazônia 	Cibernético
Força Aérea Brasileira	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa aeroespacial - Controle do espaço aéreo 	<ul style="list-style-type: none"> - Alcance - Flexibilidade - Versatilidade - Mobilidade - Penetração - Pronta-resposta - Velocidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro 	Espacial
* Atuação episódica e pontual		** atribuição subsidiária		

QUADRO 5 – Forças Armadas Brasileiras

Fonte: Estratégia Nacional de Defesa, (BRASIL, 2020c), adaptado pelo autor.

2.3.2.3 Implementação da Estratégia Nacional de Defesa

Com o fim de cumprir os Objetivos Nacionais de Defesa estabelecidos pela Política Nacional de Defesa, foram delineadas as Estratégias de Defesa (ED). Cada uma destas Estratégias, por sua vez, é constituída por várias Ações Estratégicas de

Defesa (AED), as quais “visam orientar as medidas que serão implementadas no sentido na consecução dos OND” (BRASIL, 2020c, p. 63).

É importante destacar que, assim como o cumprimento de um Objetivo Nacional de Defesa (OND) está alinhado com mais de uma Estratégia de Defesa, estas também são conformadas por mais de uma Ação Estratégica de Defesa, conforme será apresentado no quadro comparativo a seguir.

OBJETIVO NACIONAL DE DEFESA	ESTRATÉGIA DE DEFESA	AÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA
OND I – Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial	ED 1 – Fortalecimento do Poder Nacional	- AED 1 a AED 7
	ED 2 – Fortalecimento da Capacidade de Dissuasão	- AED 8 a AED 12
	ED 3 – Regularidade Orçamentária	- AED 13 e AED 14
	ED 4 – Incremento da presença do Estado em todas as regiões do país	- AED 15 a AED 17
OND II – Assegurar a capacidade de defesa para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas	ED 1 – Fortalecimento do Poder Nacional	- AED 13 e AED 14
	ED 3 – Regularidade Orçamentária	- AED 13 e AED 14
	ED 5 – Dimensionamento do Setor de Defesa	- AED 18 a AED 27
	ED 6 – Capacitação e dotação de recursos humanos	- AED 28 a AED 33
	ED 7 – Desenvolvimento da capacidade de Mobilização Nacional	- AED 3 e AED 4 - AED 15 - AED 34 a AED 38
OND III – Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de Defesa	ED 1 – Fortalecimento do Poder Nacional	- AED 13 e AED 14
	ED 8 – Promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da BID	- AED 13 e AED 14 - AED 39 a AED 48
	ED 9 – Fortalecimento da área de ciência e tecnologia de Defesa	- AED 48 a AED 57
OND IV – Preservar a coesão e a unidade nacionais	ED 4 – Incremento da presença do Estado em todas as regiões do país	- AED 15 a AED 17
	ED 10 – Adoção de medidas educativas e esportivas	- AED 58 e AED 59
	ED 11 – Contribuição para atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais	- AED 60 e AED 61
OND V – Salvar os bens, as pessoas, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior	ED 2 – Fortalecimento da Capacidade de Dissuasão	- AED 62 a AED 66
	ED 12 – Emprego de ações diplomáticas relacionadas à Defesa	- AED 67 e AED 68

OBJETIVO NACIONAL DE DEFESA	ESTRATÉGIA DE DEFESA	AÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA
OND VI – Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional	ED 13 – Promoção da temática de Defesa na educação	- AED 69 a AED 73
	ED 14 – Emprego da Comunicação Social	- AED 74 e AED 75
OND VII – Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais	ED 15 – Promoção da integração regional	- AED 76 a AED 78
	ED 16 – Promoção da cooperação internacional	- AED 79 a AED 83
	ED 17 – Atuação em Organismos Internacionais	- AED 82 - AED 84 3 AED 85
OND VIII – Incrementar a projeção do Brasil no conserto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais	ED 1 – Fortalecimento do Poder Nacional	- AED 1 a AED 3 - AED 63
	ED 16 – Promoção da cooperação internacional	- AED 79 a AED 83
	ED 18 – Atuação com base no multilateralismo	- AED 84 e AED 86

QUADRO 6 – Correlação OND/END

Fonte: Estratégia Nacional de Defesa, (BRASIL, 2020c), adaptado pelo autor.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa terá um caráter qualitativo. Ela privilegiará relatos, publicações de periódicos e análise de documentos para entender os reflexos oriundos de uma eventual aceitação do Brasil como “parceiro global da OTAN”.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) o presente trabalho será dedutivo, quanto ao método de abordagem e bibliográfico quanto à técnica de pesquisa. No primeiro caso, partirá de dados gerais já conhecidos sobre o funcionamento da OTAN e alcançará uma situação particular de aplicabilidade no Estado Brasileiro. Quanto à segunda categorização, serão pesquisadas diversas fontes secundárias que já foram tornadas de conhecimento público em relação ao estudo em questão, por exemplo publicações em periódicos, monografias, livros e jornais.

Por fim, seguindo a taxionomia de Vergara (2004), esta investigação será de cunho exploratório. Tal assertiva encontra amparo no fato de que é uma área em que há pouco conhecimento acumulado, posto que somente há pouco tempo houve uma real aproximação do Brasil com a OTAN.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa diz respeito às operações realizadas pela OTAN ao longo de sua existência e às Expressões do Poder Nacional. Por sua vez, a amostra abrangerá as atividades de cooperação realizadas entre a OTAN e a República da Colômbia, bem como estará direcionada para o campo Militar do Poder Nacional.

Tal escolha visa a atender o objeto do presente trabalho. A Colômbia é um país da América do Sul que possui características psicossociais, econômicas, políticas e militares similares às brasileiras, o que permitirá a este autor vislumbrar possíveis reflexos para o Brasil, caso ele venha a tornar-se um parceiro global da OTAN.

Outrossim, optou-se por realizar a análise no âmbito da Expressão Militar, posto que a OTAN é uma aliança de defesa coletiva, sendo este campo do Poder Nacional prioritariamente impactado em suas políticas e estratégias.

3.3 COLETA DE DADOS

Em conformidade com as normas de Elaboração de Trabalhos de Pesquisa da

ECEME, o presente estudo será do tipo simples, transversal e bibliográfico. Será do tipo simples, uma vez que este autor não interage com o objeto da pesquisa e transversal pois a coleta dos dados foi feita em apenas um momento ao longo do tempo. Por fim, será bibliográfico, pois o arcabouço de conhecimentos utilizados para constituir o trabalho será coletado, nos idiomas português e inglês, nas fontes abertas ao público, tais como livros, artigos, monografias, publicação em periódicos, estando, na grande maioria, disponível para consulta na rede mundial de computadores (internet).

Vale salientar que a pesquisa bibliográfica também se justifica pelo fato de que o trabalho em questão moldará um cenário prospectivo para o Brasil. Assim, este ambiente poderá ser vislumbrado em melhores condições por meio de coleta de experiências já consolidadas e estudadas acerca de outros países com características similares às brasileiras.

Dessa forma, serão levantadas as fundamentações teóricas para a verificação dos prováveis reflexos para o Brasil, no campo militar, oriundos de uma eventual condição de parceiro global da OTAN.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme o delineado por Vergara (2008), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo. Por meio dele serão identificados o programa de parcerias da OTAN e o embasamento teórico existente acerca do emprego da Expressão Militar do Poder Nacional. A seguir, será feito um detalhamento sobre a atual situação da colaboração existente entre a Colômbia e a Aliança Atlântica, com ênfase no estudo dos aspectos atinentes ao campo militar. Por fim, com base na Política e Estratégia Nacional de Defesa que regem o Brasil e na “experiência colombiana” de cooperação com a OTAN, serão assinalados prováveis reflexos para o Estado Brasileiro advindos de uma eventual associação, como parceiro global, da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla estudo de campo e entrevista com pessoas diretamente relacionado ao processo em estudo. Além disso,

como uma pesquisa exploratória, a bibliografia específica sobre o assunto é limitada, uma vez que diz respeito a um assunto muito atual, que apenas recentemente passou a ser discutido de forma mais acentuada no âmbito nacional.

Ademais, outra restrição está no fato de que, apesar do grande número de similaridades existentes, Brasil e Colômbia possuem conjunturas distintas, principalmente no que diz respeito às suas condições econômicas e militares. Apesar disso, este autor julga que, entre os atuais parceiros globais da OTAN, a realidade colombiana é a que melhor pode ser explorada em uma comparação para com o Brasil.

Por fim, em função de tratar-se de um trabalho de conclusão de curso a ser realizado em curto espaço de tempo (aproximadamente seis meses), o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

4 A EXPERIÊNCIA COLOMBIANA

A Colômbia foi o primeiro Estado latino-americano a atingir a condição de parceiro global da OTAN. Em decorrência de sua proximidade geográfica e outras inúmeras semelhanças com o Brasil, sua experiência se torna de grande relevância para que seja factível vislumbrar os possíveis efeitos, para a Expressão Militar do Poder Nacional Brasileiro, advindos de uma associação do país com a Aliança Atlântica.

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Para compreensão da atual condição da parceria existente entre a Colômbia e a OTAN, faz-se necessário descrever, de forma sumária, os eventos pregressos que conduziram a tal condição. Neste interim, a seguir, será dada prevalência às relações colombianas com os EUA, um dos pilares da Organização, bem como com a Aliança Atlântica propriamente dita.

4.1.1 Parceria entre Colômbia e EUA

O início da aproximação colombiana com a OTAN remonta ao final da primeira metade do século XX. No início da década de 1940, os EUA estreitaram suas relações com a Colômbia por meio de investimentos realizados nos setores de mineração e petróleo, bem como pelo sensível crescimento na importação norte-americana do café andino. Entretanto, tal conjuntura não foi capaz de impedir que, no período de 1946 a 1956, o país sul-americano enfrentasse um grave conflito interno, conhecido como “Violência Famosa”, que foi solucionado por meio da negociação de uma Frente Nacional, que alternou o poder entre membros dos Partidos Conservador e Liberal, excluindo outros grupos do cenário político do país (SANTOS, 2011).

A associação entre os governos norte-americano e colombiano atingiu patamar mais elevado a partir da década de 1960, no contexto da Guerra Fria. Nesta ocasião, as Forças Armadas da Colômbia passaram a fazer parte da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, que previa o enfrentamento aos movimentos que propunham a implantação de um governo comunista no país. Neste ambiente, os grupos de esquerda mais relevantes que surgiram foram as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), os quais passaram a ser combatidos por grupos paramilitares de direita patrocinados por grandes

latifundiários, instaurando uma violenta guerra civil no país (FERNANDES, 2018).

A partir de então, segundo Takushi (2012), a Colômbia viveu um agravamento do conflito existente entre o governo, as guerrilhas e as forças paramilitares, sendo este potencializado pela presença do narcotráfico em todas as esferas da sociedade. Dessa forma, a partir de 1980, o perigo do transbordamento, deste cenário de instabilidade, para os países vizinhos, transformou a Colômbia em um dos principais temas no tocante à segurança do subcontinente sul-americano, atraindo, inclusive, a atenção de potências extrarregionais como os EUA.

Neste contexto, em 1999, os governos colombiano e norte americano firmaram um tratado de cooperação nominado Plano Colômbia²³. Ele consistia em cinco rubricas que previam o fornecimento, por parte dos EUA, de equipamentos militares (helicópteros, meios de artilharia, radares, entre outros), treinamento e assistência nas áreas de inteligência, melhoria na infraestrutura aeroportuária do país, apoio aos corpos policiais colombianos e capacitação de representantes que realizariam a negociação de acordos de paz (FERNANDES, 2018). Para Valencia (2005), o Plano Colômbia tinha um escopo muito mais amplo que um simples acordo de militar, uma vez que:

A ideia central do plano era a de um auxílio ao desenvolvimento do Estado colombiano, com combate ao narcotráfico e restabelecimento da ordem social no país. Trazia ainda a proposta de negociação com as guerrilhas. O projeto assim se mostrava: para o Congresso estadunidense era uma investidura militar de combate direto ao narcotráfico; quando apresentado ao parlamento europeu, era uma política de direitos humanos e inversão social (p. 39).

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos EUA acarretaram grandes reflexos na execução do Plano Colômbia. O combate ao terrorismo passou a ser o principal foco da política externa dos norte-americanos, o que permitiu que as guerrilhas colombianas fossem classificadas como grupos terroristas, sendo incluídas na Guerra ao Terror do Governo George W. Bush (2001-2009). O Governo Uribe, por sua vez, aproveitou a ampliação da presença norte-americana no território colombiano para implementar a Política de Segurança Democrática, intensificando o combate aos grupos armados insurgentes (TAKUSHI, 2012).

²³ O Plano Colômbia foi um acordo bilateral assinado em 1999 com os Estados Unidos, durante os governos de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) e Bill Clinton (1993-2001), e ratificado nos governos de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018). O acordo foi uma estratégia na luta contra o narcotráfico que incluía recursos destinados a uma reabilitação econômica e social nas áreas de cultivos ilícitos. (FERNANDES, 2018).

Nesse interim, o Plano Colômbia marcou uma mudança na estratégia da Colômbia e dos Estados Unidos em relação ao combate ao narcotráfico. A partir da elaboração do Plano o governo norte-americano passou a ter como objetivo eliminar, e não mais apenas conter o tráfico de drogas; com isso, o engajamento dos Estados Unidos no conflito colombiano tornou-se ainda mais intenso, assim como sua presença na região andina. (VALENCIA, 2005, apud FERNANDES, 2018, p. 45).

A efetivação do Plano Colômbia e da Política de Segurança Democrática aumentaram os índices colombianos de segurança pública e estabilidade institucional. Esta condição ampliou a aprovação nacional e internacional ao governo Uribe, multiplicando, em cinco vezes, o Investimento Estrangeiro Direto na economia do país, que expandiu de 2 para 10 bilhões de dólares anuais (RIPPEL, 2004).

Outro efeito benéfico ao cenário sul-americano, neste período, foi a melhoria no entendimento da Colômbia com os Estados vizinhos, principalmente Brasil, Peru, Equador e Venezuela. Estes países, que em um primeiro momento, mostraram desconfiança com a presença norte-americana no subcontinente e com o transbordamento dos grupos insurgentes para seus respectivos territórios, apresentaram uma integração econômica e cultural mais efetiva, inclusive realizando ações conjuntas contra o narcotráfico como aquelas observadas na tríplice fronteira Brasil (Tabatinga) - Colômbia (Leticia) - Peru (Santa Rosa de Yavari). (FERNANDES, 2018).

4.1.2 O caminho até a Parceria Global Colômbia-OTAN

Já desfrutando de um entendimento especial com os EUA, um dos líderes da OTAN, o primeiro passo de colaboração da Colômbia com esta Organização foi a negociação do envio de uma Companhia Colombiana para integrar o contingente da Aliança no Afeganistão. Esta tropa seria formada por um efetivo de 100 militares, atuaria no noroeste do país, integrada ao Exército Espanhol, dentro do contexto da ISAF. “Entretanto, esta iniciativa não avançou, dentre outros motivos, pelos altos custos que imporia ao governo espanhol” (GONZALEZ, 2008).

No contexto da Concepção Estratégica da OTAN de 2010, anteriormente já mencionado neste trabalho, o Presidente Colombiano Juan Manuel Santos, a partir de 2012, iniciou tratativas a fim de estabelecer um marco legal de colaboração com a Organização. Tal cenário se consubstanciou, em 25 de julho de 2013, com assinatura de um acordo de cooperação militar, entre as duas instituições, atinente ao tema de segurança das informações. Esta resolução previu a realização de um intercâmbio de

informações, dentro da esfera securitária, a fim de engendrar um alinhamento entre as citadas entidades (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019).

Ainda em 2013, no mês de novembro, foi assinado um novo acordo que autorizou a Colômbia a ingressar como usuária no Sistema de Catalogação da Defesa (SICAD) da OTAN. Ele permitiu a uniformização da classificação, identificação e enumeração de várias atividades e processos das Forças Armadas, que objetivavam uma maior interoperabilidade entre tais instituições (HASTENPFLUG NETO, 2020).

Em 2015, a Colômbia empregou uma embarcação patrulha oceânica na Operação “Escudo do Oceano”, combatendo, em conjunto com a OTAN, a pirataria no Mar Vermelho, mais precisamente na região conhecida como “Chifre da África”. Já em 2016, houve um estreitamento nas conversações entre o governo colombiano e a Aliança Atlântica para consecução de um programa de cooperação para intercâmbio em assuntos de informação e de luta contra o crime organizado (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019).

Tais conversações resultaram no Programa de Parceria Individual e Cooperação (IPCP, na sigla em inglês), firmado em 18 e maio de 2017 e formalizado em 31 de maio de 2018. Através desse acordo, a Colômbia passou a ser incluída na categoria de "sócio global" da OTAN. As ações prescritas pelo acordo, por sua vez, incluem cooperação em segurança da informação, participação em missões da OTAN, desenvolver abordagens comuns para os desafios de segurança global, como segurança cibernética, segurança marítima e terrorismo e suas ligações com o crime organizado; para apoiar os esforços de paz e segurança, incluindo segurança humana; e desenvolver as capacidades das Forças Armadas colombianas (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019, apud HASTENPFLUG NETO, 2020, p. 24-25).

Em 22 de janeiro de 2021, Adriana Mejía, Vice-Ministra de Relações Exteriores e Jairo Garcia Vice-Ministro de Defesa, representantes do Governo Colombiano, decidiram estender a cooperação bilateral com a OTAN. A interação com a Organização Atlântica continuará em áreas como compartilhamento de inteligência, defesa cibernética, segurança marítima, combate à corrupção, terrorismo e crime organizado transnacional. Ademais, “novas áreas de cooperação podem potencialmente incluir resiliência, interoperabilidade e planejamento de capacidades de defesa”. (NATO, 2021e, tradução nossa).

4.2 ATIVIDADES DE PARCERIA COLÔMBIA-OTAN

Apesar do curto período em que são considerados efetivamente como parceiros, a Colômbia e a OTAN já desenvolveram um rol de trabalhos conjuntos de

interesse de ambas as instituições. A seguir, serão explicitadas algumas dessas atividades, que dizem respeito principalmente a ações no combate às drogas, pirataria, terrorismo, entre outras.

4.2.1 Combate ao narcotráfico

De acordo com Smith-Windsor (2015), operações conduzidas em parceria com outros atores são mais efetivas e tem mais chances de obterem sucesso. Tal situação decorre do fato de que estes parceiros estão mais familiarizados com as realidades e especificidades locais, bem como com o contexto circundante. Segundo ele, um exemplo de intercâmbio de sucesso na luta contra o tráfico de drogas ocorre na América do Sul, aproveitando-se da experiência colombiana no assunto.

O Almirante Craig S. Faller, Comandante do Comando Sul dos EUA²⁴, em um relatório endereçado ao Comitê de Serviços Armados do Senado norte-americano, em 2020, teceu grandes elogios às operações combinadas realizadas com a Colômbia. Foi enfático em afirmar que tais atividades construíram interoperabilidade no combate ao tráfico de drogas, favorecendo a segurança regional e reduzindo consideravelmente a entrada de narcóticos na América do Norte.

A Colômbia vê a luta contra o tráfico de cocaína como uma responsabilidade compartilhada e em que eles estão sacrificando sangue e tesouros para cumprir seu compromisso de reduzir pela metade a produção de cocaína até 2023. No ano passado, a Colômbia construiu uma coalizão de 20 nações para conduzir operações marítimas de combate às drogas, trabalhando em estreita colaboração com o Panamá e a Costa Rica para apreender drogas destinadas aos EUA. Em 2019, a Colômbia também erradicou manualmente 82.000 hectares de plantas de coca, ao custo de quase 600 policiais e militares mortos ou feridos, em grande parte devido a explosivos colocados para proteger os campos de coca. As forças colombianas também interromperam e destruíram mais de 300 laboratórios produtores de cocaína, impedindo mais de 400 toneladas métricas de cocaína de sair do país. A Colômbia continua nos apoiando na solução de desafios de segurança na América Central, treinando 5700 militares e policiais de seis países central-americanos. Nós continuamos a colaborar com as operações colombianas contra organizações terroristas como a ELN e dissidentes das FARC, obtendo respostas significantes para segurança da Colômbia e dos EUA (FALLER, 2020, p.10-11, tradução nossa).

Dessa forma, a Colômbia amplia parcerias com países da OTAN, que contribuem com recursos militares para sua segurança regional, com objetivo de

²⁴ O Comando Sul dos EUA está sediado no Estado norte-americano da Flórida. Sua zona de responsabilidade inclui 31 países e 15 áreas de soberania espacial nas Américas Central e do Sul, além do Caribe, tendo a missão de conduzir e apoiar operações de cunho multinacional.

realizar operações multinacionais que dificultem o fluxo de drogas para região do Atlântico Norte.

4.2.2 Combate à pirataria

Em 2008, a ONU solicitou à OTAN que ela apoiasse o esforço internacional para combater a pirataria marítima em posições chave para o comércio mundial. As primeiras áreas selecionadas para tais atividades foram o Golfo de Áden, no oceano Índico, e o Chifre da África, no Mar Vermelho. Em anos recentes, o oceano Atlântico e as águas sul-americanas e caribenhas tiveram um aumento em pirataria e tráfico de drogas, sendo o território sob jurisdição colombiana, um dos mais afligidos com tais ações (NATO, 2019b).

Conforme anteriormente explanado, em 2015, antes mesmo de tornar-se um parceiro global da OTAN, a Colômbia participou de uma operação combinada com a OTAN contra pirataria, no Chifre da África. Tal empreendimento ocorreu no contexto da Operação Escudo do Oceano, no qual o navio patrulha colombiano “7 de agosto” foi a primeira embarcação sul-americana a realizar a escolta de navios que iam ou vinham do Canal de Suez²⁵.

Tais atividades multinacionais da Armada da Colômbia fizeram com que o Almirante Kurt W. Tidd, Comandante do Comando Sul dos Estados Unidos de 2016 a 2018, por ocasião de sua Declaração ao Senado norte-americano, reforçasse a importância da parceria entre os EUA e a Colômbia:

Após 51 anos de conflito armado, a Colômbia, **um aliado estratégico**, amigo e preeminente parceiro, está à beira de acabar com a guerra de guerrilha mais longa do hemisfério. Graças aos seus próprios esforços e à nossa assistência sustentada, a Colômbia foi se transformado de um estado falido para um importante *player* regional com influência significativa política, forças de segurança de nível mundial e uma economia em crescimento. O Exército colombiano tem se transformado de uma força de defesa interna para um exportador respeitado de doutrinas contra drogas e contra IED e está construindo um centro de desminagem regional de excelência. **A Marinha da Colômbia também é uma colaboradora regular de operações de contra pirataria da OTAN ao largo da costa da África**, bem como patrulhas antidrogas em nosso próprio hemisfério com a JIATF-South. (TIDD, 2016, p.14, apud SANTOS, 2016, p. 67, tradução do autor, grifo nosso).

²⁵ O Canal de Suez é uma via marítima, sob controle egípcio, que liga o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico. Por este caminho é transportado grande parte do petróleo produzido no arco Oriente Médio/Golfo Pérsico e consumido na Europa/América do Norte (SALGADO NETO, 2012).

No período de 27 a 29 de maio de 2019, integrantes da Aliança Atlântica e da Colômbia se reuniram em Copenhague, Dinamarca, para um workshop²⁶, patrocinado pela OTAN, por intermédio do Programa Científico para Paz e Segurança (SPS, na sigla em inglês). Com o título de “Lições de contraterrorismo para pirataria marítima e interdição de narcóticos”, nele foram discutidas formas de auxiliar a Colômbia na proteção de sua infraestrutura marítima crítica, preservando os fluxos comerciais e combatendo o tráfico de drogas e a pirataria. Além de especialistas do Colégio Nacional de Guerra da Colômbia e do Colégio Real de Defesa da Dinamarca, também participaram do evento representantes de outras organizações que colaboram com a luta contra a pirataria, por exemplo, a União Europeia, a Polícia Internacional (INTERPOL) e estudiosos de instituições de defesa de outros 16 países (NATO, 2019b).

O sucesso da participação colombiana no evento supracitado foi materializado, em 2021, com o lançamento de um livro, por parte da OTAN, com o título “Segurança marítima: lições de contraterrorismo para pirataria marítima e interdição de narcóticos”. “A publicação está dividida em três seções: crime organizado e narcotráfico; pirataria marítima; e terrorismo, e busca preencher as lacunas entre estas três áreas substantivas de pesquisa sobre a segurança marítima” (NATO, 2021f, p. 1, tradução nossa). Em linhas gerais, a obra facilita a transmissão de lições aprendidas, sobre o assunto em tela, para formular indicações de melhores práticas e inovações tecnológicas para repressão ao terrorismo marítimo.

4.2.3 Desminagem

Um dos principais temas da parceria entre a Colômbia e a OTAN refere-se às atividades de desminagem. O país sul-americano, após confrontar os grupos insurgentes narcoguerrilheiros por mais de 50 anos, desenvolveu uma ampla expertise nos assuntos de desminagem humanitária e combate a artefatos explosivos improvisados (IED, na sigla em inglês). Tal conhecimento tem sido massivamente aproveitado pela Aliança Atlântica em outros teatros de operação, por exemplo, no Afeganistão e no Mali (FALLER, 2020).

²⁶ Workshop é um evento onde acontece a reunião de pessoas interessadas em determinado assunto para aperfeiçoar técnicas por meio da explicação de palestrantes e de atividades práticas (MENEZES, 2021).

Em 15 de março de 2019, o Centro Internacional de Desminagem da Colômbia (CIDES, na sigla em espanhol) passou a integrar a rede gerenciada pelo Centro de Formação e Educação dos Parceiros da OTAN (PTEC, na sigla em inglês). Esta instituição, pertencente à Aliança Atlântica, foi criada em 1999 e oferece treinamento e diversos cursos para os membros e parceiros da Organização, sendo, atualmente, responsável pela coordenação de 34 institutos de ensino, localizados em 25 países diferentes. No ano de 2018, o PTEC mobilizou mais de 200 equipes itinerantes de treinamento que conduziram em torno de 1300 cursos para aproximadamente 50 mil pessoas. Assim, a visão de futuro do PTEC é que o CIDES, embasado na expertise colombiana, contribua para o sistema OTAN com educação e treinamento nas áreas de desminagem humanitária e militar (NATO, 2019c).

O CIDES foi criado em 1976 para ser, no âmbito das Forças Armadas Colombianas, um órgão de formação de especialistas no reconhecimento de munições (*explosive ordnance reconnaissance*, EOR, na sigla em inglês) e na desativação de engenhos explosivos (*explosive ordnance disposal*, EOD, na sigla em inglês). Atualmente, constitui-se como um instituto mundial de referência no tema da desminagem, possuindo as seguintes missões:

- Treinamento EOD para Oficiais, Graduados e tropas de vários exércitos.
- Treinamento de desminagem humanitária.
- Colaboração com o treinamento contra IED (C-IED) e EOD.
- Preparação de Unidades Militares antes de serem destacadas nas distintas Zonas de Operações.
- Colaboração com os serviços de desativação da Polícia Nacional e da Guarda Civil.
- Colaboração com empresas civis nacionais e internacionais.
- Participação em grupos de trabalho de cunho nacional e internacional (EOD, C-IED).
- Gestão do Grupo de Desativação Reserva do Exército. (ACADEMIA DE INGENIEROS DEL EJÉRCITO, 2021, p. 2, tradução nossa).

No escopo deste trabalho merece especial menção os cursos de desminagem militar e humanitária e os grupos de estudo/trabalho de cunho internacional. No âmbito da desminagem militar, é realizado o Curso EOD para Oficiais (periodicidade bienal) o Curso de Operador EOD para Graduados (periodicidade anual) e o Curso de Especialista EOR para tropa (efetivado três vezes por ano). No ramo da desminagem humanitária, são realizadas quatro capacitações anuais dos seguintes cursos: Desminador Básico (EOD nível 1), Instrutor de Desminadores (EOD nível 2) e Desativação de Munições Convencionais (EOD nível 3). Por fim, há quatro grupos de trabalho internacionais atualmente ativados, tendo como parceiros a OTAN e a

Agência Europeia de Defesa (EDA, na sigla em inglês), nos assuntos de desativação de engenhos explosivos (EOD) e combate a artefatos explosivos improvisados (C-IED) (ACADEMIA DE INGENIEROS DEL EJÉRCITO, 2021).

A certificação do CIDES, atualmente sob administração da Escola de Engenheiros do Exército da Colômbia (*ESING*, na sigla em espanhol), ocorreu após uma apreciação de 8 meses por parte da OTAN. Este processo de avaliação levou em consideração aspectos estratégicos e acadêmicos relativos às condições para participação de pessoal nos diferentes cursos existentes neste estabelecimento de ensino. O governo colombiano celebrou o evento, uma vez que, a partir de então, poderão ser enviados membros das Forças Armadas do país para se capacitarem nos outros trinta e três centros de ensino da OTAN, adquirindo conhecimentos e unificando conceitos relacionados aos estudos militares (COMANDO GENERAL DE LAS FUERZAS ARMADAS DE COLOMBIA, 2019).

Apesar do curto período de associação do CIDES com o PTEC, esta associação já é considerada um sucesso pela Aliança Atlântica. Em 3 de dezembro de 2020, por ocasião da 5ª Cúpula Americana de Concórdia, o Vice-Secretário Geral da OTAN Mircea Geană ressaltou a importância da parceria da Organização com a Colômbia, para superação de desafios comuns como a pandemia, o terrorismo e a mudança climática. Nesta ocasião, declarou um agradecimento especial ao CIDES pelo suporte dado no treinamento de pessoal no tema da desminagem, o qual tem beneficiado os países membros e parceiros da OTAN (NATO, 2020e).

4.2.4 Combate à corrupção e cooperação científica

A Colômbia é um dos países associados à Política de Construção de Integridade da OTAN (*Building Integrity*, BI, na sigla em inglês). Este Plano de Ação foi criado em 2016 durante a Cúpula de Varsóvia e abrange tanto agência civis quanto instituições militares, interagindo, de forma cerrada, com Organizações Internacionais como a ONU, o Banco Mundial e a União Europeia. Sua implementação é financiada por meio de contribuições voluntárias realizadas a um Fundo de Confiança, sendo a Bulgária, a Noruega, a Polônia, a Suíça e o Reino Unido os principais financiadores do programa (NATO, 2020f).

A OTAN considera que instituições de defesa transparentes e confiáveis, subordinadas a um governo democrático, são fundamentais para cooperação

internacional em segurança. Dessa forma, por intermédio do BI, a Colômbia busca promover a boa governança e implementar os princípios da integridade, lisura e responsabilidade, em conformidade com normas e práticas internacionais, em três setores chave: defesa coletiva, gerenciamento de crise e segurança cooperativa. Para tal, o país sul-americano tem a sua disposição diversas ferramentas diagnósticas criadas, sob medida, para fortalecer os preceitos e mecanismos da boa governança, reduzindo o risco de corrupção nos setores nacionais de defesa e segurança (NATO, 2020f).

Outra plataforma de interação da Colômbia com a Aliança Atlântica é o Programa Científico para Paz e Segurança (*Science for Peace and Security*, SPS, na sigla em inglês). Ele possibilita colaboração cerrada em assuntos de interesse comum, possibilitando a previsão/prevenção de desastres e crises internacionais, tudo com o intuito de apoiar as operações e missões lideradas pela Organização. Atualmente, as prioridades de tal Programa estão relacionadas com as áreas de “Contraterrorismo, Segurança Energética; Defesa Cibernética; Defesa contra Agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (CBRN na sigla em inglês); Segurança Ambiental; Tecnologia Avançada de Segurança; Segurança de Fronteiras e Portos; Segurança de Aspectos Humanos e Sociais”. (NATO, 2021g, p. 1, tradução nossa).

Enquadrado no Programa SPS, cientistas colombianos, italianos e eslovenos trabalham em um projeto denominado “Clarifier”. Ele busca desenvolver um transceptor capaz de integrar as tecnologias de detecção por luz (*Light Detection and Range*, LIDAR, na sigla em inglês)²⁷ e detecção por rádio (*Radio Detection and Range*, RADAR, na sigla em inglês)²⁸, possibilitando vantagens como alto nível de coerência entre os dois subsistemas, alta performance na detecção de alvos, compartilhamento de *hardware* e redução do consumo de energia. O objetivo final do empreendimento é a criação de um aparelho que detecte objetos existentes em uma determinada área, a fim de criar uma imagem que proporcione consciência situacional, garantindo uma solução promissora para atividades de vigilância e navegação de veículos não tripulados (NATO, 2021g).

²⁷ A tecnologia LIDAR explora a emissão e reflexão de pulsos laser para calcular a distância, tamanho e características de objetos. Geralmente é empregada em curtas distâncias e obtém imagens de alta resolução (NATO, 2021g).

²⁸ A tecnologia RADAR explora a emissão e reflexão de ondas de rádio para calcular a distância, tamanho e características de objetos. Geralmente é empregada em longas distâncias (NATO, 2021g).

4.3 COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE A PARCERIA GLOBAL DA COLÔMBIA COM A OTAN

A imprensa (mídia) se apresenta como um meio não acadêmico de transmitir assuntos internacionais à sociedade. Atualmente, ela passa por um profundo processo de transformação. Ele ocorre, em grande parte, pela redução da capacidade da chamada mídia tradicional (rádio, TV, jornal) de influenciar a opinião pública frente à comunicação mediada pela *Internet*. Apesar disso, este meio de comunicação está muito distante de tornar-se obsoleto, uma vez que ainda é o meio mais utilizado, por grande parte da população para tomar conhecimento dos fatos que as rodeiam, principalmente os periódicos de grande circulação nacional (OLIVEIRA, 2010).

Assim, nesta seção, será identificada qual foi a cobertura dada pela imprensa americana em relação à aceitação da Colômbia como parceiro global da OTAN. Para tal, será observado, no período de 18 de maio a 2 de junho de 2018, o posicionamento de grandes veículos de mídia dos seguintes países: Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Estados Unidos da América e Brasil.

4.3.1 Colômbia: “El Espectador”

O Jornal “El Espectador” é um dos mais antigos jornais de grande circulação nacional de toda América do Sul. Foi fundado, em Medellín, por Fidel Cano Gutiérrez em 22 de março de 1887, entretanto, sua atual sede principal se localiza na capital colombiana de Bogotá (FERNANDES, 2018).

Em 25 de maio de 2018, o periódico transmitiu o anúncio realizado pelo Presidente colombiano Juan Manuel Santos de que seu país seria o primeiro, de toda América Latina, a fazer parte da Aliança Militar Norte Atlântica. Nesta ocasião, transmitiu ainda a informação de que este Chefe de Estado estava se deslocando para Paris para assinar a adesão da Colômbia à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)²⁹, o que também significava um marco para a

²⁹ Conhecida, em inglês, pela sigla de OECD (Organization for Economic Cooperation and Development), a OCDE é uma organização intergovernamental composta por 38 países-membros, que representa os países desenvolvidos do mundo. A organização proporciona aos governos um fórum para discussão de políticas econômicas e sociais com vista a promover o crescimento econômico, a criação de empregos, as trocas e o desenvolvimento (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO, 2021).

nação (PRESIDENTE..., 2018).

No dia 26 de maio, o jornal estampou notícias que apresentavam dois assuntos relevantes. O primeiro deles esclarecia ao leitor a diferença entre ser um membro efetivo e um parceiro global da OTAN, enfatizando que a segurança eletrônica/marítima e o combate ao terrorismo/narcotráfico são as principais áreas de interação entre as Colômbia e a Aliança Atlântica (QUE DIFERENCIA..., 2018). Em um segundo momento, divulgou a reação do Presidente venezuelano Nicolás Maduro que considera a aproximação entre as instituições como uma tentativa colombiana de “intimidar” os outros países, pela introdução de potências nucleares na América do Sul, ameaçando a paz na região. (GOBIERNO..., 2018).

Dois dias depois, em 28 de maio de 2021, em resposta às posições venezuelanas, o periódico publicou um novo pronunciamento do Presidente Colombiano. Neste ele afiançava que a parceria de seu país com a OTAN não tinha por objetivo a guerra, uma vez que a Colômbia não podia ser membro efetivo da Aliança, estando a cooperação embasada em interesses específicos de suas Forças Armadas (INGRESO..., 2018).

No dia 30 de maio de 2018, em uma nova postagem, o jornal divulgou uma entrevista realizada com Maurício Jaramillo, professor da Universidade de Rosário. Este acadêmico afirma que aproximação da Colômbia com a OTAN ocorre desde o período da presidência de Álvaro Uribe, sobretudo como uma forma de proteção contra a existência de diversos governos de esquerda no subcontinente sul-americano.

Estar em um bairro cheio de governos de esquerda fez o governo de Álvaro Uribe procurar maneiras de prevenir a agressão. A lógica era que o país estava cercado por inimigos e era necessário procurar alianças militares extra-regionais. Estas iniciativas, lembra Jaramillo, também tinham a ver com a força do governo de Hugo Chávez na Venezuela e na compra de vários aviões de combate russos e 100.000 fuzis AK47 por parte do país vizinho. (EL ESPECTADOR, 2018, apud FERNANDES, 2018, p. 53-54).

Por fim, em 31 de maio de 2018, o periódico transcreveu trechos da declaração do Ministro da Defesa colombiano. Nela, o militar reafirma a condição do país de parceiro global da OTAN, na qual não serão conduzidas operações táticas na América do Sul. Ao invés disso, o foco do relacionamento serão atividades de cunho humanitário, colaboração para gestão de crises, cooperação em segurança cibernética, combate ao crime organizado, bem como auxílio no planejamento de emprego das forças armadas nacionais (COLOMBIA..., 2018a).

4.3.2 Venezuela: “El Universal”

O Jornal “El Universal” é um importante jornal venezuelano com sede em Caracas, capital do país. Com uma circulação média diária de cerca de 150 mil folhetos, faz parte da Associação Latino-Americana de Jornais, uma das principais organizações jornalísticas do continente (FERNANDES, 2018).

Em um primeiro momento, em 26 de maio de 2021, limitou-se a publicar o pronunciamento do Presidente colombiano Juan Manuel Santos, que confirmava a parceria global entre seu país e a OTAN. Nesse interim, destacou também o ingresso da Colômbia na OCDE, o que garantiria uma redução da pobreza, a obtenção de investimentos e a garantia de um desenvolvimento mais justo e sustentável a sua população (SANTOS..., 2018a).

Um dia depois, em 27 de maio de 2018, o periódico mudou completamente de postura ao anunciar que a Venezuela rejeitava a adesão da Colômbia à OTAN. Na ocasião foi transcrita uma declaração de Nicolás Maduro, Presidente da Venezuela, que acusou o governo colombiano de ameaçar a paz e a estabilidade sul-americana, nos seguintes termos:

O mundo está testemunhando a posição histórica da América Latina e do Caribe para tomar distância adequada de políticas e ações belicistas da OTAN ou qualquer outra organização militar que procura apelar para o uso da força e sofrimento do povo para se impor e garantir a hegemonia de um modelo político e econômico em particular (VENEZUELA..., 2018a, tradução nossa).

Em 28 de maio de 2021, novas reprimendas feitas por parte do Governo Venezuelano foram publicadas. Desta vez, foram realizadas por Diosdado Cabello, Vice-Presidente do país, onde asseverou que a ação tomada por Juan Manuel Santos foi escandalosa e que tinha por objetivo atender aos seus interesses particulares. Além disso, complementou que tal atitude tinha um caráter bélico e que visava a esconder os problemas e a crise existentes na Colômbia (HERRERA, 2018).

Por fim, em 30 de maio de 2018, o jornal voltou estampar a aproximação entre a Colômbia e a OTAN, ao mesmo tempo que disseminava críticas do Presidente Maduro contra tal cooperação. Novamente responsabilizou a Colômbia por introduzir no subcontinente uma aliança militar externa, com capacidade nuclear, intimidando os povos latino-americanos e ameaçando a estabilidade da América do Sul e do Caribe (COLOMBIA..., 2018b).

4.3.3 Estados Unidos da América: “The New York Times”

O “The New York Times” é um jornal diário estadunidense fundado e publicado em *New York* desde 18 de setembro de 1851. Fundado por Henry Jarvis Raymond e George Jones, é o maior vencedor de Prêmios Pulitzer³⁰, somando, até 2018, um total de 117 condecorações (FERNANDES, 2018).

Em 18 de maio de 2018, sem mencionar a OTAN, limitou-se a abordar os resultados do Plano Colômbia. Afirmou que ele é um dos responsáveis pela melhoria nas questões de segurança, educação, produção agrícola e combate ao narcotráfico no território nacional, fomentando promessas de paz após mais de 50 anos de guerra civil. Ademais, transcreveu os agradecimentos do Presidente Colombiano aos EUA pela contribuição dada ao progresso do país, antevendo uma parceria ainda mais sólida no futuro (THE PROMISES..., 2018).

Já nos dias 20 e 21 de maio de 2018, as manchetes do periódico destacaram os efeitos advindos da reeleição de Nicolás Maduro para Presidente da Venezuela. A gazeta afirma que a eleição foi manipulada pelo governo, o que acarretou novas sanções do Presidente norte-americano Donald Trump ao país, cuja indústria petrolífera padece de vertiginosa queda no mercado internacional. Outrossim, assinalou que os países sul-americanos, liderados por Brasil, Colômbia e Chile, também não reconheceram a legitimidade do pleito eleitoral, inclusive criando uma associação, que ficou conhecida pela alcunha de Grupo de Lima³¹, para pressionar o governo venezuelano a convocar eleições democráticas no país (FERNANDES, 2018).

Nos dias 25 e 27 de maio de 2018, a Colômbia voltou a ser assunto do periódico, porém o tema OTAN novamente não recebeu qualquer menção. Em um primeiro momento, foram tratadas as acusações de corrupção feitas pela Suprema Corte do país contra o ex-Presidente Álvaro Uribe, por suposta ligação com traficantes

³⁰ O Prêmio Pulitzer, administrado pela Universidade de Colúmbia, existe desde 1917, concedendo prêmios a jornalistas, escritores, artistas e fotógrafos pela excelência de seus trabalhos. A premiação, considerada uma das mais importantes do mundo, é anual e se divide em 21 categorias (CHIARELLI, [2020?]).

³¹ O Grupo Lima é uma associação formada principalmente por países latino-americanos que tem por objetivo pressionar o governo de Nicolás Maduro. A entidade afirmou que não reconhecia a legitimidade do processo eleitoral venezuelano em 2018 pois a votação não havia cumprido com os padrões internacionais de um processo eleitoral democrático, livre, justo e transparente. O grupo inclui Brasil, Colômbia, Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Guiana e Santa Lúcia. (AS TRUMP..., 2018).

de drogas sediados em Medellín. Posteriormente, o tema em pauta foi a primeira eleição que seria realizada na Colômbia após a assinatura do tratado de paz entre o governo e os grupos guerrilheiros, a qual seria disputada entre Iván Duque e Gustavo Petro, respectivamente, candidatos de partidos nacionais de direita e de esquerda (FERNANDES, 2018).

4.3.4 Bolívia: “La Razón”

O Jornal “La Razón” é publicado em La Paz e distribuído por toda a Bolívia, sendo o periódico de maior circulação na capital da nação. Teve sua primeira edição distribuída em 16 de março de 1990 sob coordenação dos jornalistas Jorge Canelas e Mario Frias. Considerado o folhetim mais influente nas mídias sociais bolivianas, é o único do país autorizado pelo “The New York Times” a distribuir seu suplemento semanal traduzido para o espanhol (FERNANDES, 2018).

Em um primeiro momento, em 27 de maio de 2018, abordou a acirrada disputa eleitoral colombiana. Neste contexto, afirmou que há uma ampla disputa entre os partidos de direita e esquerda, enfatizando que o presidente eleito será o primeiro em mais de 50 anos, a governar o país sem a ameaça das FARC. Em um pequeno trecho do texto, entretanto, expôs os interesses da Colômbia em unir-se à OTAN, o que tem causado repúdio por parte do Governo Venezuelano (COLOMBIA..., 2018c).

Em 30 de maio de 2018, uma nova postagem voltou a tratar da política externa colombiana. Contudo, houve apenas a divulgação da adesão da Colômbia à OCDE, não ocorrendo qualquer alusão à Aliança Atlântica. Foram explicitadas declarações do Presidente Juan Manuel Santos que, após o acordo de paz com as FARC, prometeu continuar trabalhando pela paz em todo subcontinente sul-americano. (SANTOS..., 2018b).

O conteúdo das notícias do periódico mudou completamente em 2 de junho de 2018. Nesta data, foram publicadas severas declarações feitas pelo Presidente da Bolívia Evo Morales que, com o seguinte conteúdo, rejeitou a parceria da Colômbia com a OTAN e afirmou que esta era um primeiro passo para uma ingerência norte-americana na Venezuela:

Eu não compartilho da OTAN na América do Sul. OTAN para mim é sinônimo de guerra, é sinônimo de intervenção e, principalmente, OTAN significa recursos naturais. É para proteger os Estados Unidos e suas multinacionais no mundo e as autoridades na Colômbia não se enganem. [...] Que segurança para o Estado? Que segurança para os povos? Será segurança para o

Império. [...] Ele toma medidas para isolar o regime (Nicolás) Maduro ainda mais. (LA RAZON, 2018 apud FERNANDES, 2018, p. 57).

4.3.5 Equador: “El Comercio”

O “El Comercio” tem sua sede em Quito, tendo sido fundado pelos irmãos Carlos e César Jacome Mantilla em 1º de janeiro de 1906. Na atualidade, após mais de um século de existência, tornou-se o jornal mais distribuído na capital equatoriana e um dos mais influentes e tradicionais de todo o país (FERNANDES, 2018).

A primeira notícia sobre o tema em pauta foi anunciada em 25 de maio de 2018. Nela foi exposta a declaração do Presidente Juan Manuel Santos acerca da parceria global da Colômbia com a OTAN e da adesão de seu país na OCDE que, segundo ele, “irá trazer mais progressos, reduzir a pobreza, obter mais investimento, garantir um desenvolvimento mais justo, mais inclusivo e mais sustentável”. (EL COMERCIO, 2018, apud FERNANDES, 2018, p. 57).

Nos dias 26 e 28 de maio de 2021 apresentou, respectivamente, os posicionamentos dos Governos Venezuelano e Colombiano sobre a cooperação da Colômbia com a Aliança Atlântica. Na primeira declaração afirmou que Nicolás Maduro rejeitou a iniciativa de Juan Manuel Santos, considerando que ela ameaça a estabilidade regional sul-americana (VENEZUELA..., 2018b). Já na segunda data supracitada, delineou a resposta do Presidente Colombiano que defendeu a parceria global com a OTAN, explicando que não há fins bélicos envolvidos uma vez que seu país não constitui um membro permanente da Organização (COLOMBIA..., 2018d).

Finalmente, no dia 30 de maio de 2018, o periódico exibiu a explicação sobre a condição de “parceria global com a OTAN”. Neste interim, abordou a origem da Organização, criada para se contrapor à expansão comunista na Europa, salientando que, após a dissolução da URSS, em 1991, ela mudou de enfoque e decidiu colaborar com outros países de fora de sua órbita convencional. Estes Estados passaram a ser denominados como “parceiros globais” e, apesar de não serem membros plenos da Instituição, cooperam com esta, baseados em um Programa Individual, inclusive podendo contribuir com tropa para as missões e operações realizadas pela Aliança. (QUÉ SIGNIFICA..., 2018).

4.3.6 Brasil: “Portal de notícias G1”

O “Portal de notícias G1” pertence à Centra Globo de Jornalismo. Ele foi

fundado em 18 de setembro de 2006, ano em que a rede de televisão Globo completou 41 anos de existência. Ele trabalha 24 horas por dia, é abastecido de conteúdo por inúmeras agências de notícias nacionais e internacionais (Lusa, Reuters, New York Times, France Press), possuindo cinco redações próprias situadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife. Apesar de possuir apenas 15 anos de existência, recebe cerca de 52 milhões de acessos por mês, sendo um dos 5 mais visitados do país (NASCIMENTO, 2018).

No período considerado, a primeira publicação foi realizada em 25 de maio de 2018 e refere-se à entrada da Colômbia na OCDE e na OTAN. A reportagem informa que o anúncio foi feito pelo Presidente Juan Manuel Santos que afirmou que a Colômbia seria o primeiro parceiro global da Aliança Atlântica na América Latina, melhorando a imagem do seu país e ampliando sua influência no cenário internacional (COLÔMBIA..., 2018e).

Já no dia 30 de maio de 2018, o Portal de Notícias anunciou que, ainda naquela semana, o Presidente Juan Manuel Santos formalizaria, em Bruxelas, a parceria global da Colômbia com a OTAN. A seguir, expressou que o Presidente Venezuelano Nicolás Maduro repudiou a decisão colombiana de “se preparar para introduzir na América Latina e no Caribe uma aliança militar externa com capacidade nuclear, o que sob todas as luzes constitui uma séria ameaça para a paz e a estabilidade regional” (BARBOSA, 2018, p. 5-6). O G1, ainda, rememorou que, durante a presidência de Dilma Roussef no Brasil (2010 a 2016), ela expressou preocupação com a aproximação entre a Colômbia e a Aliança Atlântica uma vez que tal cenário poderia causar desconforto nos países vizinhos.

Finalmente, em 31 de maio de 2021, foi publicada uma reportagem que enfocou na preocupação de especialistas e governantes latino-americanos com a cooperação firmada entre a Colômbia e a OTAN. O principal governo que voltou a criticar a interação foi a Venezuela que, inclusive, argumentou que a deliberação colombiana violava acordos bilaterais e regionais firmados pelo país com a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)³² e com a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e

³² A UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) é uma organização de integração regional que foi criada em 2008 na América do Sul, tendo 12 países como seus membros fundadores: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. (GOUVEIA, 2014).

Caribenhos (CELAC)³³, que haviam pactuado a região como uma zona de paz. O portal, ainda, divulgou a posição do então Presidente do Brasil Michel Temer que preferiu não comentar o tema uma vez que considerava como uma questão soberana da Colômbia. Sem citar nomes, foi descrita a posição de alguns especialistas latino-americanos em Relações Internacionais que expressaram os pontos de vistas a seguir delineados:

Alguns especialistas latino-americanos acreditam que a cooperação pode ser interpretada como uma decisão de continuar bloqueando a influência venezuelana na região. Mas, em geral, a parceria colombiana com a aliança militar é vista como um alarme para a América Latina. Seria um sinal de que os Estados Unidos, ao lado dos europeus, estariam dispostos a interferir em questões sul-americanas.

A Colômbia é o primeiro país sul-americano concluir um acordo de cooperação com a Otan. Ao receber o Prêmio Nobel, há dois anos, pelo acordo de paz assinado com as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o presidente colombiano, Juan Manuel Santos, afirmou que, com o acordo, “a América é uma zona de paz do Alasca à Patagônia”. Nesta quinta-feira, ao formalizar a parceria de seu país com a Otan, o discurso é bastante antagônico. Um dos possíveis motivos desta cooperação poderia ser o medo dos Estados Unidos da influência russa na Venezuela. O governo de Caracas está extremamente frágil e as relações entre os presidentes Nicolás Maduro e Vladimir Putin se fortalecem cada vez mais. A Venezuela importa armas russas e Moscou apoia a construção de uma fábrica de metralhadoras e munições em território venezuelano. Washington receia que esta relação se aprofunde em uma aliança estratégica.

No acordo entre a Colômbia e a Otan não está prevista nenhuma cooperação muito avançada com bases e exercícios militares, mas o fortalecimento do papel dos Estados Unidos através da aliança militar em questões de segurança na América Latina é altamente simbólico.

[...] Ao usar a aliança atlântica, os Estados ficam um pouco menos expostos. Para os europeus, concordar com esta iniciativa pode ser uma maneira de encorajar Washington a permanecer engajada na Otan. No entanto, o papel dos americanos na aliança atlântica tem sido muito questionado, principalmente durante a administração do presidente americano, Donald Trump. (POR QUE..., 2018, p. 2-5).

4.4 IMPLICAÇÕES NO SETOR DE DEFESA COLOMBIANO

Segundo Arciniegas e Santos Filho (2019), a parceria global da Colômbia com a OTAN desenrola-se em um cenário de significativas mudanças na política de defesa do país. Estas alterações estão relacionadas, principalmente, com o término do conflito com as FARC que, desde 2017, iniciaram sua desmobilização. Apesar de não ter sido assinado nenhum acordo de paz com a ELN e ainda existirem alguns dissidentes das FARC que não “abdicaram” das armas, tais grupos possuem pouca

³³ A CELAC foi criada em 2011. É o primeiro organismo regional a reunir todos os países da América Latina e do Caribe sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá (SILVA, 2017).

expressão no contexto nacional.

Assim, a seguir, serão apresentadas as duas principais repercussões atuais, na área de defesa, que permeiam a cooperação entre a Colômbia e Aliança Atlântica, estando estas relacionadas com a reforma militar ocorrida nas Forças Armadas e com as novas iniciativas da Política Defesa colombiana.

4.4.1 Reforma militar nas Forças Armadas

Em 2013, o Exército Colombiano criou o Comitê Estratégico de Desenho do Exército do Futuro (CEDEF) para redefinição de seus padrões de atuação. Entre seus objetivos mais relevantes estavam a realização de projeções para a Força até 2030 e o alinhamento, doutrinário e estrutural, aos padrões da OTAN. De acordo com Rojas (2017), este planejamento foi assessorado por oficiais pertencentes à OTAN e técnicos das Forças Armadas dos EUA, facilitando a consecução das metas propostas.

Em 2015, o empreendimento iniciado no Exército atingiu a Marinha e a Força Aérea da Colômbia, tendo sido elaborado, pelo Comando Geral das Forças Militares, o Plano Estratégico Militar 2030. Tal projeto, entre suas principais medidas, vislumbrava “uma maior integração de capacidades entre as três forças com a finalidade de combater ameaças internas e a participação em teatros de operações no exterior, como parte de uma força multinacional (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019, p. 16).

Como produto do estudo iniciado em 2013, já em 2016, o Exército implementou um nova matriz doutrinária para substituir o modelo anterior, vigente desde 1998, que privilegiava ações de contrainsurgência. Ela foi denominada Doutrina Damasco e tinha como cerne a aplicação da concepção de Operações Terrestres Unificadas (OTU)³⁴ e a transformação das Forças Armadas do país em “contingentes multimissão”³⁵. O conceito OTU, oriundo dos manuais norte-americanos, foi adotado para permitir a interoperabilidade de emprego militar no âmbito regional, com os EUA e o Canadá, e no escopo internacional, em missões de paz da ONU e operações conjuntas com a

³⁴ O conceito de OTU predispõe que a Força Armada "capture, retenha e explore a iniciativa, por meio de ações decisiva (ofensivas, defensivas, de estabilidade e de apoio à autoridade civil), com o fim de criar as condições para uma resolução favorável do conflito. (COLÔMBIA, 2016a, tradução nossa).

³⁵ Os contingentes multimissão são aqueles destinados a realizar, simultaneamente, diferentes tipos de missões em diferentes teatros de operações. (COLÔMBIA, 2016a, tradução nossa).

OTAN (COLÔMBIA, 2016a, tradução nossa).

Outro aporte da OTAN na maneira de conceber a guerra, pelas Forças Armadas da Colômbia, está associada com a adoção da Doutrina de Ação Integral (DAI). Ela foi inicialmente desenvolvida pela Aliança Atlântica, no final do século XX, para atuação em operações relacionadas à gestão de crise, manutenção da paz, estabilização do pós-conflito ou construção nacional (CASTILLO; NIÑO, 2015). Segundo Arciniegas e Santos Filho (2019, p. 17), a DAI, “está baseada na ação conjunta e coordenada entre as três Forças (Exército, Marinha e Força Aérea) e agências civis públicas e privadas para fortalecer as estruturas institucionais dos Estados”, com vistas a consolidar a sua presença em áreas que antes encontravam-se sob controle da guerrilha.

Com essas mudanças estratégicas e doutrinárias, o papel das Forças Armadas da Colômbia passou a ser repensado, a fim de corresponderem ao novo contexto de fim do conflito com as FARC. Desse modo, apesar de as missões de combate aos grupos guerrilheiros e aos grupos ligados ao crime organizado continuarem, novas missões passaram a ser concebidas para as Forças Armadas. (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019 apud HASTENPFLUG NETO, 2020, p. 25).

4.4.2 Iniciativas na Política Externa e de Defesa

Desde 2011, a Colômbia busca uma maior participação no cenário internacional. Esta meta foi transformada, pelo Ministério da Defesa Nacional, em um dos objetivos do Plano Estratégico do Setor de Defesa e Segurança 2016-2018, segundo o qual as Forças Armadas do país devem “fortalecer a projeção internacional do setor de defesa como partícipe da política externa estabelecida pelo governo, mediante uma maior cooperação bilateral, triangular e multilateral com países aliados”. (COLÔMBIA, 2016b, p. 74).

No contexto multilateral, além da proeminência obtida pela Colômbia na temática de desminagem humanitária, já delineada em seção anterior deste capítulo, também merece menção a atuação do Centro de Treinamento e Capacitação para Operações de Paz (*Centro de Entrenamiento y Capacitación para Operaciones de Paz*, CENCOPAZ, na sigla em espanhol). Ele foi criado, em 2016, por meio de uma iniciativa dos Fuzileiros Navais colombianos com o intuito de treinar tropas para participação em missões internacionais. Segundo Venegas, até 2018, já havia sido responsável pela capacitação de aproximadamente 650 militares e policiais colombianos, bem como de mais de 100 civis que trabalham na ONU, contribuindo

assim para evitar uma significativa redução no orçamento destinado ao Ministério da Defesa do país.

No que concerne ao desenvolvimento da BID colombiana, pode-se mencionar o desenvolvimento, com assessoramento internacional, dos radares TADER³⁶ e SINDER³⁷ por parte da Corporação de Alta Tecnologia para a Defesa (CODALTEC, da sigla em espanhol). O primeiro deles é um sensor de curto alcance, com até 70 quilômetros de rastreamento, que foi integrado ao sistema de defesa antiaérea do país para identificação de aeronaves em movimento. Já o segundo, com um alcance de até 20 km, possui capacidade de vigilância de superfície e foi projetado para proteção e a segurança das instalações militares e de infraestrutura crítica do país (DUSSÁN, 2017).

Desta maneira, são completamente oportunas as palavras de Arciniegas e Santos Filho a respeito do panorama existente na aproximação militar entre a Colômbia e a OTAN nos últimos anos:

Assim, a cooperação com a Aliança tem se desenvolvido seguindo os esforços do governo colombiano de intensificar a internacionalização de suas capacidades securitárias (sobretudo suas Forças Armadas), contribuindo inclusive para a cooperação militar com terceiros países e com a ONU. Além disso, essa aproximação tem acompanhado até certo ponto as novas dinâmicas das relações entre EUA e Colômbia, uma vez que essas têm se baseado menos na transferência unilateral de tecnologia do primeiro para o segundo e mais na utilização das capacidades absorvidas pelas instituições militares colombianas em outros países, com intenso apoio estadunidense. (2019, p. 19).

³⁶ Radar Tático de Defesa (*Tactical Defense Radar*, TADER, por sua sigla em inglês) (CODALTEC, 2021).

³⁷ Radar de Vigilância de Superfície (*Surface Intrusion Detection Radar*, SINDER, por sua sigla em inglês) (CODALTEC, 2021).

5 PARCERIA GLOBAL BRASIL – OTAN: REFLEXOS NO CAMPO MILITAR

Com base no novo conceito estratégico da OTAN, seus membros reconheceram que as questões de segurança atuais atingiram níveis tão complexos e transnacionais que tornaram impossível, que um simples país ou Organização, possa lidar com os eventos e ameaças que se descortinam no cenário internacional. Neste contexto, o Programa Global de Parcerias da Aliança Atlântica busca outros Estados democráticos que compartilham das mesmas inquietações da Instituição e buscam um entendimento comum para lidar com os desafios correntes (SMITH-WINDSOR, 2015).

O Brasil, além de ser o quinto país mais extenso do mundo, detém metade do PIB da América do Sul e, com mais de 200 milhões de habitantes, é a maior democracia do hemisfério sul do planeta. Tal proeminência torna o Brasil um parceiro em potencial da OTAN, inclusive existindo estudos, patrocinados pela Organização, que analisam as vantagens e desvantagens de uma possível parceria entre estes relevantes atores internacionais, sendo um deles conduzido por Robert Helbig³⁸ (2013).

A seguir, este capítulo evidenciará áreas em que ocorrem conflitos de interesse e oportunidades de cooperação, entre o Brasil e a OTAN, em um cenário de parceria global entre as instituições. Finalmente, com base no conteúdo exposto, serão explicitados os principais impactos, nos aspectos militares da PND/END 2020, advindos do supracitado quadro conjuntural.

5.1 ÁREAS DE POSSÍVEIS CONFLITOS ENTRE BRASIL E OTAN

De acordo com um estudo conjunto realizado pela Escola de Ciências Sociais da OTAN e a Fundação Getúlio Vargas, os obstáculos para uma parceria entre o Brasil e a OTAN estão centralizados na mentalidade existente no seio da elite brasileira governante. O relatório produzido afirma que grande parte dos políticos e burocratas do país acredita que qualquer relacionamento existente entre as Organizações mencionadas ocorreria dentro de um padrão distributivo de “perde/ganha”, no qual a

³⁸ Robert Helbig trabalha na Divisão de Desafios à Segurança do Quartel-General da OTAN. Publicou trabalhos para Organização sobre o relacionamento OTAN-Índia e OTAN-Mongólia. Sua experiência com o Brasil inclui estudos realizados na Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, serviços no Consulado-Geral da Alemanha no Rio de Janeiro e pesquisas de campo conduzidas em Brasília e São Paulo (SMITH-WINDSOR, 2015).

OTAN ganha e o Brasil perde. Entretanto, tal documento assevera que tal posicionamento consiste apenas em uma tática para mudar a atenção da população dos problemas internos, anunciando qualquer possibilidade de cooperação em defesa apenas como uma ameaça à soberania nacional (SMITH-WINDSOR, 2015).

Dessa forma, serão delineados a seguir, alguns temas comumente veiculados como aqueles de mais difícil harmonização entre o Brasil e a Aliança Atlântica, os quais usualmente estão relacionados com a proteção dos interesses de segurança nacional contra atuação de atores estrangeiros ou com a estratégia brasileira de priorização da reforma do sistema de governança internacional.

5.1.1 Proteção dos interesses de segurança nacional

De acordo com o LBDN/2020 (BRASIL, 2020a), do ponto de vista da defesa, duas regiões são prioritárias para o país. A primeira delas é a Floresta Amazônica, também conhecida como “Amazônia Verde”, e a outra é a faixa costeira do país, localizada no oceano Atlântico, atualmente conhecida como “Amazônia Azul”. Desta feita, será evidenciado a seguir, os entraves que a soberania sobre tais regiões poderão acarretar para uma parceria entre o Brasil e a OTAN.

5.1.1.1 Soberania sobre a Amazônia Brasileira

A Amazônia Brasileira está majoritariamente localizada na região Norte do país. Com uma área de cerca de 5,2 milhões de km², ocupa mais de 60% do território nacional, apresentando uma baixa densidade populacional da ordem de 4,6 habitante/km². Além de possuir uma faixa de fronteiras de aproximadamente 12.390 km e grandes reservas minerais, engloba um terço das florestas tropicais da terra, a maior bacia de água doce do mundo e a maior diversidade biológica do planeta (BRASIL, 2020b).

A PND/END 2020 assevera que a Amazônia, a faixa de fronteira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias do território nacional. Neste sentido, “promover a proteção da Amazônia Brasileira e sua maior integração com as demais regiões do país” é um dos pressupostos básicos da concepção da Política de Defesa Nacional, conforme se pode depreender do trecho a seguir:

A Amazônia [...] é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País. **A**

dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, **evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais**. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos (BRASIL, 2020c, p.33, grifo nosso).

O Instituto *Konrad Adenauer*³⁹ publicou um estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) que defende que a Amazônia ocupa uma posição central na política de segurança do país, sendo um dos principais temas da sua Estratégia Nacional de Defesa, desde sua primeira publicação em 2008. Esta obra aborda que a metade dos especialistas brasileiros entrevistados considera a internacionalização da Amazônia como uma ameaça, onde a comunidade internacional usa a “proteção do meio ambiente” como pretexto para impedir o Brasil de explorar a biodiversidade e as reservas minerais localizadas em seu território. Segundo tais analistas, em um quadro de competição estrangeira por riquezas naturais, o Brasil prejudica sua soberania e integridade nacional ao comprometer-se com Organizações Internacionais como a OTAN (HELBIG, 2013).

A compilação organizada por Smith-Windsor (2015) concorda completamente com o conteúdo exposto no parágrafo anterior quanto ao fato de que o governo brasileiro teme a “internacionalização” da Amazônia. Para tal, apresenta as alegações de Gélio Fregapani⁴⁰ que, em seu livro “Amazônia: a grande cobiça internacional” (2000), advoga que a obediência do Brasil aos Organismos Internacionais para uma maior proteção da Amazônia, iria abalar sua soberania e limitar sua capacidade de aproveitar completamente os recursos locais. O compêndio documental traz ainda à baila um relevante trecho da Estratégia Nacional de Defesa de 2008, que torna patente a aversão a qualquer interesse de intervenção na região:

O Brasil estará atento quanto à incondicional reafirmação de sua soberania

³⁹ O Instituto Konrad-Adenauer é uma fundação política inaugurada em 1988. Sediada em Bonn, na Alemanha, possui escritórios encarregados de mais de 200 projetos em mais de 120 países. São considerados como uma agência de consultoria, cujas pesquisas científicas e análises conjunturais oferecem bases para ações políticas de Estados e Organismos Internacionais (INSTITUTO KONRAD-ADENAUER, 2021).

⁴⁰ Gélio Fregapani é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro. Considerado um dos maiores especialistas militares na temática “Amazônia”, foi, na década de 1980, o 6º Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Ao longo de sua vida, escreveu diversas obras literárias como “A Amazônia no grande jogo geopolítico: um desafio mundial”, “No lado de dentro da selva” e “Amazônia: a grande cobiça internacional” (ENTREVISTAS..., 2014).

sobre a Amazônia Brasileira. Ele repudiará, por meio de ações de desenvolvimento e defesa, qualquer tentativa de imposição externa em suas decisões relativas à preservação, desenvolvimento e defesa da região amazônica. **Não permitirá que nenhuma organização ou indivíduo sirva como instrumento de interesses estrangeiros** – políticos ou econômicos – que desejam enfraquecer a soberania brasileira. É o Brasil que cuida da região Amazônica Brasileira, a serviço da humanidade e de si próprio. (BRASIL, 2008, apud SMITH-WINDSOR, 2015, p. 271, grifo nosso).

5.1.1.2 Soberania sobre a Amazônia Azul

Com cerca de 7500 quilômetros de litoral, o Brasil possui uma forte vinculação com o Atlântico Sul. A porção deste oceano sobre a qual o Brasil exerce soberania/jurisdição e por onde transitam cerca de 95% do comércio exterior do país é denominada “Amazônia Azul” (BRASIL, 2020a).

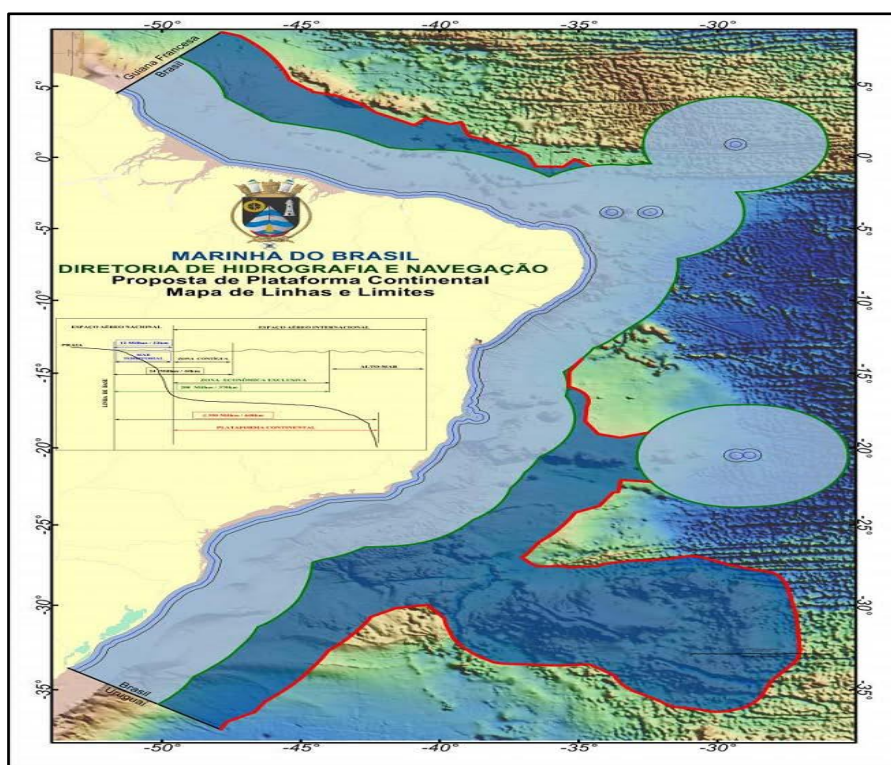


FIGURA 4 – Amazônia Azul
Fonte: BRASIL, (2020a, p. 21).

Com uma área de aproximadamente 5,7 milhões de km², comparável a da Amazônia Brasileira, além dos recursos vivos, possui em seu subsolo reservas de petróleo e gás em águas profundas e ultraprofundas, sendo detalhada pela PND/END da seguinte maneira:

A Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e de

soberania (BRASIL, 2020c, p.75).

[...] **A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica** a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. A exploração e exploração da Amazônia Azul e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil, exigindo a intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima. Para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas (BRASIL, 2020c, p.33, grifo nosso).

Tendo por base tal panorama, Teixeira e Melo (2019) argumentam que tradicionalmente o Atlântico Sul é uma zona brasileira de projeção de poder. Dessa forma, há esforços para prevenir atores extrarregionais de instalarem uma presença militar na região, particularmente após a descoberta das reservas de petróleo e gás natural. Segundo eles, a presença da OTAN é vista, por muitos brasileiros, como um mecanismo de política externa dos EUA para legitimar suas operações na área, o que permitiria um acesso natural aos recursos existentes na Amazônia Azul, prejudicando os interesses do Brasil em construir uma comunidade transatlântica e tornar-se um ator de nível regional e global.

Os estudos compilados por Smith-Windsor também defendem o mesmo viés apresentado no parágrafo anterior. Ele afirma que o Brasil se tornou particularmente protetivo em relação às suas linhas costeiras desde a descoberta de reservas de combustível no litoral do Rio de Janeiro, em 2006 e 2008. Conforme tal publicação, a principal preocupação brasileira é que os EUA nunca assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM)⁴¹, o que implica uma relutância norte-americana em aceitar a Zona Econômica Exclusiva (ZEE)⁴² pertencente ao Brasil (2015).

5.1.1.3 Presença da OTAN no entorno estratégico brasileiro

O glossário da PND/END 2020 define o entorno estratégico brasileiro como a

⁴¹ A CNUDM estabeleceu um mar territorial (MT) de 12 milhas náuticas (22 km), contadas a partir de uma linha de base no continente; uma zona contígua (ZC), adjacente ao MT, que se estende das 12 até as 24 milhas náuticas; e uma zona econômica exclusiva (ZEE), faixa de 188 milhas náuticas, adjacente ao mar territorial (incluindo a ZC). A CNUDM estabeleceu, ainda, que os Estados poderão pleitear aumento de suas plataformas continentais, caso cumpram determinados critérios técnicos, até uma extensão máxima de 350 milhas náuticas. Internamente, em 1993, o Brasil adotou as resoluções da CNUDM de 1982 e 1988, mas, somente em 1994, com a ratificação do 60º país, a CNUDM entrou em vigor. (BRASIL, 2020a, p. 100).

⁴² Na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais. (BRASIL, 2020a, p. 21).

“área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (p. 77). Este mesmo documento afirma que potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas para obtenção de vantagens geopolíticas. Por exemplo, no Atlântico Sul, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁴³, ocorre o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte. Tendo em vista tal cenário, as Expressões do Poder Nacional devem estar capacitadas para defender suas pretensões e solucionar eventuais controvérsias na região.

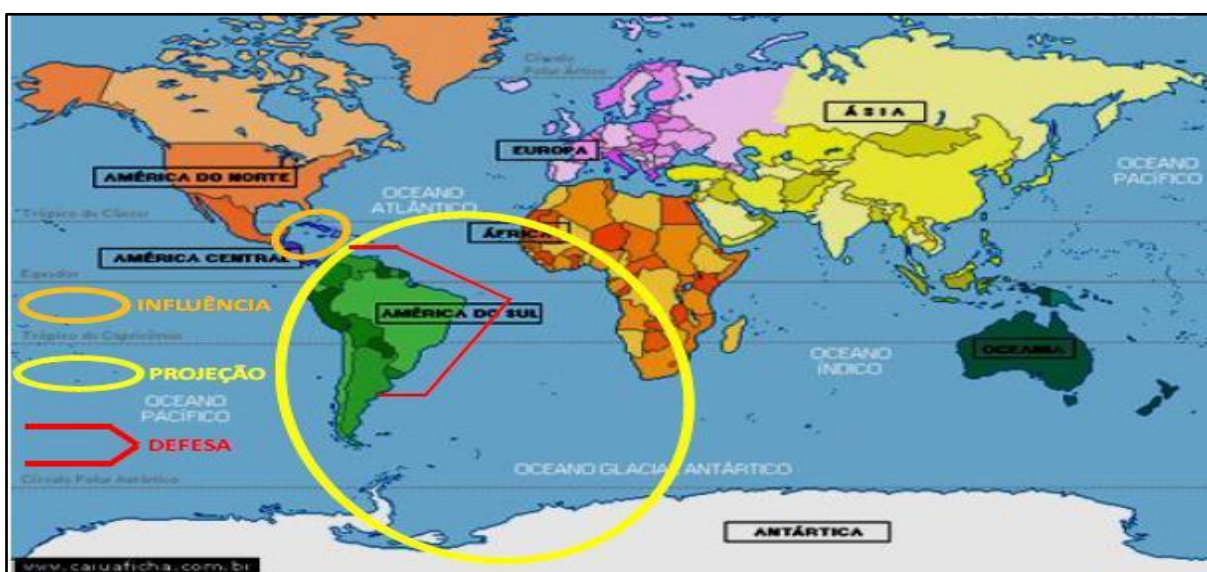


FIGURA 5 – Entorno Estratégico Brasileiro
Fonte: SANTOS, (2016, p. 29).

Quanto a esta temática, a coletânea organizada por Smith-Windsor assevera que a apreensão do Brasil se acentuou, a partir de 2008, com a recriação da 4ª Frota da Marinha dos EUA, que estava inativa desde a década de 1950. Os governantes brasileiros reclamaram, publicamente, que não houve, por parte dos norte-americanos, nenhuma consulta diplomática prévia sobre o assunto. Ademais, alegaram que esta porção do planeta está sob a égide da ZOPACAS, formada apenas

⁴³ A ZOPACAS é o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Trata-se de uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e da cooperação entre seus Estados-membros. Além de seu componente geopolítico, a ZOPACAS inclui, compromissos com a conservação do meio ambiente marinho e a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2020c).

por Estados Sul-Americanos e Oeste-Africanos, que são os únicos que possuem legitimidade para realizar missões neste território, rejeitando, assim, qualquer intervenção estadunidense ou da OTAN na região (SMITH-WINDSOR, 2015).

O trabalho publicado pelo Instituto Konrad-Adenauer, além de mencionar acerca da situação da 4ª Frota da Marinha estadunidense, também insere outras ações realizadas pelos EUA que distanciaram o Brasil da OTAN, conforme se observa a seguir:

Os políticos brasileiros estão preocupados sobre a presença norte-americana na América do Sul, pois consideram os EUA como um competidor pela influência no continente. Alguns até argumentam que a presença e ocupação estadunidense violam o que o Brasil entende por soberania. Isto é por que Brasília está preocupada com as atividades norte-americanas em sua esfera de influência. Por exemplo, o Brasil se opõe ao uso, pelos EUA, de bases aéreas colombianas para operações antidrogas. O Brasil está também entre aqueles Estados que bloquearam os esforços estadunidenses para estabelecer uma área de livre comércio na América que incluiria 34 países ao longo do hemisfério ocidental. A oposição à influência estrangeira pelos brasileiros também se refere à melhoria do relacionamento entre Rússia e Venezuela ou à presença do Reino Unido no Atlântico Sul. Por exemplo, em 2011, o navio de patrulha HMS Clyde, usando a bandeira britânica das Ilhas Malvinas, foi impedido de aportar no Rio de Janeiro (ELBIG, 2013, p. 5, tradução nossa).

Para Silva (2014), há a presença de três grandes potências da OTAN no entorno estratégico brasileiro: Reino Unido, França e EUA. Entre as características relevantes entre estes atores, destaca que todos detém armamentos nucleares, ocupam assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e defendem suas presenças no Atlântico Sul como uma forma de responder rapidamente a qualquer ameaça aos seus interesses na região.

O Reino Unido mantém sob sua soberania um arco de ilhas no Atlântico Sul que compreende as ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e *Gough*, além dos arquipélagos de *Sandwich* do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e das *Falklands* (Malvinas). Deste conjunto insular, merecem destaque a ilha de Ascensão e o arquipélago das *Falklands* (Malvinas), em virtude de seu atual e contínuo aproveitamento militar. A Ilha de Ascensão, além de abrigar uma base aérea compartilhada com outros países da OTAN, dispõe de um dos mais avançados aparatos de comunicação do planeta, que atua no Sistema de Posicionamento Global (GPS) e na emissão/interceptação de sinais via satélite para abastecer o sistema de inteligência da Aliança Atlântica. Já quanto às *Falklands* (Malvinas), o governo britânico mantém, de forma permanente, Forças Conjuntas no arquipélago, que

somam um efetivo de mais de 1000 militares e que dispõe de modernos meios de guerra aéreos, terrestres e navais, por exemplo, helicópteros, aviões, submarinos, contratorpedeiros, entre outros (SANTOS, 2016).

A França mantém soberania sobre a Guiana Francesa. Este território ultramarino ocupa em torno de 84 mil km² da América do Sul, possui fronteiras com o Brasil e o Suriname, sendo defendido por um Regimento da Legião Estrangeira, um dos braços do Exército Francês. A principal instalação de caráter militar existente na região é o Centro Espacial de *Kourou*. Ele pertence à Agência Espacial Europeia, uma das parceiras preferenciais da OTAN, gera 15% do PIB da Guiana e tem sua importância relacionada com sua localização, próxima à Linha do Equador, que permite lançamentos espaciais a custos menores (SANTOS, 2016).

Por fim, no entorno estratégico brasileiro atuam elementos do Comando Sul e do Comando África dos EUA. O primeiro conta com um efetivo aproximado de 1200 militares em seu quartel-general na Flórida, tem como área de responsabilidade as Américas Central e do Sul e suas principais atividades operacionais estão relacionadas o combate aos crimes transnacionais, contraterrorismo, capacitação de países parceiros e pronta-resposta a situações de contingência. O segundo, por sua vez, tem sua sede em *Stuttgart* (Alemanha) mobiliada por cerca de 1500 militares, sua zona de atuação é todo o continente africano (exceto o Egito) e tem suas ações prioritárias voltadas para a contenção da pirataria no Golfo da Guiné e no Chifre da África e combate a grupos terroristas como *Boko Haram*⁴⁴, Estado Islâmico e *El Shabab*⁴⁵ (SANTOS, 2016).

Nesse cenário, vale salientar que a movimentação da OTAN no entorno estratégico brasileiro foi amplamente criticada pela classe política do país, conforme pode ser explicitado no texto a seguir, transcrito a partir de uma palestra proferida, em 2010, no Instituto de Defesa Nacional de Portugal, em Lisboa, pelo então Ministro da

⁴⁴ O “Boko Haram” é um grupo armado de origem nigeriana. Seu nome pode ser traduzido do árabe para o português como “pessoas empenhadas na propagação dos ensinamentos do Profeta Maomé. O “Boko Haram” possui um efetivo de aproximadamente 9 mil membros, sendo radicalmente contrários aos ensinamentos cristãos, razão pela qual fazem ataques suicidas a igrejas ou raptam discentes de escolas cristãs (GALITO, 2015).

⁴⁵ O “Al Shabab” foi formado, na Somália, nos anos 1990 como uma ala militante da União dos Tribunais Islâmicos, que atuava contra a ocupação etíope do país. A partir de 2008, desenvolveu laços com o a “Al Qaeda”, passando a ser considerado um dos braços deste grupo na África. Atualmente, além da Somália, possui marcada atuação no Quênia e em Uganda (PEREIRA, 2013).

Defesa do Brasil Nelson Jobim:

O que manifestarei a seguir corresponde ao meu entendimento sobre o tema e não se constitui em posição oficial do Governo Brasileiro. Esta intervenção tratará da minha perspectiva sobre a revisão do Conceito Estratégico da OTAN e o futuro da Comunidade Transatlântica. [...] No que toca ao "Novo Conceito Estratégico" da Organização, é patente a similaridade entre as propostas em estudo e a agenda internacional dos Estados Unidos – o que, a bem da verdade, não constitui propriamente surpresa. [...] Do ponto de vista brasileiro - Estado amante da paz e que mantém relações amistosas com a totalidade dos 28 países que compõem a Organização – o Conselho de Segurança da ONU, apesar de sua restrita e superada composição, constitui, ainda, a única instância internacional capaz de legitimar o uso da força. Nesse sentido, vejo com reservas iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o "Norte do Atlântico" ao "Sul do Atlântico" – este, o "Sul", área geoestratégica de interesse vital para o Brasil. As questões de segurança relacionadas às duas metades desse oceano são notoriamente distintas. O mesmo se diga sobre hipotético "Atlântico Central". Tais questões devem merecer respostas diferenciadas – tão mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região. (JOBIM, 2010, apud SANTOS, 2016, p.75).

5.1.2 Reforma do sistema de governança global

O Livro Branco de Defesa Nacional é bastante claro quanto ao posicionamento brasileiro referente ao atual arranjo decisório mundial.

O Brasil trabalha para que os fóruns de concertação multilaterais, em especial os que integram as Nações Unidas, tornem-se mais representativos da realidade mundial do século XXI. A eficácia e a legitimidade das decisões e das políticas adotadas pela ONU serão tanto maiores quanto maior for sua capacidade de expressar interesses dos países que a compõem. O pleito do País com relação à **reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas**, em particular, responde a esse projeto inclusivo que **motiva, há décadas, a política externa brasileira** (BRASIL, 2020a, p. 16, grifo nosso).

Nas proposições iniciais de seu trabalho, Elbig (2013) afirma que a visão geral da Política Externa Brasileira está moldada com base no multilateralismo, na negociação e na solução pacífica de disputas. Isto ocorre uma vez que o país não enfrenta ameaças militares tradicionais, não participando de conflitos armados contra outros Estados desde a Guerra do Paraguai, em 1870, exceto por seu envolvimento nas duas Grandes Guerras Mundiais. Além disso, o Brasil, como defensor da não proliferação de armas nucleares, justifica sua capacidade militar apenas pela necessidade de proteger os recursos de seu vasto território, não estando interessado em integrar o círculo de potências militares mundiais.

Nas conclusões do supracitado estudo, são apresentados dois principais desafios que tornam improvável uma cooperação global entre o Brasil e a OTAN. A primeira está diretamente relacionada com a estratégia prioritária brasileira de reforma

da governança internacional, onde a Aliança Atlântica é considerada um instrumento de uma ordem ocidental obsoleta, incapaz de contribuir, na atualidade, para a justiça e estabilidade do planeta. Já a segunda, diz respeito à disputa existente entre o Brasil e os EUA para expandirem suas respectivas influências na América do Sul. Neste cenário, os políticos brasileiros consideram incoerente aceitar uma parceria com uma Organização liderada por um eventual competidor regional (ELBIG, 2013).

A documentação organizada por Smith-Windsor concorda majoritariamente com as inferências expostas nos parágrafos anteriores quanto à relutância brasileira em engajar-se em uma aliança com a OTAN:

1. Muitos consideram a OTAN como uma relíquia da Guerra Fria, de uma obsoleta ordem internacional pós 2ª Guerra Mundial que necessita urgentemente de uma reforma. Vista como uma aliança militar focada exclusivamente em soluções militares para conflitos, a OTAN é percebida como uma desafiante às aspirações de um desfecho pacífico para as disputas, conforme consagrado na Carta das Nações Unidas. Esta visão foi recentemente demonstrada na oposição brasileira à intervenção da OTAN na Líbia em 2011.
2. A OTAN é percebida como um instrumento da política externa dos EUA, um país com o qual o Brasil mantém um relacionamento ambivalente. Há preocupações com a dissimulada ampliação da hegemonia norte-americana em direção à esfera de influência brasileira, atingindo da costa Ocidental da América do Sul até o Oeste da África. Como visto anteriormente, o recente acordo de cooperação da OTAN com a Colômbia somente serviu para reforçar tais percepções (SMITH-WINDSOR, 2015, p. 270-271, tradução nossa).

5.2 ÁREAS POSSÍVEIS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E OTAN

Conforme já delineado em seções anteriores, a atual Concepção Estratégica da OTAN foi estabelecida na Conferência de Lisboa, em 2010. Ela é denominada “Segurança por meio da Cooperação” e entende que é impossível que um simples país ou organização consiga lidar com as ameaças existentes no cenário internacional, havendo a necessidade do estabelecimento de parcerias com outros Estados e organizações que compartilham objetivos e valores semelhantes (SMITH-WINDSOR, 2015).

Neste sentido, o Brasil é considerado uma nação engajada com a comunidade global, uma vez que se relaciona com diversos organismos internacionais relevantes,

por exemplo, a OEA, o BRICS⁴⁶, a Organização Mundial do Comércio (OMC)⁴⁷ e a União Europeia. O país é, ainda, um grande exportador de produtos primários e detém um parque industrial robusto nas áreas aeroespacial, petrolífera e mineradora, inclusive possuindo empresas multinacionais, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a JBS, que já estabeleceram operações econômicas em nível mundial. Além disso, além de recentemente sediar a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), é um exportador de componentes culturais, como a música e o futebol, sendo o idioma português o sexto mais falado no planeta (SMITH-WINDSOR, 2015).

A Fundação Konrad Adenauer tem se apresentado como uma facilitadora do diálogo entre o Brasil e a OTAN. Em seus estudos, ela afirma que o Brasil se enquadraria perfeitamente na rede de parceiros da Aliança Atlântica pois ambas comungam valores democráticos e se visualizam como pertencentes ao mundo ocidental. Para a OTAN, um alinhamento com Brasil significaria um compromisso em prol de soluções às questões de segurança existentes no Atlântico Sul sem o comprometimento de grandes recursos, uma vez que este país não está envolvido em nenhum grave conflito e não deseja ajuda externa direta para superar seus problemas de segurança interna (ELBIG, 2013). Já para o Brasil, vislumbram-se diversos benefícios oriundos de tal associação, por exemplo nas áreas delineadas a seguir:

- Avanços na vocação e imagem brasileira com um líder em segurança internacional, conjuntamente com outras potências estabelecidas e países participantes de missões de paz da ONU.
- Promoção dos interesses políticos e securitários do Brasil em um sistema reformado de governança internacional, conciliando as aspirações e capacidades dos países do Sul e do Norte.
- Imersão na interoperabilidade com a OTAN, o “estado da arte” na cooperação multinacional.
- Oportunidade para assimilar as duas décadas de experiências da OTAN na realização de operações de apoio à paz por todo o mundo (SMITH-WINDSOR, 2015, p. 269-270, tradução nossa).

⁴⁶ O acrônimo BRICS é utilizado para designar o agrupamento de países emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o qual detém significativo potencial de crescimento econômico e vem ocupando posições cada vez mais relevantes na economia e na diplomacia política mundial. o termo BRIC (sem a África do Sul) tornou-se, a partir de 2006, um mecanismo político-diplomático informal, que passou a trabalhar coletivamente e a atuar no cenário internacional, de forma conjunta, em determinados temas, especialmente nas questões financeiras internacionais. Em 2011, a África do Sul ingressou nesse grupo, que passou a ser denominado BRICS (PINTO, 2013).

⁴⁷ A Organização Mundial do Comércio é um arranjo institucional elaborado, como um conjunto de regras sofisticadas, amplas e detalhado para disciplinar o comércio de bens e serviços. Congrega mais de 150 países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (MESQUITA, 2013).

Ainda de acordo com Smith-Windsor, os militares brasileiros possuem uma visão positiva em relação à OTAN, sobretudo porque “eles, mais do que qualquer um, estão conscientes da incompatibilidade entre as aspirações políticas brasileiras e as capacidades militares do país” (2015, p. 274, tradução nossa). Por conseguinte, diferente da classe política, eles veem a parceria com a Aliança Atlântica como uma oportunidade para consecução dos interesses pátrios, por meio de uma cooperação que resultaria na melhoria da vertente militar do Poder Nacional.

Dessa maneira, serão detalhados, a seguir, possíveis áreas de cooperação entre o Brasil e a OTAN, que refletiriam positivamente no campo militar do Poder Nacional.

5.2.1 Combate ao narcotráfico

O Instituto Konrad Adenauer analisa que o narcotráfico é a segunda maior preocupação securitária do Brasil. Apesar de não figurar entre os maiores produtores de entorpecentes do mundo, é considerado o segundo maior consumidor do hemisfério ocidental e um país de trânsito para as drogas que seguem para as outras partes do planeta (SMITH-WINDSOR, 2015).

O Livro Branco de Defesa qualifica o narcotráfico como uma das ameaças, de caráter transversal, que atualmente trazem implicações para a Defesa Nacional. Neste cenário, descreve como uma das atribuições subsidiárias da Força Aérea a de “atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos relacionados ao tráfico de droga” (BRASIL, 2020a, p.89). Já no âmbito do Exército, cita que ele atua, em coordenação com outras agências governamentais, para combater o narcotráfico a fim de prover a segurança na faixa de fronteira.

Smith Windsor (2015) considera que o combate ao tráfico de drogas é um dos setores que podem apresentar resultados mais promissores em uma cooperação entre a OTAN e o Brasil, uma vez que o Atlântico Sul é um eixo de ligação para os grupos narcotraficantes. Dentro desta temática, além da associação entre a Colômbia e a Aliança Atlântica também existe uma iniciativa, na mesma área, entre a Rússia e países sul-americanos como Equador, Peru e Bolívia. Tais experiências poderiam servir como um exemplo de combinação de esforços internacionais contra crimes de natureza transnacional, estando focada no compartilhamento de dados de inteligência

de interesse de ambas as Organizações.

5.2.2 Combate ao ciberterrorismo

O ciberterrorismo passou a ser entendido como uma ameaça pelo Brasil a partir da primeira década do século XXI. Em 2011, de acordo com a Equipe Nacional de Resposta a Emergências em Computadores, o país sofreu mais de 400 mil ataques cibernéticos. Já em junho de 2012, em uma das maiores investidas cibernéticas da história da nação, *hackers*⁴⁸ do grupo “LulzSe” bloquearam o acesso a diversos portais pertencentes ao Governo Federal (SMITH-WINDSOR, 2015). Em 2020, a temática do ciberterrorismo voltou aos holofotes quando ações de grande porte comprometeram os dados do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Ministério da Saúde e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (OLIVEIRA, 2020). Em lista divulgada em 2019, o Brasil foi alvo de 9,8% das ações ciberterroristas mundiais, ocupando a terceira posição do *ranking*, atrás apenas da China (24%) e dos EUA (10,1%). (BRASIL...,2019).

A PND/END caracteriza a área cibernética do país como uma das que requerem especial atenção da Defesa, visto que ela é essencial “para garantir o funcionamento dos sistemas de informações, de gerenciamento e de comunicações de interesse nacional” (BRASIL, 2020c, p. 14). Nesta conjuntura, abrange a CND “Proteção”⁴⁹, estando relacionada às Estratégias de Defesa nº 1, 2 e 9.

Ainda de acordo com a PND/END, o campo cibernético é o setor estratégico sob responsabilidade do Exército, para que ele possa “concluir a estrutura do Sistema Militar de Defesa Cibernética com seu marco legal, suas normas afins, bem como desenvolver o seu preparo e o emprego, em todos os níveis (BRASIL, 2020c, p. 60). Neste sentido, para fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação neste domínio, prevê a imprescindibilidade da atuação colaborativa entre o Setor de Defesa, a comunidade acadêmica nacional e internacional, os setores públicos e privados, a BID, bem como a intensificação da **parceria estratégica** e do **intercâmbio com as**

⁴⁸ Hacker é uma pessoa com um vasto conhecimento na área informática, excessivamente proficiente em programar ou usar computadores. Atualmente seu uso se refere, particularmente, a quem invade sistemas computacionais ou computadores para acessar informações confidenciais ou não autorizadas, apontando possíveis falhas nesses sistemas (HACKER, [2021?]).

⁴⁹ A Capacidade Nacional de Defesa “Proteção” do território e da população brasileira expressa o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Assim, dota a Nação da capacidade de resposta em situações excepcionais, preservando-se o funcionamento normal das funções vitais do Estado (BRASIL, 2020c).

Forças Armadas de outros países.

Smith-Windsor considera o combate ao ciberterrorismo como outra área praticável de cooperação entre o Brasil e a OTAN. Segundo ele, a Organização possui uma grande experiência no setor, adquirida principalmente após os ataques contra a Estônia, em 2007, que culminaram com a implantação do Centro de Excelência em Defesa Cibernética Cooperativa da OTAN (CCDCOE, na sigla em inglês) em Tallin, capital estoniana. Esta instituição tem a missão de aprimorar as capacidades, a cooperação e o compartilhamento de informações, entre a Aliança Atlântica e seus parceiros, em matéria de educação, pesquisa e desenvolvimento, consultoria e lições aprendidas em defesa cibernética.

O Instituto Konrad Adenauer concorda com a exposição anteriormente mencionada de que o Brasil poderia trabalhar junto com a OTAN para proteger seu ciberespaço nacional:

O crime cibernético é uma ameaça crescente que acarreta consequências imprevisíveis. A Aliança tem desenvolvido uma ampla capacidade para proteger o ciberespaço de seus países membros e trabalhar juntos com parceiros globais no compartilhamento de melhores práticas e legislação sobre o assunto. O Brasil, que também tem interesse em proteger seu ciberespaço, já coopera nesta questão com o Reino Unido, por exemplo. Brasília poderia se beneficiar ao compartilhar melhores práticas com a OTAN para desenvolverem soluções conjuntas em pontos controversos sem preocupação acerca de sua inteligência de segurança. Além do mais, o país pode monitorar seu próprio ciberespaço, porém, assumindo que existe possibilidade de melhoria, pode também estar interessado em como defender seu ciberespaço mais eficientemente (ELBIG, 2013, p. 6).

5.2.3 Segurança marítima

Além dos aspectos anteriormente listados acerca da “Amazônia Azul”, a END 2020 entende que o desenvolvimento do Brasil está diretamente relacionado com a ampliação de sua capacidade de prover segurança marítima no Atlântico Sul. Para tal, vislumbra duas ações fundamentais para consecução de tal cenário: a posse de meios capazes de exercer vigilância, controle e defesa na região, bem como a intensificação de um ambiente de cooperação com as Marinhas dos países lindeiros do Atlântico Sul (BRASIL, 2020c).

Ainda segundo a END (2020c), a Marinha do Brasil deverá ser capaz de detectar, identificar e neutralizar ameaças localizadas na Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), evitando a ocorrência de ilícitos marítimos, tais como, pirataria, tráfico de drogas e de pessoas, pesca ilegal, crimes ambientais, entre outros. Neste

sentido, deverão ser privilegiadas, nas AJB, as capacidades de “controlar áreas marítimas”, “negar o uso do mar” e “projetar o Poder Naval” para defender as infraestruturas críticas, os arquipélagos, as ilhas oceânicas e as vias marítimas de comércio, utilizando, inclusive, de uma Força Naval Submarina de envergadura, composta por submarinos de propulsão diesel-elétrica e nuclear.

O LBDN (2020a), por sua vez, descreve que o Brasil tem especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul, devendo utilizar a ZOPACAS como um meio para construção de um ambiente cooperativo entre os países. O documento considera que o aumento da pirataria no Golfo da Guiné é um indício de instabilidade e vulnerabilidade marítima, devendo ser combatido, de forma combinada, entre as nações que compartilham as águas sul-atlânticas. Desta feita, concebe o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)⁵⁰ como um dos principais vetores para garantir a proteção do litoral brasileiro e a segurança marítima regional, uma vez que dispõe de recursos tecnológicos capazes de monitorar todo o entorno estratégico de interesse nacional.

Em um dos estudos financiados pelo Instituto Konrad Adenauer, Érico Duarte⁵¹ assevera que, pela primeira vez em mais de cem anos, o Brasil tem a oportunidade de desenhar uma estratégia de segurança marítima para o Atlântico Sul baseada em seus interesses nacionais. Ele argumenta que tal estratégia deveria focar na “negação do uso do mar” na área da Amazônia Azul, ao mesmo tempo em que cooperaria, com esforços internacionais, para salvaguardar o comércio sul-atlântico. Em sua visão, o Brasil e os países europeus atuariam como uma “ponte” entre os dois maiores organismos de segurança transatlânticos: a OTAN e a ZOPACAS. Neste contexto, a troca de experiências seria benéfica para ambas as Organizações, onde os membros europeus da Aliança Atlântica convenceriam os EUA a manter-se focado

⁵⁰ O SisGAAz é o principal sistema de comando e controle da Marinha do Brasil. Ele prevê a gestão das atividades ligadas ao mar que envolvem vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras, relacionados ao conceito. O Sistema visa a efetiva compreensão de tudo que está associado com o meio marinho que pode causar impacto na defesa, na economia e no meio ambiente nas AJB.

⁵¹ Érico Duarte é professor de Estratégia e Relações Internacionais na Universidade do Rio Grande do Sul. Detém mestrado e doutorado em Estudos Estratégicos, sendo membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres. Trabalha em conjunto com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, com a Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil e com a Universidade da Força Aérea Brasileira. Em 2010, foi premiado, pelo Ministro da Defesa por ter apresentado a melhor “Tese” do ano (SMITH-WINDSOR, 2015, p. 8, tradução nossa).

no Atlântico Norte, enquanto o Brasil desempenharia um papel central, no âmbito da ZOPACAS, liderando os países sul-americanos e oeste-africanos (SMITH-WINDSOR, 2015).

Do ponto de vista de Bruno Cardoso Reis⁵², tanto o Brasil quanto os Estados-Membros da OTAN compartilham o interesse pela manutenção de um oceano Atlântico próspero e pacífico, uma vez que ambos sofreriam, economicamente, em decorrência de um colapso marítimo no Golfo da Guiné ou na costa oeste africana. Segundo ele, os países integrantes da ZOPACAS, mesmo atuando em conjunto, não possuem meios navais para gerenciar uma grave crise que venha a ocorrer no Atlântico Sul, desta forma, deveriam avaliar os potenciais benefícios de uma parceria com a OTAN na área de segurança marítima. Entretanto, apesar do exposto, é taxativo ao afirmar que, para que tal cooperação seja possível, a Aliança Atlântica deve estar disposta a dialogar acerca de ações em todo o oceano, não somente em sua porção meridional (SMITH-WINDSOR, 2015).

Robert Elbig, por sua vez, entende que prover a segurança marítima, na costa oeste da África, é um dos temas de maior convergência entre o Brasil e OTAN:

Combater a pirataria no Golfo da Guiné poderia ser um exemplo regional [de cooperação entre o Brasil e a OTAN]. O Golfo da Guiné, localizado na África Ocidental, não é somente aquilo que os políticos brasileiros consideram como sua esfera de interesses, mas também inclui São Tomé e Príncipe, que tem relações próximas com o Brasil devido a compartilharem um histórico como colônias portuguesas. Além disso, a região é uma grande exportadora de petróleo, que depende da proteção para suas linhas marítimas. A pirataria na região está crescendo e já custa dois bilhões de dólares por ano. [...] A ONU já solicitou à comunidade internacional assistência técnica e logística para a área. Uma vez que os Estados Unidos atualmente importam 15% do seu petróleo desta região, um percentual que está projetado para aumentar, o Comando Norte-Americano da África (AFRICOM) já apoia forças locais por meio de exercícios combinados de treinamento. Este é o ponto que o Brasil deveria aproveitar para assumir responsabilidade por seus vizinhos africanos. A OTAN, que já está envolvida em operações similares na costa da Somália, poderia servir como uma plataforma de coordenação entre as partes. As possíveis áreas de cooperação poderiam incluir vigilância marítima, busca e salvamento e missões de proteção ao meio ambiente (ELBIG, 2013).

⁵² Bruno Cardoso Reis possui um Mestrado em Estudos Históricos pela Universidade de Cambridge (2003), um Doutorado em Estudos de Guerra pelo Colégio Real de Londres (*King's College London*) (2008) e um Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais de Londres. Durante sua carreira acadêmica desempenhou funções relevantes na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa e no Instituto de Defesa Nacional de Lisboa, inclusive contribuindo para revisão da Estratégica de Segurança Nacional e Defesa de Portugal. (SMITH-WINDSOR, 2015).

Por fim, José Francisco Pavia⁵³ também descreve a segurança marítima como uma das áreas de cooperação mais promissora entre o Brasil e a OTAN. Inicia sua abordagem citando que a atual Estratégia Marítima da Aliança e a Política de Defesa Brasileira coadunam em diversos setores, tais como: estímulo à liberdade de navegação, ao livre trânsito de bens, à proteção dos recursos marítimos e combate à pirataria, ao terrorismo e ao narcotráfico. Outros pontos de contato, entre as Instituições, registrados pelo autor são a adoção, por parte do Brasil, do Método de Codificação Logística da OTAN e da participação brasileira na Conferência de Comandantes Marítimos da Aliança Atlântica. Ademais, menciona que ambos participaram dos esforços internacionais para combater a pirataria na Costa da Somália⁵⁴ e para capacitação marítima de países africanos⁵⁵, sendo igualmente descritos, pela União Africana, como grandes aliados em assuntos de segurança marítima (SMITH-WINDSOR, 2015).

5.2.4 Apoio às Operações de Paz

A PND/END 2020 projeta, para os próximos anos, um aumento da demanda de operações de paz por todo mundo. Desta maneira, a participação das Forças Armadas em ações desta natureza, sob a égide da ONU ou de outros organismos internacionais, é vista como uma forma de projetar sua influência no concerto mundial, ratificar o compromisso brasileiro com a defesa da paz e da cooperação entre as nações, assumindo responsabilidades crescentes em ações humanitárias e de estabilização internacional. Tais aspirações estão materializadas tanto no pressuposto nº 11 da Concepção Política de Defesa quanto no OND 8, devendo, particularmente o Exército, dispor da capacidade de constituir uma Força Expedicionária para operações de paz, de ajuda humanitária ou outras, de modo a “atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para

⁵³ José Francisco Pavia é Doutor em Relações Internacionais e Ciências Políticas pela Universidade Lusíada de Portugal. Além de atuar como docente nesta Universidade, é Coordenador do Centro Lusíada de Pesquisas em Políticas de Segurança e Auditor do Instituto de Defesa Nacional de Lisboa.

⁵⁴ A participação da OTAN na Costa da Somália ocorreu por meio da Operação Escudo Oceânico, iniciada em 2015. Já a atuação brasileira se deu por intermédio da designação de militares para compor a Força Tarefa Combinada 151, sob coordenação britânica (SMITH-WINDSOR, 2015).

⁵⁵ A OTAN forneceu embarcações de transporte de pessoal e material para operações da União Africana. Já o Brasil possui uma Missão Naval para desenvolvimento da Marinha da Namíbia (SMITH-WINDSOR, 2015).

salvaguardar interesses brasileiros no exterior” (BRASIL, 2020c).

O LBDN, por sua vez, ressalta que se ampliou a participação brasileira em operações de paz da ONU. Segundo este documento, desde 1947, o país contribuiu com mais de 58 mil militares e policiais⁵⁶, com destaque para a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A MINUSTAH se encerrou em setembro de 2017, contou com a atuação de cerca de 36.500 militares, cujo desempenho foi reconhecido pelo povo haitiano e por autoridades internacionais. Já a UNIFIL, desde 2011, teve sua Força-Tarefa Marítima comandada por um almirante brasileiro e passou a ser integrada por um navio de guerra da Marinha do Brasil, cujas missões eram impedir a entrada de armas ilegais no Líbano e treinar os militares da Marinha Libanesa. Além disso, desde 2014, o Estado-Maior da Brigada do Setor Leste da UNIFIL passou a ser constituído por sete militares do Exército e o Componente Militar da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), desde maio de 2018, é comandado por um Oficial General do EB. (BRASIL, 2020a).



FIGURA 6 – Operações de Paz da ONU com participação brasileira
Fonte: BRASIL, (2020a, p. 106).

⁵⁶ O Brasil integrou Operações de Paz na África (Angola, Congo, Etiópia, Costa do Marfim, Libéria, Moçambique, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Síria, Senegal, Sudão, Sudão do Sul e Uganda/Ruanda), no Caribe e nas Américas Central e do Sul (Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Peru), na Ásia (Camboja, Ásia e Timor-Leste), na Oceania (Nova Guiné) e na Europa e Oriente Médio (Grécia, Faixa de Gaza, Chipre, Croácia, Iraque, Líbano, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Eslavônia Oriental, Macedônia e Montenegro). (BRASIL, 2020a).

Para José Francisco Pavia, as Operações de Paz são outra temática passível de cooperação entre a OTAN e o Brasil. Ele argumenta que esta interação já ocorreu com sucesso entre a Aliança Atlântica e a Argentina, em missões na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo. Ademais, considera que a participação brasileira em missões de paz em Moçambique, Angola, Timor Leste, Haiti e Líbano garantem ao país um valioso repositório de experiências, as quais poderiam ser partilhadas de acordo com o cenário descrito a seguir:

A troca de experiências com a Aliança sobre a forma brasileira de gerenciar conflitos já foi iniciada. O Brasil, por exemplo, que comanda a Força Marítima da UNIFIL no Líbano, já compartilhou lições aprendidas com o Centro Operacional de Treinamento em Interdições Marítimas da OTAN, em *Souda Bay*, Creta. Assim, não há razão para que tal diálogo não seja iniciado em outras áreas de apoio à paz internacional, onde tanto o Brasil quanto a OTAN estão envolvidos (SMITH WINDSOR, 2015, p. 267, tradução nossa).

5.2.5 Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa

Em decorrência de seu potencial para desenvolver o Poder Nacional, a PND/END 2020 dedica uma subseção completa à BID. Nela considera que um dos seus aspectos mais importantes diz respeito a sua competitividade, de modo que possa incrementar a exportação de bens, serviços e tecnologias militares para o mercado internacional. Para tal, uma das atitudes a ser implementada é a priorização de parcerias estratégicas com outros países para desenvolvimento e fabricação de produtos de defesa que permitam o compartilhamento de tecnologias críticas.

Nesse contexto, o Setor de Defesa deverá realizar o acompanhamento de pesquisas avançadas em tecnologias de defesa nos institutos das Forças Armadas ou em outras organizações a elas subordinadas ou associadas, visando, sobretudo, à atuação sinérgica de tais iniciativas. Busca-se, com isso, uma integração que evite duplicidade de esforços, que compartilhe quadros e ideias e que racionalize o uso dos recursos, assim como privilegie a construção de elos entre pesquisa e produção, sem que se perca contato com os avanços em ciências básicas (BRASIL, 2020c).

Na óptica do Coronel Carneiro Borges (2020), uma parceria entre o Brasil e a OTAN acarretaria um fomento à BID, pois permitiria que o país tivesse acesso a modernas tecnologias e a um mercado mais diversificado para comercialização de Produtos de Defesa. Segundo ele, além da criação de empregos domésticos diretos e indiretos, esta associação facilitaria os trâmites para compra de produtos de alta tecnologia fundamentais para o avanço de projetos estratégicos nacionais.

Já para o Coronel Hastenpflug Neto (2020), uma aproximação entre o Brasil e

a Aliança Atlântica oportunizaria a criação de “*Joint Ventures*”⁵⁷ entre empresas brasileiras e estrangeiras. Ele, inclusive, cita como exemplo a negociação para fusão entre a brasileira EMBRAER e a norte-americana BOEING, que promoveria novas oportunidades de mercado para a venda de produtos nacionais, como a aeronave KC-390. Além disso, afirma que, em termos de desenvolvimento da BID, o Brasil deveria replicar o relacionamento existente entre a OTAN e Israel ou Índia, evitando reproduzir a atitude tomada pela Colômbia. Enquanto Israel e Índia compartilham projetos de defesa com a Aliança Atlântica, a Colômbia optou por comprar produtos militares norte-americanos diretos da “prateleira”, desperdiçando a chance de aprimorar sua indústria de defesa.

Finalmente, para o Major Fernando Ferreira Manhães (2020), a parceria do Brasil com a OTAN garantiria um “selo de qualidade” à BID. Ele alega que os países da Aliança Atlântica detêm exércitos modernos e bem equipados, que trariam ganhos imediatos ao comércio e ao desenvolvimento de produtos de defesa brasileiros.

A designação pode promover o aumento do conteúdo tecnológico nacional dos produtos de defesa, principalmente em áreas em que o Brasil é deficiente, como no desenvolvimento de blindados sobre lagartas. [...] A oportunidade de participação de empresas brasileiras em leilões do Departamento de Defesa dos EUA pode contribuir com a internacionalização das empresas integrantes da BID, desenvolvendo suas capacidades industriais e estimulando a ampliação de contratos de produtos e serviços da base industrial nacional. (MANHÃES, 2020, p. 48).

[...] Nesta mesma direção, acrescenta-se a possibilidade de promoção dos Produtos de Defesa do Brasil em mercados tradicionalmente fechados, os programas ASTROS e GUARANI poderiam se aproveitar dessa ampliação de mercado, em um grupo composto por 29 países que gastam em média 1,5% do PIB anualmente em defesa (MANHÃES, 2020, p. 51).

5.2.6 Desenvolvimento doutrinário

A dinâmica do mundo contemporâneo compele o sistema de defesa de um país a se submeter a um contínuo processo de transformação para aquisição de novas capacidades que permitam que seja empregado de maneira efetiva. Para alcançar tal condição, as Forças Armadas demandam o desenvolvimento de novas doutrinas de emprego, principalmente àquelas relacionadas à organização estrutural, à utilização de equipamentos e à adoção de técnicas e táticas de combate (BRASIL, 2020a).

⁵⁷ Joint Venture é uma fusão de interesses entre uma empresa com um grupo econômico, pessoas jurídicas ou pessoas físicas que desejam ampliar sua base econômica com estratégias de expansão e/ou diversificação, com propósito explícito de lucros ou benefícios, com duração permanente ou a prazos determinados. (RASMUSSEN, 1991, apud ANDRES, 2013).

Dentre as Forças Armadas Brasileiras, o EB iniciou um Processo de Transformação, constituído de três etapas, para atingir o cenário supracitado. Atualmente está em andamento o segundo estágio, conhecido como período de coexistência, o qual perdurará até 2022. Esta fase é responsável por entregar, à Força Terrestre, uma Grande Unidade (FT 22 - Brigada Braço Forte) integrada por tropas tecnológicas e doutrinariamente avançadas, que servirão de protótipo para a FT 35, produto final da fase de consolidação do processo (BRASIL, 2020a).

O Coronel Hastenpflug Neto, durante a realização do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, estudou acerca dos impactos doutrinários advindos de uma eventual parceria entre o Brasil e a OTAN. Em um primeiro ensejo, destacou que, atualmente, a OTAN desenvolve atividades militares no Afeganistão, no Kosovo, no Mar Mediterrâneo, na Somália e no Leste Europeu, coletando lições aprendidas para o sistema doutrinário da Organização. Segundo ele, este conhecimento poderia subsidiar a doutrina militar brasileira e “servir como parâmetros para capacidades requeridas para fazer frente às possibilidades de atuação levantadas pelo Ministério da Defesa” (2020, p. 34).

Em uma segunda argumentação, examina os membros da Aliança Atlântica como aqueles com maior competência para oferecer oportunidades no campo doutrinário para o Brasil:

A Diretriz para Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) determina que a região formada pela América do Norte (EUA e Canadá) e Europa (França, Reino Unido e Alemanha), o chamado “Arco do Conhecimento”, devem ter lugar de destaque no relacionamento internacional do Exército, principalmente pelas oportunidades que oferecem no **campo doutrinário** e científico tecnológico. Para cumprir esse objetivo, militares brasileiros são enviados para frequentarem cursos de aperfeiçoamento e altos estudos que os tornam conhecedores da **doutrina militar** das Nações Amigas. Paralelamente, uma rede de oficiais de ligação foi estabelecida com o intuito de se ter acesso aos centros de doutrina desses países. Estamos, de uma maneira indireta, recebendo os ensinamentos da OTAN. (HASTENPFLUG NETO, 2020 p. 34, grifo nosso).

Em um terceiro momento, reconhece que, apesar de o Brasil já colher experiências da OTAN, estas seriam mais frequentes no caso de um acordo entre as Instituições. Segundo ele, poderiam ser enviados militares diretamente para a Escola da Aliança na Alemanha (Oberammergau) ou para o Colégio de Defesa da Organização na Itália (Roma). Ademais, o EB poderia ter acesso facilitado a outros campos do conhecimento de seu interesse, por exemplo, à Escola de Defesa Cibernética de Portugal, considerada referência mundial no assunto (HASTENPFLUG

NETO, 2020).

Cabe neste momento também ressaltar a perspectiva da Capitão-de-Corveta Ladislau do Prado (2008) que, em artigo publicado na Revista da Escola de Guerra Naval, julga que a doutrina militar brasileira já colhe benefícios advindos da filiação do país ao Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Este acordo foi firmado com a Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA, na sigla em inglês), em 1997, e busca a obtenção da máxima eficiência na gestão de material e apoio logístico, padronizando a identificação, classificação e codificação de itens de suprimento.

Atualmente o Brasil está no nível 2 de integração, que o permite acesso aos dados de catalogação, às publicações e aos serviços disponíveis a todos os países da Aliança. Ademais, tem o direito de incluir seu material bélico nos registros do sistema, para eventuais vendas de PRODE, e votar, no âmbito da NAMSA, para defender seus interesses nacionais em matérias de defesa e de caráter técnico administrativo. Cabe destacar que, no âmbito nacional, o Ministério da Defesa materializou tal metodização por meio da publicação, em 2003, do Manual do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) “que institui os procedimentos inerentes às tarefas de catalogação entre o Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) e demais usuários e apresenta os conceitos relacionados s estas tarefas” (BRASIL, p.14).

5.2.7 Treinamento de forças militares

A END 2020 vislumbra a realização de exercícios operacionais de adestramento com outros países como um vetor para fortalecer a capacidade de dissuasão do Brasil, fortalecer a cooperação internacional e capacitar recursos humanos para atuação em organismos internacionais (BRASIL, 2020c).

O LBDN 2020 lista os exercícios militares combinados (com outros países) realizados, de 2016 a 2019, com a participação das Forças Armadas Brasileiras. Eles podem ser resumidos na tabela abaixo, que nos permite quantificar o cumprimento da diretriz prevista na END/2020, particularmente em relação à existência de membros da OTAN nestas operações.

Força Armada	Total de Exercícios Combinados (2016-2019)	Total de Exercícios com participação de membros da OTAN
Marinha do Brasil	16	6 (37,5%)

Força Armada	Total de Exercícios Combinados (2016-2019)	Total de Exercícios com participação de membros da OTAN
Exército Brasileiro	7	3 (43%)
Força Aérea Brasileira	15	12 (80%)

QUADRO 7 – Exercícios Combinados realizados pelas Forças Armadas Brasileiras (2016-2019)
 Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional, (BRASIL, 2020a), adaptado pelo autor.

O Major Manhães, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, realizado na ECEME, aborda que a parceria do Brasil com a OTAN viabilizaria a participação brasileira em programas de treinamento e educação nos mais renomados centros militares de excelência em nações como EUA e Alemanha. Além disso, cita a declaração do Almirante Craig Faller de que associação do Brasil com a Aliança Atlântica irá fomentar a interação mais robusta em intercâmbios educacionais e exercícios militares combinados entre os dois organismos (2020).

O Coronel Hastenpflug Neto também atesta que a área de treinamento de forças militares será beneficiada por uma união entre o Brasil e a OTAN, principalmente quanto à participação brasileira em exercícios multinacionais patrocinados pela Aliança. Ele defende que tais exercícios são uma das mais vantajosas formas de intercâmbio pois “possibilita o desenvolvimento da interoperabilidade com Forças Armadas Estrangeiras, a aquisição de novos conhecimentos, a instituição de contatos interpessoais e de colaboração futura entre os envolvidos” (2020, p. 35). Outrossim, verifica que adestramento combinado igualmente contribui com a BID, uma vez que permite ao Brasil apresentar seus PRODE, em operação, a potenciais países compradores.

Do mesmo modo, a Capitão-de-Corveta Ladislau do Prado afirma que exercícios combinados com a OTAN, além de cumprirem as orientações da PND, já tem se mostrado profícuos, particularmente para a Marinha do Brasil.

Uma das mais tradicionais e vantajosas formas de intercâmbio é a realização de exercícios militares com as forças de outros países. [...] acima de tudo, permite ao Brasil “mostrar bandeira”, ou seja, revelar ao mundo a capacitação de nosso país e de seus militares. Consciente das vantagens mencionadas, a Marinha do Brasil procurou incrementar seu relacionamento com as Marinhas da OTAN, participando de diversos exercícios operativos na região do Atlântico Norte, como as operações *Linked Sea* e *Swordfish*, além de missões de representação (PRADO, 2008, p. 72).

5.3 REFLEXOS NO CAMPO MILITAR DA PARCERIA ENTRE BRASIL E OTAN

A seguir, com o intuito de sintetizar todo conteúdo anteriormente discriminado,

será apresentado um quadro que interrelacionará os prováveis reflexos da parceria global com a OTAN, os fatores militares e os objetivos/estratégias/ações estratégicas previstas na Política de Defesa do Brasil. Cabe mencionar que os fatores militares evidenciados são aqueles adotados pela ECEME, que muito se assemelham aos empregados pela ESG ou constantes dos estudos do Coronel Thiago de Castro, minimizando a ocorrência de eventuais distorções.

QUADRO 8 – PROVÁVEIS REFLEXOS DA PARCERIA GLOBAL BRASIL/ OTAN						
Nr O	Reflexos para o Brasil	Natureza	Fator Militar Relacionado	Amparo previsto nos documentos norteadores		
				OND	END	AED
1	Comprometimento da soberania brasileira sobre a Amazônia Verde.	Negativa	- Etta Mil			
2	Regulação internacional acerca da exploração, por parte do Brasil, da biodiversidade e riquezas minerais da Amazônia Verde.	Negativa	- Apr - Def Nac	- I e IV	- 1, 2 e 4	- 2, 9, 10, 16 e 17
3	Comprometimento da soberania brasileira sobre a Amazônia Azul.	Negativa	- Etta Mil			
4	Prejuízo à exploração, por parte do Brasil, dos recursos naturais e minerais na Amazônia Azul.	Negativa	- Apr - Def Nac	- I e V	- 1, 2 e 4	- 2, 9, 10, 16 e 62
5	Maior presença internacional no Atlântico Sul, particularmente dos EUA, reduzindo a influência brasileira em seu entorno estratégico.	Negativa	- Etta Mil - Apr - Rel entre nações	- V e VII	- 2 e 15	- 62, 66, 76, 77 e 78
6	Prejuízo ao pleito brasileiro de reforma do sistema de governança global.	Negativa	- Rel entre nações	- VII e VIII	- 16, 17 e 18	- 79, 82, 83 e 86
7	Expansão da	Negativa	- Def Nac	- V e VII	- 2, 12,	- 66, 68,

QUADRO 8 – PROVÁVEIS REFLEXOS DA PARCERIA GLOBAL BRASIL/ OTAN						
Nr O	Reflexos para o Brasil	Natureza	Fator Militar Relacionado	Amparo previsto nos documentos norteadores		
				OND	END	AED
	“militarização” do Atlântico Sul.		- Rel entre nações		15 e 16	76, 77 e 79
8	Afastamento diplomático-militar de países sul-americanos, particularmente a Venezuela e seus aliados regionais	Negativa	- Rel entre nações	- VII	- 15	- 76, 77 e 78
9	Melhoria da imagem brasileira como líder mundial em segurança.	Positiva	- Def - Rel entre nações	- V, VII e VIII	- 2, 12, 15, 16, 17 e 18	- 62, 63, 67, 78, 79, 81, 82, 84, e 86
10	Maior efetividade no combate ao tráfico de drogas e aos delitos transfronteiriços.	Positiva	- Etta Mil - Def Nac	- I, II, VII e VIII	- 1, 2, 4, 5 e 16	- 5, 7, 9, 10, 16, 25, 79, 80 e 81
11	Ampliação da capacidade brasileira de defesa cibernética	Positiva	- Etta Mil - Cpcd C ²			
12	Maior efetividade no combate, em território nacional, ao ciberterrorismo.	Positiva	- Apr - Cpcd C ² - Tec	- I, II, III e VIII	- 1, 2, 5 e 9	- 1, 10, 11, 23, 25 e 52
13	Melhoria na segurança marítima da Amazônia Azul e do entorno estratégico brasileiro.	Positiva	- Etta Mil - Rel entre nações	- I, II, IV, V, VII e VIII	- 1, 2, 4, 5 e 16	- 2, 8, 9, 10, 16, 25, 26, 62, 66 e 79
14	Ampliação da interoperabilidade da Marinha do Brasil com	Positiva	- Dout Mil - Etta Mil	- V, VII e VIII	- 2, 12, 16, 17 e 18	- 64, 65, 67, 68, 80, 81, 84

QUADRO 8 – PROVÁVEIS REFLEXOS DA PARCERIA GLOBAL BRASIL/ OTAN						
Nr O	Reflexos para o Brasil	Natureza	Fator Militar Relacionado	Amparo previsto nos documentos norteadores		
				OND	END	AED
	outras Armadas		- Adst - Rel entre nações			e 85
15	Aumento da “expertise” brasileira em operações de paz.	Positiva	- Dout MII - Etta Mil - Instr, Adst e Apr - Cpcd Log - Rel entre nações	- V e VII	- 2, 12, 16 e 17	- 62, 63, 67, 68, 81, 82, 84, 85 e 86
16	Desenvolvimento compartilhado de tecnologias críticas pela BID.	Positiva				
17	Diversificação do mercado para comercialização de produtos de defesa.	Positiva				
18	Facilitação na compra de produtos com de alta tecnologia militar.	Positiva	- Cpcd Log - Cpcd Cffc Tec	- III, V e VII	- 2, 8, 9, 12 e 16	- 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 65, 67 e 80
19	Formação de “Joint Ventures” entre empresas brasileiras e estrangeiras do setor de defesa.	Positiva				
20	Projeção da BID brasileira no mercado internacional	Positiva				

QUADRO 8 – PROVÁVEIS REFLEXOS DA PARCERIA GLOBAL BRASIL/ OTAN						
Nr O	Reflexos para o Brasil	Natureza	Fator Militar Relacionado	Amparo previsto nos documentos norteadores		
				OND	END	AED
21	Atualização da doutrina militar singular e conjunta das Forças Armadas brasileiras.	Positiva	- Dout Mil - Ens Mil	- I, II e VII	- 2, 5, 6, 16 e 17	- 8, 18, 21, 22, 29, 80 e 84
22	Acelerar, no âmbito das Forças Armadas brasileiras, o processo de interoperabilidade conjunta e combinada.	Positiva	- Intg FA - Rel entre nações			
23	Ampliação de treinamentos de militares em centros de excelência internacionais	Positiva	- Dout Mil - Intg FA	- V, VII e VIII	- 2, 12, 15, 16, 17 e 18	- 62, 63, 64, 65, 67, 68, 77, 78, 79, 80, 81, 84 e 85
24	Aumento da participação brasileira em exercícios militares multinacionais	Positiva	- Instr Mil			
25	Maiores oportunidades para demonstração do potencial e das capacidades dos militares brasileiros	Positiva	- Adst - Rel entre nações			

QUADRO 8 – Prováveis reflexos da parceria global entre o Brasil e a OTAN

Fonte: o autor

6 CONCLUSÃO

A conjuntura contemporânea é caracterizada por incertezas e uma crescente insegurança oriunda da ação de entidades estatais e não-estatais que buscam aumentar sua influência em âmbito mundial. Para se contrapor a estas ameaças, uma das alternativas empreendidas tem sido a realização de associações entre países e organismos internacionais.

Nesse sentido, a OTAN, para manter-se como uma das mais influentes alianças militares do planeta, adotou a estratégia de expandir sua rede de colaboradores para além do escopo da Europa e do Atlântico Norte, buscando parcerias globais com nações de prestígio, localizadas no hemisfério meridional do globo terrestre. A magnitude física, política e econômica do Brasil fez com que este, nos últimos anos, se tornasse um sócio em potencial da OTAN para ampliação da presença da Organização em direção à região do Atlântico Sul.

Uma eventual associação da Aliança Atlântica com o Brasil promoveria significativos impactos na realidade nacional, acarretando desdobramentos para todos os domínios do Poder Nacional, particularmente, para o campo militar. Motivado por tal realidade, este trabalho teve o objetivo de descrever possíveis reflexos, na Expressão Militar do Poder Nacional, do Brasil tornar-se um parceiro global da OTAN.

Para consecução de tal propósito, inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura, que abordou sobre três temas principais: “OTAN”, “Expressão Militar do Poder Nacional” e “Documentos norteadores da Política de Defesa do Brasil”. Quanto ao primeiro tópico, enfocou-se nas modalidades existentes de cooperação da OTAN com Estados não-membros, principalmente com aqueles conhecidos como “parceiros globais”. Em relação ao segundo tópico, foram detalhadas as segmentações do campo militar, com destaque para aquelas adotadas pela ESG, pela ECEME e por aquela instituída pelo Coronel Thiago Castro de Castro. Finalmente, no que concerne à Política de Defesa do Brasil, foram delineadas as principais diretrizes constantes da PND/END 2020, por tratar-se da documentação, de mais alto nível, que versa sobre a Segurança Nacional.

A seguir, para complementar as ideias discorridas na bibliografia supracitada, foi procedido um estudo da colaboração existente entre a OTAN e a Colômbia, atualmente o único parceiro da Aliança na América do Sul. Após um breve histórico acerca do relacionamento entres estes atores, foram abordadas as principais áreas

de concordância existentes entre eles, entre as quais se sobressaem o combate ao narcotráfico, à pirataria e à corrupção, bem como a cooperação científica e em prol da remoção de minas terrestres. Seguidamente, houve uma suscinta descrição da cobertura jornalística desencadeada na América do Sul acerca da aproximação da Colômbia com a Aliança Atlântica, tendo-se percebido que apenas os governos da Venezuela e Bolívia “condenaram” tal atitude. Por fim, esta seção se encerrou com o relato de algumas consequências que a associação com a OTAN trouxe para o setor de defesa colombiano, sendo precipuamente observadas quanto à reforma estrutural das Forças Armadas e quanto ao aumento do prestígio militar do país no plano internacional.

Aproximando-se do cerne deste trabalho, providenciou-se um compêndio de opiniões de alguns especialistas que investigaram sobre áreas factíveis de antagonismo e cooperação entre o Brasil e a OTAN. As divergências identificadas entre as instituições foram a ameaça à soberania brasileira na Amazônia Verde e Amazônia Azul, a redução da influência do Brasil no seu entorno estratégico e a discordância existente acerca da reforma do sistema de governança mundial. Já no âmbito das afinidades, os temas prioritários aludidos foram o combate ao narcotráfico e ao ciberterrorismo, a colaboração nos assuntos de segurança marítima, operações de paz e treinamento de forças militares, assim como o desenvolvimento da BID e da doutrina militar de ambas as organizações.

Enfim, no derradeiro capítulo do desenvolvimento desta obra, elaborou-se um quadro que descortinou os principais reflexos, positivos e negativos, oriundos da parceria do Brasil com a OTAN, relacionando-os com a Expressão Militar do Poder Nacional e com as diretrizes previstas na PND/END 2020. Desta forma, o conteúdo exposto permitiu, a este autor, alcançar as conclusões deste trabalho, as quais passarão a ser especificadas a seguir.

Em síntese, infere-se que, no que tange à Expressão Militar, uma eventual parceria global do Brasil com a OTAN atende aos interesses nacionais. Apesar da existência de vantagens e desvantagens oriundas de tal associação, os benefícios atingiram um total de 17, mais que o dobro das incongruências observadas, que alcançaram uma soma de 8, perfazendo um quantitativo de 25 reflexos levantados por este autor. Cabe ressaltar que outra ilação verificada foi a de que as diretivas constantes da PND/END 2020 fundamentam tanto a aceitação quanto a recusa de um

acordo do país com a Aliança Atlântica, cabendo aos dirigentes da nação a decisão de quais Objetivos Nacionais de Defesa e Estratégias de Defesa serão favorecidas.

Conclui-se, resumidamente, que os reflexos negativos provenientes da parceria com a OTAN estão associados com a possibilidade de interferência internacional nos territórios de soberania brasileira e em seu entorno estratégico, bem como com o aumento de tensões entre o Brasil e alguns países sul-americanos. Os Objetivos Nacionais de Defesa e Estratégias de Defesa, respectivamente, que melhor respaldam a rejeição à Aliança Atlântica são os OND I, V e VII e as ED 1, 2 e 4. Quanto aos fatores do campo militar do Poder Nacional, aqueles mais relacionados com tal condição são, em ordem decrescente: “Defesa Nacional”, “Estrutura militar”, “Relações entre nações” e “Aprestamento”.

Conclui-se, também, que os reflexos positivos procedentes da associação brasileira com a OTAN estão relacionados com a melhoria da Segurança Nacional do país e das suas áreas de interesse, o maior desenvolvimento da BID e o compartilhamento de experiências e atividades de relevância para as Forças Armadas. Quanto aos Objetivos Nacionais de Defesa e Estratégias de Defesa que alicerçam o relacionamento com a Aliança Atlântica destacam-se, em ordem decrescente, os OND VII, IX e V e as ED 2, 16 e 12. No atinente aos elementos da Expressão Militar do Poder Nacional que mais estão concatenados ao cenário vislumbrado, merecem menção os seguintes fatores: “Relações entre nações”, “Capacidade científico-tecnológica” e “Doutrina Militar”.

Este autor depreende, ainda, que a experiência da Colômbia com a OTAN pode servir como parâmetro de análise para subsidiar a deliberação brasileira de assumir ou rechaçar uma parceria global com a Organização. Inclusive, existe a alternativa de, emulando a prática colombiana, realizar acordos apenas em setores que são tradicionalmente interessantes para o país, evitando áreas em que há grandes divergências de opiniões acerca do assunto.

Por fim, conclui-se que, para a Expressão Militar do Poder Nacional, é desejável a consecução de uma parceria entre o Brasil e a OTAN. Entretanto, este trabalho apenas inaugura tal discussão e, para a conquista de resultados mais concretos, sugere-se um aprofundamento no tema, por parte de especialistas em Relações Internacionais e Política de Defesa, acerca do “peso” relativo a ser consignado a cada fator militar relacionado no capítulo 5 deste trabalho. Ademais, este conteúdo limitou-

se ao campo bélico, existindo a premência de expandir sua investigação para os outros setores do Poder Nacional, os quais também serão imensamente impactados por uma decisão de grande significância e que indicará qual a posição que o Brasil efetivamente deseja ocupar no concerto das nações.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE INGENIEROS DEL EJÉRCITO (Colômbia). **Centro Internacional de Desminado**. Bogotá D. C. 2021. Disponível em: <<https://ejercito.defensa.gob.es/unidades/Madrid/acing/Organizacion/cid.html>>. Acesso em 12 mai. 2021.

ANDRES, Letícia Medeiros de Souza. **Joint Ventures**. Rio de Janeiro: Pontífice Universidade Católica, 2013. 56p. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/42997/42997.PDF>>. Acesso em 2 jul. 2021.

ARCINIEGA, Alexander; SANTOS FILHO, João Estevam dos. Cooperação Militar OTAN-Colômbia: aproximação recente e redefinição do papel das Forças Armadas colombianas no pós-conflito. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. p. 13-22 (v. 10, n. 49). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/87761/52482>>. Acesso em 12 mai. 2021.

AS TRUMP adds sanction on Venezuela, its neighbors reject election result. **The New York Times**. New York (EUA), 21 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/21/world/americas/venezuela-nicolas-maduro-sanctions.html>>. Acesso em 27 mai. 2021.

AMORIM, Leonardo B. C. Defesa Nacional: os desafios às capacidades militares de defesa. **Defesanet**. Brasília, DF, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/34560/Defesa-Nacional--os-desafios-as-capacidades-militares-de-defesa/>>. Acesso em 9 mar. 2021.

AMORIM NETO, Octávio; ACÁCIO, Igor. **Política de Defesa e Política Nacional: 2008-2020**. IREE Defesa e Segurança. Rio de Janeiro, 2020. 15p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344451803_Politica_de_Defesa_e_Politica_Nacional_2008-2020>. Acesso em 9 mar. 2021.

BARBOSA, Dennis. A Colômbia está entrando na OTAN? Entenda a situação em três perguntas. **G1**. São Paulo, 30 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/colombia-anuncia-entrada-na-otan-e-na-ocde.ghtml>>. Acesso em 27 mai. 2021.

BERTONHA, João Fábio. Brazil: an emerging military power?: the problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21st century. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200006&lng=en&tlng=en>. Acesso em 9 jan. 2021.

BORGES, Carlos Régis Carneiro. **Brasil: um aliado prioritário extra-OTAN, alinhado com o pensamento geopolítico do General Golbery do Couto e Silva**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020. 38p.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**: dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1999.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020a. 195p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em 19 jan. 2021.

_____. _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. Acesso em 29 mar. 2021.

_____. _____. **Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas**. Brasília, DF, 2008. 338p.

_____. _____. **Manual do Sistema Militar de Catalogação**. Brasília, DF, 2003. 103p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md42a_ma_01a_manuala_sismicata_vola_1.pdf>. Acesso em 9 jul. 2021.

_____. _____. **Memento**. 86. ed. Brasília, 2020b. 173p

_____. _____. **Nota conjunta do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores**: designação do Brasil como aliado prioritário extra-OTAN pelo governo dos Estados Unidos da América. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/nota-conjunta-do-ministerio-da-defesa-e-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-designacao-do-brasil-como-aliado-prioritario-extra-otan-pelo-governo-dos-estados-unidos-da-america>>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012. 152p.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020c. 79p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em 9 mar. 2021.

BRASIL é o 3º em ranking de ataques cibernéticos. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2019/02/672396-brasil-e-o-3-em-ranking-de-ataques-ciberneticos.html>. Acesso em 2 jul. 2021.

BORDIN, Bruno Marcolla. **Narcotráfico na Colômbia e as intervenções estadunidenses**: uma análise do Plano Colômbia. Florianópolis: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2013. 74p. Disponível: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1692/108523_Bruno.pdf?sequence=1>

&isAllowed=y>. Acesso em 12 mai. 2021.

CALDAS. Aderson de Oliveira. **A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul.** Brasília: Universidade de Brasília, 2013. 41p. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013_AdersondeOliveiraCaldas.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

CASTRO, Thiago Castro de. **Método de preparação e abordagem de temas e questões discursivas de história, geografia e geoestratégia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. 156p.

CODALTEC. **Radar de vigilancia superficial: SINDER.** Bogotá (Colômbia), 2021. Disponível em: <<https://codaltec.com/es/productos/138/radar-de-vigilancia-superficial---sinder>>. Acesso em 27 mai. 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial: causa, estrutura e consequências.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. 283p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/287205252_A_Segunda_Guerra_Mundial_Causas_Estrutura_Consequencias>. Acesso em 29 mar. 2021.

COLOMBIA. Ejército Nacional de Colômbia. **Doctrina Damasco.** Bogotá (Colômbia): Comando de Educação e Doutrina, 2016a.

_____. **Plan Estratégico del Sector Defensa y Seguridad: Guía de Planeamiento Estratégico 2016-2018.** Bogotá (Colômbia): Ministerio de Defensa Nacional, 2016b. Disponível em: <<https://bit.ly/2uSzfUN>>. Acesso em 27 mai. 2021.

COLOMBIA a um passo de ser socio global de la OTAN. **El Universal.** Caracas (Venezuela), 30 mai. 2018b. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/internacional/10811/colombia-a-un-paso-de-ser-socio-global72de-la-otan>>. Acesso em 27 mai. 2021.

COLÔMBIA anuncia entrada na OTAN e na OCDE. **G1.** São Paulo, 25 mai. 2018e. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/colombia-anuncia-entrada-na-otan-e-na-ocde.ghtml>>. Acesso em 27 mai. 2021.

COLOMBIA defende ingresso a la OTAN tras críticas de Venezuela. **El Comercio.** Quito (Equador), 26 mai. 2018d. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/colombia-otan-criticas-venezuela-ocde.html>>. Acesso em 27 mai. 2021.

COLOMBIA no realizará operaciones tácticas com la OTAN. **El Espectador.** Bogotá (Colômbia), 31 mai. 2018a. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/judicial/colombia-no-realizara-operaciones-tacticas-con-la-otan-luis-carlos-villegas-article-791763/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

COLOMBIA va a las urnas para elegir a su nuevo Presidente. **La Razón.** La Paz (Bolívia), 27 mai. 2018c. Disponível em: <[https://www.la-](https://www.la-razon.com)

razon.com/mundo/2018/05/27/colombia-va-a-las-urnas-para-elegir-a-su-nuevo-presidente-2/>. Acesso em 27 mai. 2021.

COMANDO GENERAL DE LAS FUERZAS ARMADAS DE COLOMBIA. **OTAN certifica al Centro Internacional de Desminado de la Escuela de Ingenieros**. Bogotá (Colômbia). 2019. Disponível em: <<https://www.cgfm.mil.co/es/blog/otan-certifica-al-centro-internacional-de-desminado-de-la-escuela-de-ingenieros>>. Acesso em 12 mai. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. **Mensagem (CN) nº 9, de 2020**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/143540>>. Acesso em 30 mar. 2021.

CORDEIRO, Luís E. P. C. **As expressões do Poder Nacional: uma nova taxionomia**. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2016. 116p. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/unifa/ppgca/images/downloads/LUIZ_EDUARDO_CELLES.pdf>. Acesso em 9 mar. 2021.

DOKOS, Thanos P. **NATO's Mediterranean Dialogue: prospects and policy recommendations**. Atenas (Grécia): ELLIAMEP, 2003. 11p. Disponível em: <<https://www.nato.int/docu/conf/2003/c030117c.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

DUSSÂN, Yolima. Força Aérea colombiana fabrica primeiro radar tático de defesa aérea. **Defesanet**. Brasília, DF, 9 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/al/noticia/25690/Forca-Aerea-colombiana-fabrica-primeiro-radar-tatico-de-defesa-aerea/>>. Acesso em 21 mai. 2021.

ENTREVISTAS comemorativas. **Verde Oliva**, Brasília/DF, ano XLII, n. 225, p. 27-28, out. 2014. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/exercito-brasileiro/read/001238206a0f69eb7b9f0>>. Acesso em 2 jul. 2021.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (Brasil). **Expressões do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2013. 6p. Disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/Expres_Poder_Nacional_13.pdf>. Acesso em 9 jan. 2021.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2019. 164p. Disponível em: <<https://www.esg.br/publi/FundamentosdoPoderNacional2019FINALFINAL.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. _____. Rio de Janeiro, 2020. 164p.

ESTADOS Unidos designam Brasil como aliado extra-OTAN. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 1 ago. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/estados-unidos-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan>>. Acesso em 19 jan.2021.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Comandante do Exército Sul dos Estados Unidos da**

América visita Quartel-General do Exército. Brasília, DF. 2019. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiariodoexercito//asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/10451154>. Acesso em 12 mai. 2021.

FALLER, Craig S. United States Southern Command. **Posture statement before 116th Congress.** Washington D.C. (EUA), 2020. 17p. Disponível em: <https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Faller_01-30-20.pdf>. Acesso em 12 mai. 2021.

FERNANDES, Madalena Greyce. **A abordagem da imprensa sobre a entrada na Colômbia na OTAN:** uma questão de hegemonia dos Estados Unidos sobre o sistema internacional de segurança. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2018. 69p. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/7057/TCC%20II_GREYCE%20MADALENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 mai. 2021.

FRAGA, Juliana. **Guerra Fria.** Esteio: Colégio La Salle, [201-]. (Palestra). Disponível em: <<http://www.lasalle.edu.br/public/uploads/publications/esteio/c36e0a6ef51bf3d0f058c0b0217f2f7b.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2021.

FREIRE, Ricardo R.; HEYE, Thomas F. O controle civil sobre as Forças Armadas Brasileiras nos dias de hoje, sob duas ópticas. **Revista da Escola Superior de Guerra.** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2016. p. 36-52. (vol. 31, n. 63). Disponível em: <<https://www.esg.br/publi/arquivos-revista/RevistadaESG63.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. **OCDE:** o que é, estrutura organizacional, objetivo e membros. 2021. 20p. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/ocde/>>. Acesso em 21 mai. 2021.

GAHATRAJ, Deepika. **National power and its elements.** Bengal (Índia): Indian Institute of Legal Studies, [19--?]. 3p. Disponível em: <https://www.iilsindia.com/study-material/943458_1598123175.pdf>. Acesso em 9 mar. 2021.

GALITO, Maria Souza. Boko Haram. **CI-CPRI**, n. 21, p. 1-18, jan. 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/275829029_Boko_Haram>. Acesso em 2 jul. 2021.

GASPAR, Carlos. O conceito estratégico da Aliança Atlântica. **Revista Nação e Defesa.** Lisboa (Portugal): Instituto de Defesa Nacional, 2010. p. 9-36. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/62688769.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2021.

GOBIERNO venezolano disse que ingresso de Colombia a la OTAN es una “amenaza para la paz”. **El Espectador.** Bogotá (Colômbia), 26 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/mundo/america/gobierno-venezolano-dice-que-ingreso-de-colombia-a-la-otan-es-una-amenaza-para-la-paz-article-790937/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

GOMES, Aureo de Toledo. **Modern Afghanistan:** a history of struggle and survival.

Contexto Internacional. Rio de Janeiro: 2008. p. 209-215. (vol. 30, n. 1º). (Resenha). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cint/v30n1/06.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2021.

GONZÁLEZ, Miguel. Colombia reforzará a las tropas españolas en Afganistán. **El País**. Madri (Espanha). p. 1-2. ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ns42SF>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

GOUVEIA, Paula Cristina Lopes. **UNASUL**: integração regional para afirmação em um mundo multipolar. Coimbra (Portugal): Universidade de Coimbra, 2014, 96p. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/34170/1/UNASUL.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2021.

HACKER. **Dicionário Online de Português**. [2021?]. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/hacker/>>. Acesso em 2 jul. 2021.

HAUSER, Gunther. **The Mediterranean Dialogue**: a transatlantic approach. Colônia (Alemanha): Universität zu Köln, 2005. 58p. Disponível em: <https://www.bundesheer.at/pdf_pool/publikationen/05_mmd_hauser_01.pdf>. Acesso em 9 mar.2021.

HASTENPFLUG NETO, Oly. **O Brasil como aliado prioritário extra-OTAN**: oportunidades para Base Industrial de Defesa. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020. 45p. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7665/1/MO%200950%20-%20OLY.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2021.

HELBIG, Robert. **NATO-Brazil relations: limits of a partnership policy**. Berlim (Alemanha): Konrad Adenauer Stiftung, 2013. 7p. Disponível em: <<https://www.kas.de/pt/analysen-und-argumente/detail/-/content/nato-brazil-relations>>. Acesso em 29 mai. 2021.

HERRERA, Jesús. Cabello sobre ingresso de Colombia a la OTAN: Es “estupido” lo que hizo Santos. **El Universal**. Caracas (Venezuela), 28 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/politica/10632/cabello-sobre-ingreso-de-colombia-a-la-otanes-estupido%E2%80%9D-lo-que-hizo-santos>>. Acesso em 27 mai. 2021.

INFOPIEDIA. **Fisiografia**. [S.l.], [2021]. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fisiografia>>. Acesso em 29 mar. 2021.

INGRESO de Colombia a la OTAN no tiene propósitos bélicos. **El Espectador**. Bogotá (Colômbia), 28 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/mundo/america/ingreso-de-colombia-a-la-otan-no-tiene-propositos-belicos-santos-article-791223/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

IRELAND, Timothy P. **Creating the entangling alliance**: the origins of the North Atlantic Treaty Organization. Westport (EUA): Greenwood, 1981. 256p.

KAPLAN, Lawrence S. **NATO 1948: the birth of the transatlantic alliance**. Maryland (EUA): Rowman & Littlefield, 2007. 406p.

KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **About us**. Sankt Augustin (Alemanha). 2021. Disponível em: < <https://www.kas.de/en/about-us>.>

LAGE FILHO, Paulo Roberto de Miranda. **Combate à pirataria marítima moderna**. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, 2013, 36p. Disponível em: < <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000004/000004e5.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2021.

LINDLEY-FRENCH, Julian. **NATO: the enduring alliance**. New York (EUA): Routledge, 2007. (Global Institutions). 171p. Disponível em <https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/486325/mod_resource/content/0/%5BLindley-french%5D_The_North_Atlantic_Treaty_Organiz%28BookFi%29.pdf>. Acesso em 9 mar.2021.

LINDEMAN, Joni. **NATO and military partnership**. Bruxelas (Bélgica): MPD, [entre 2017 e 2021]. Disponível em: <<https://www.act.nato.int/images/stories/structure/jft/ptecs/2014092305.pdf>>. Acesso em 9 mar.2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MANHÃES, Fernando Ferreira. Os reflexos da designação do Brasil como Aliado Prioritário extra-OTAN nas capacidades de defesa do país, em especial no tocante ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020. 56 p. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8301/1/MO%206259%20-%20MANH%C3%83ES.pdf>>. Acesso em 2 jul. 2021.

MARCUS, Jonathan. OTAN, 70 anos: por que a aliança passa por seu pior momento. **BBC News Brasil**. São Paulo, 3 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50643725>>. Acesso em 9 mar. 2021.

MARINHA DE PORTUGAL. Operação Unified Protector. **Revista da Armada**. Lisboa (Portugal): 2012. Disponível em: <https://www.marinha.pt/conteudos_externos/RevistaArmada/_FlipVersion/2012/files/assets/downloads/page0124.pdf>. Acesso em 30 mar. 2021.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Apontamentos à análise da reforma militar na transição espanhola**. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2009. p. 733-774. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/26.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2021.

MENEZES, Natália Cerri. **O que é workshop e quais etapas deste evento**. Florianópolis. 2021. Disponível em: <<https://www.moble.com.br/blog/o-que-e-um-workshop/#:~:text=Workshop%20%C3%A9%20uma%20reuni%C3%A3o%20de,os%20conhecimentos%20em%20um%20assunto.&text=Conven%C3%A7%C3%B5es%20semin%C3%A1rios%20feiras%20congressos,e%20workshop%20s>>

C3%A3o%20alguns%20deles>. Acesso em 12 mai. 2021.

MERCADO COMUM DO SUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. [S.l.], [2021]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em 29 mar. 2021.

MESQUITA, Paulo Estivallet de. **Organização Mundial do Comércio**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 111p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1081-Organizacao_Mundial_do_Comercio.pdf>. Acesso em 2 jul. 2021.

MILLS, John R. **All elements of national power**: reorganizing the interagency structure and process for victory in the log war. Strategic Insights. Monterrey (EUA). 2006. 3p. Disponível em: <<https://www.cc.gatech.edu/~tpilsch/INTA4803TP/Articles/Elements%20of%20National%20Power.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

MOORE, Rebeca R. **Lisbon and the evolution of NATO's new partnership policy**. Minnesota (EUA): Perceptions, 2012. p. 55-74. Disponível em: <<http://sam.gov.tr/pdf/perceptions/Volume-XVII/spring-2012/RebeccaMoore.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Carta das Nações Unidas**. [Brasília], DF, [2021]. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em 29 mar. 2021.

NARDI, César Augusto. Ministério da Defesa. **A Política de Defesa Nacional e a Estratégia de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2013. (Palestra). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/arquivos/arquivos-de-apresentacoes-em-eventos/2013/abril/24-04-2013-politica-de-defesa-nacional-pdn-a-estrategia-nacional-de-defesa-end-e-o-livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn/apresentacoes/pdn-end-general-nardi>>. Acesso em 9 mar. 2021.

NASCIMENTO, Maiane. Conheça os 5 sites de notícia mais acessados do Brasil. **Imperatriz Notícias**. Imperatriz, 25 out. 2018. Disponível em: <<https://imperatriznoticias.ufma.br/noticias/cinco-maiores-sites-de-noticias/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Active engagement in cooperative security**: a more efficient and flexible partnership policy. Bruxelas (Bélgica). 2011. 5p. Disponível em: <https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_04/20110415_110415-partnership-policy.pdf>. Acesso em 19 jan. 2021.

_____. **A short history of NATO**. Bruxelas (Bélgica). 2021b. 24p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm/>. Acesso em 19 jan. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Building Integrity**. Bruxelas (Bélgica). 2020f. 4p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_68368.htm>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **Colombia**. Bruxelas (Bélgica). 2021g. 2p. Disponível em: <<https://www.nato.int/science/country-fliers/Colombia.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **Colombia's demining centre joins NATO network**. Bruxelas (Bélgica). 2019c. 3p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_164677.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **ISAF's Mission in Afghanistan (2001-2014)**. Bruxelas (Bélgica). 2015. 2p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **Maritime security: conter-terrorism lessons from maritime piracy and narcotic interdiction**. Bruxelas (Bélgica). 2021f. 2p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_181856.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **Mediterranean Dialogue**. Bruxelas (Bélgica). 1999. 2p. Disponível em: <<https://www.nato.int/docu/comm/1999/9904-wsh/pres-eng/11med.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Member countries**. Bruxelas (Bélgica). 2020c. 9p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52044.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **NATO and Afghanistan**. Bruxelas (Bélgica). 2021c. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_8189.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **NATO's assistance to Iraq**. Bruxelas (Bélgica). 2015. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_51978.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **NATO Deputy Secretary General spoke on the importance of partnership with Colombia**. Bruxelas (Bélgica). 2020e. 3p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_179975.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **NATO member countries**. Bruxelas (Bélgica). 2020a. 4p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm>. Acesso em 19 jan. 2021.

_____. **NATO works with Colombia on counter-terrorism at sea**. Bruxelas (Bélgica). 2019b. 3p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_166712.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **Partnership: a cooperative approach to security**. Bruxelas (Bélgica). 2013. 2p. Disponível em:

<https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2013_12/20131127_131201-MediaBackgrounder-Partnerships_en.pdf>. Acesso em 9 mar. 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Partners**. Bruxelas (Bélgica). 2020b. Disponível em: <<https://www.nato.int/cps/en/natolive/51288.htm>>. Acesso em 19 jan. 2021.

_____. **Relations with Australia**. Bruxelas (Bélgica). 2020d. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48899.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with Colombia**. Bruxelas (Bélgica). 2018a. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_143936.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with Japan**. Bruxelas (Bélgica). 2018b. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50336.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with Mongolia**. Bruxelas (Bélgica). 2017b. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_85297.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with New Zeland**. Bruxelas (Bélgica). 2018d. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52347.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with Pakistan**. Bruxelas (Bélgica). 2019a. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50071.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with partners across the globe**. Bruxelas (Bélgica). 2017a. 6p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49188.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Relations with the Republic of Korea**. Bruxelas (Bélgica). 2018c. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50098.htm>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Security through partnership**. Bruxelas (Bélgica): Public Diplomacy Division, 2005. 40p. Disponível em: <<https://www.nato.int/docu/sec-partnership/sec-partner-e.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **Strengthening relations with Colombia**. Bruxelas (Bélgica). 2021e. 3p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_180825.htm?selectedLocale=en>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. **The Istanbul Cooperation Initiative (ICI)**. Bruxelas (Bélgica): PDD, abr. 2014. 2p. Disponível em: <https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2014_04/20140331_140401-factsheet-ICI_en.pdf>. Acesso em 9 mar. 2021.

_____. **What is NATO?**. Bruxelas (Bélgica). 2021a. 5p. Disponível em: <<https://www.nato.int/nato-welcome/index.html>>. Acesso em 19 jan. 2021a.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Who's who?**. Bruxelas (Bélgica). 2021d. 3p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/who_is_who.htm>. Acesso em 29 mar. 2021.

_____. **Tratado do Atlântico Norte**. Washington D.C. 1949. 4p. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt>. Acesso em 19 jan. 2021.

OLIVEIRA, Felipe. Brasil é um dos países mais visados para grandes ataques hackers. **Tilt**. [São Paulo], 25 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/11/25/ataque-hacker-contra-justica-e-governos-expos-o-quanto-estamos-vulneraveis.htm>>. Acesso em 2 jul. 2021.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do softpower frente aos desafios das mudanças climáticas**. 2010. 419 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94242/284318.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. [S.l.], [2021]. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em 29 mar. 2021.

PEREIRA, Ana Cláudia Andrade. **Somália: Santuário terrorista? O caso da Al Shabaab**. Lisboa (Portugal): Instituto Universitário de Lisboa, 2013. 117p. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6850/1/Som%C3%A1lia_Santu%C3%A1rio%20Terrorista_O%20Caso%20da%20Al%20Shabaab.pdf>. Acesso em 2 jul. 2021.

PINTO, Eduardo. **BRICS: conceito, evolução, controvérsias e atualidade**. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2013. 9p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313892690_BRICS_CONCEITO_EVOLUCAO_CONTROVESIAS_E_ATUALIDADE/link/58ae325145851503be91eb52/download>. Acesso em jul. 2021.

POR QUE a entrada da Colômbia na OTAN preocupa latino-americanos?. **G1**. São Paulo, 31 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/por-que-a-entrada-da-colombia-na-otan-preocupa-latino-americanos.ghtml>>. Acesso em 27 mai. 2021.

PRADO, Sherri Ladislau do. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): evolução e perspectivas. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, 2008. p. 55-74. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000007/000007cb.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

PRESIDENTE Santos anuncia que Colombia hará parte de la OTAN. **El Espectador**. Bogotá (Colômbia), 25 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/mundo/mas-paises/presidente-santos-anuncia-que-colombia-hara-parte-de-la-otan-article-790737/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

QUE DIFERENCIA hay entre ser miembro y “socio global” de la OTAN. **El Espectador**. Bogotá (Colômbia), 26 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/mundo/america/que-diferencia-hay-entresermiembro-y-socio-global-de-la-otan-article-790916/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

QUÉ SIGNIFICA ser “socio global” de la Organizacion del Tratado del Atlántico Norte (OTAN). **El Comercio**. Quito (Ecuador), 30 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/venezuela-rechaza-ingreso-colombia-otan.html>>. Acesso em 27 mai. 2021.

RIPPEL, Márcio Pereira. O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, 2004. p. 83-112. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/446/345>>. Acesso em 12 mai. 2021.

ROJAS GUEVARA, Pedro Javier. Doctrina Damasco: eje articulador de la segunda gran reforma del Ejército Nacional de Colombia. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá (Colômbia), 2017. p.95-119 (v. 15, n. 19). Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1900-65862017000100095&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 27 mai. 2021.

ROSEVICS, Larissa. Autonomia dos Países Bálticos: uma questão geopolítica. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2012. p. 16-22. (Boletim Meridiano 47, vol. 13, n. 131). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277736290_Autonomia_dos_Paises_Balticos_uma_questao_geopolitica>. Acesso em 29 mar. 2021.

SAIE, Cade M. **Understanding the instruments of National Power through a system of differential equations in a counterinsurgency**. Ohio (EUA): Air Force Institute of Technology, 2012. 140p. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a559175.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

SALGADO NETO, Luiz. A crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1953 - 1956). **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, 17 ed., p. 87-104, jul. - dez. 2012. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wpcontent/uploads/2013/05/e17a6.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2021.

SANCHEZ, Alex W. **Geopolitical Considerations of the NATO: Colombia Cooperation Agreement**. Zurique (Suíça): Center for Security Studies, 2014. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/pdf/47267>>. Acesso em 12 mai. 2021.

SANTIAGO, Gabriel Cardoso Figueiredo et al. **Implicações da entrada da Colômbia na OTAN para os interesses geopolíticos brasileiros: uma leitura a partir da metodologia dos dispositivos geopolíticos.** Brasília, DF. [2020?]. 15p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/implicacoes_a_daa_entrada_daa_colombia_naa_otana_paraa_osa_interesses_geoestrategic_osa_brasileiros.pdf>. Acesso em 21 mai. 2021.

SANTOS anunció que Colombia ingresará a la OTAN como “socio global”. **El Universal.** Caracas (Venezuela), 26 mai. 2018a. Disponível em: <<https://www.eluniversal.com/internacional/10471/santos-anuncio-que-colombia-ingresara-la-otan-como-socio-global>>. Acesso em 27 mai. 2021.

SANTOS firma la adhesión de Colombia a la OCDE y promete seguir trabajando por la paz. **La Razón.** La Paz (Bolívia), 30 mai. 2018b. Disponível em: <<https://www.la-razon.com/mundo/2018/05/30/santos-firma-la-adhesion-de-colombia-a-la-ocde-y-promete-seguir-trabajando-por-la-paz-2/>>. Acesso em 27 mai. 2021.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o Plano Colômbia.** Boa Vista: UFRR, 2011. 128 p. Disponível em <<https://works.bepress.com/eloi/240/download/>>. Acesso em 12 mai. 2021.

_____. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010. p. 67-88. (n. 53). Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KBsJ58cBRfKRF8kkgBpGJvf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

SANTOS, Marcelo Jorge dos. **A presença e as possibilidades de atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte no entorno estratégico brasileiro: reflexos para o Brasil como potência regional.** Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2016. 91p.

SANTOS, Tulio Vinicius Dias. **O Estado Islâmico do Iraque e da Síria ou ISIS: terrorismo, sua indefinição e o Direito Internacional.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017. 46p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24464/1/O%20Estado%20Isl%C3%A2mico%20do%20Iraque%20e%20da%20S%C3%ADria%20C%20ou%20ISIS.%20Terrorismo%20C%20sua%20indefini%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20Direito%20Internacional.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2021.

SHAH, Muzafar S. M. **Military power as an integral element of National Power: Malaysia’s paradigm.** Kuala Lumpur (Matásia): Universiti Kebangsaan Malaysia, 2019. 126p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341407389_MILITARY_POWER_AS_AN_INTEGRAL_ELEMENT_OF_NATIONAL_POWER_MALAYSIA'S_PARADIGM_2019>. Acesso em 9 mar. 2021.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida Silva. **O Brasil e a Segurança em seu Entorno Estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. IPEA. Brasília, 2014.

SILVA, Carolina Albuquerque. **A CELAC e o regionalismo na América Latina e Caribe no século XXI**: entra a autonomia e a contra-hegemonia. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2017. 115p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24306/1/2017_CarolinaAlbuquerqueSilva.pdf>. Acesso em 21 mai. 2021.

SMITH-WINDSOR, Broke A. **Enduring NATO, rising Brazil**: managing international security in a recalibrating global order. Rome (Italy): NATO Defense College, 2015. 292p.

TAKUSHI, Robiérim. **Plano Colômbia**: implicações imediatas da ingerência norte-americana no conflito armado colombiano. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. 75 p. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71693>>. Acesso em 12 mai. 2021.

TASE, Peter. **LATIN AMERICA**: NATO Interested in Colombia. Global Perspectives, 2014.

TEIXEIRA, Carlos G. Poggio.; MELO, Daniela da Silva Nogueira de. NATO and the Aouth Atlantic. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/92934>>. Acesso em 12 mai. 2021.

THE PROMISES of peace in Colombia. **The New York Times**. New York (EUA), 18 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/05/18/opinion/colombia-peace-process.html>>. Acesso em 27 mai. 2021.

TRADING ECONOMICS. **PIB**: Lista de países. 2021. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>>. Acesso em 9 mar. 2021.

TRUMP: What does the US contribute to NATO in Europe. **BBC News**. London (Reino Unido), 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-44717074>>. Acesso em 9 mar. 2021.

UNIVERSIDAD DEL ROSARIO. **North Atlantic Treaty Organization**. Bogota, Colombia, 2016. 28p. Disponível em: <<https://www.urosario.edu.co/Munur/Comites-1/Comites-Especializados/North-Atlantic-Treaty-Organization-NATO/North-Atlantic-vol-1.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2021.

URACI, Castro Bonfim. **Geopolítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: ECEME, 2005. 104 p.

VALENCIA, León. **Drogas, conflitos e os EUA**: a Colômbia no início do século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

VENEZUELA rechaza el ingreso de Colombia a la OTAN. **El Comercio**. Quito

(Ecuador), 26 mai. 2018b. Disponível em: <<https://www.elcomercio.com/actualidad/venezuela-rechaza-ingreso-colombia-otan.html>>. Acesso em 27 mai. 2021.

VENEZUELA rechaza el ingreso de Colombia a la OTAN. **El Universal**. Caracas (Venezuela), 27 mai. 2018a. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/internacional/10497/venezuela-rechaza-ingreso-de-colombiaa-la-otan>>. Acesso em 27 mai. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 97 p.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. **Revista de Sociologia e Política**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. p. 83-112. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a05.pdf>>. Acesso em 29 mar.2021.